

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2026

NÚMERO 23.021 • 34 PÁGINAS • R\$ 5,00

Celina pede ajuda federal para o BRB. Serrinha terá parque

Num esforço para a recuperação do Banco de Brasília (BRB), pressionado por prejuízos provocados pelas operações com o Master, instituição fechada pelo Banco Central, a governadora do DF, Celina Leão, confirmou que mantém conversas com autoridades do governo federal para viabilizar uma ajuda emergencial. “Um gesto do governo federal seria muito positivo para Brasília, para mostrar que se fala uma coisa e se faz o que se fala, sem revanchismo”, declarou a chefe do Buriti, que assumiu o cargo na segunda-feira. Ela disse ter feito um apelo direto para a Caixa Econômica Federal auxiliar nesse processo. Em decisão anunciada nesta quarta-feira à noite, Celina determinou o afastamento de dirigentes citados num relatório sobre responsabilidades pelas negociações suspeitas do banco estatal. A governadora também confirmou que vai retirar a Gleba A (Serrinha do Paranoá) da lista de imóveis dados como garantia para empréstimos de capitalização do BRB. No local, haverá a instalação de um parque de preservação ambiental.

GDF adere ao plano para reduzir diesel

PÁGINAS 10 E 13

Jim Watson/AFP

Começa jornada de volta à Lua

A Nasa lançou ontem a missão Artemis II, primeiro voo tripulado à órbita lunar desde 1972. Quatro astronautas — entre os quais a primeira mulher, o primeiro negro e o primeiro não norte-americano — devem chegar à maior distância no espaço profundo registrada até hoje. Ideia é voltar a pousar no satélite terrestre em 2028.

PÁGINA 12

Alex Brandon/AFP



Trump exalta guerra “pelo futuro”

Presidente dos EUA fala ao país pela TV e reafirma a promessa de encerrar as ações militares no Irã em “duas ou três semanas”. Trump se diz “orgulhoso” por ter “esmagado” o regime islâmico em 32 dias e eliminado uma “ameaça nuclear para o mundo”. Promete para “logo” combustíveis em baixa e bolsas em alta e anuncia: “Vamos sair (da guerra) mais prósperos e mais fortes”.

PÁGINA 11

Direito & Justiça

Hora de definir o ministro

Presidente Lula envia indicação ao Senado do nome de Jorge Messias para uma vaga no STF. Jurista esperou por mais de quatro meses pela apresentação.



Entrevista

Advogado Gustavo Badaró avalia os caminhos de uma eventual delação premiada no Caso Master, e o papel de PF, PGR e STF neste processo.

Ed Alves/CB/D.A Press



Salva-vidas — Integrada à cultura da cidade e referência de respeito no trânsito, a faixa de pedestres completou 29 anos, comemorados com ações educativas. PÁGINA 18

Semana Santa

Roteiro para celebrar a fé

Missas, procissões e as tradicionais encenações das vias-sacras estão em um roteiro preparado pelo Correio para este feriado religioso no Distrito Federal.

PÁGINA

Copa do Mundo

Endrick e Igor em alta

Correio passa a limpo a lista dos convocados na era Carlo Ancelotti e mostra o tamanho do desafio dos dois brasileiros na disputa entre 17 atacantes mais Neymar por 9 vagas.

PÁGINA 19

Eleições

Pacheco é socialista

Senador Rodrigo Pacheco se filia ao PSB e reforça a expectativa de uma disputa pelo governo de Minas Gerais, que seria um reforço à campanha de Lula à reeleição.

PÁGINA 4. BRASÍLIA-DF, 4



Exército tem 1ª mulher general

Quase 400 anos após a criação da instituição, Cláudia Cacho, oficial médica, tomou posse, ontem. Ela torna-se, também, a primeira diretora do Hospital Militar de Área de Brasília.

PÁGINA 6

Ed Alves/CB/D.A Press



Ajustes necessários

Ao CB.Poder, o consultor Esmeraldo Malheiros defendeu mudanças na avaliação dos cursos de medicina.

PÁGINA 14

Querosene de aviação sofre reajuste de 55%

PÁGINA 9

MARATONA BRASILIA 2026

INSCREVA-SE JÁ!
brasilcorrida.com.br

4 DIAS DE COMPETIÇÃO
 18, 19, 20 E 21 DE ABRIL





PODER

“Respeito absoluto à separação dos Poderes”

Em carta aos senadores, advogado-geral da União, Jorge Messias, diz que, se aprovado para o STF, atuará com independência e imparcialidade, guiado por “fé, família, trabalho”. Indicação dele à Corte sofre resistência na Casa, especialmente de Alcolumbre

» WAL LIMA

Após chegar ao Congresso a indicação do seu nome para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), o advogado-geral da União, Jorge Messias, enviou carta ao Senado na qual reforçou sua formação evangélica e defendeu o “respeito absoluto à separação dos Poderes”. A indicação, feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, começou a tramitar oficialmente no sistema da Casa ontem. Serão os senadores que sabatarão Messias e decidirão se ele assumirá a vaga no STF, no lugar do ministro aposentado Luís Roberto Barroso.

“Acredito firmemente que o fortalecimento das instituições, o respeito às leis e o diálogo entre os Poderes são os pilares da democracia e da harmonia institucional”, enfatizou Messias na carta. “Tenho absoluta consciência de que o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal exige distanciamento institucional, serenidade decisória e respeito absoluto à separação dos Poderes.”

O AGU se descreveu como “filho de pais evangélicos” e incluiu a fé e a família como parte de seus valores. O fator religioso tem sido visto como uma forma de quebrar a resistência de Messias entre os senadores de oposição.

“Meu compromisso, se aprovado por esta Casa, é o de exercer a jurisdição constitucional com independência, imparcialidade e fidelidade à Constituição e observância à Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN), e guiado pelos valores que me formam: a fé, a família, o trabalho, a ética no serviço público, a justiça e o amor ao Brasil”, disse.

Na mensagem, Messias ainda fez uma retrospectiva de sua carreira no serviço público e na área acadêmica e pregou harmonia institucional. “À frente da Advocacia-Geral da União, concentrei esforços em três diretrizes centrais: (i) fortalecimento da segurança jurídica; (ii) promoção do diálogo interinstitucional em temas estruturantes; e (iii) defesa responsável do equilíbrio fiscal e da previsibilidade orçamentária. Sempre com base no permanente diálogo entre os Poderes, na direção da harmonia institucional”, escreveu.

As declarações vêm após uma série de embates entre o

Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Acredito firmemente que o fortalecimento das instituições, o respeito às leis e o diálogo entre os Poderes são os pilares da democracia e da harmonia institucional. Tenho absoluta consciência de que o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal exige distanciamento institucional, serenidade decisória e respeito absoluto à separação dos Poderes”

Jorge Messias,
advogado-geral da União



» Weverton Rocha segue como relator

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Otto Alencar (PSD-BA), decidiu manter o senador Weverton Rocha (PDT-MA) como relator da sabatina de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo Alencar, o procedimento seguirá o rito regimental: após a leitura da mensagem presidencial na CCJ, os senadores terão vista coletiva do processo e, em seguida, a sabatina será agendada. A decisão mantém Rocha no cargo mesmo após ele ter sido alvo de busca e apreensão em dezembro do ano passado, em nova fase da Operação Sem Desconto, da Polícia Federal. A investigação apura irregularidades em descontos associativos cobrados de aposentados e pensionistas do INSS. O governo enviou ao Senado, ontem, a mensagem presidencial que formaliza a indicação. Rocha já havia sinalizado que apresentará parecer favorável a Messias, por entender que o advogado-geral da União “preenche todos os requisitos necessários para ocupar a vaga”.

Congresso e Judiciário, incluindo o pagamento de emendas parlamentares e decisões do STF que afetam comissões parlamentares de inquérito.

A formalização, no entanto, ampliou o desgaste entre Executivo e Legislativo. Segundo aliados, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), esperava uma

conversa prévia com Lula, o que não ocorreu. O parlamentar teria sido informado pela imprensa sobre a data e classificou o movimento, em reservado, como “nova trapaçada” do governo.

A insatisfação não é recente. Desde o anúncio da indicação, em novembro de 2025, Alcolumbre demonstra resistência ao nome de Messias, já que defendia que o posto no STF fosse ocupado pelo ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (MG) — ontem, o parlamentar deixou o PSD para se filiar ao PSB, partido pelo qual deve disputar o governo de Minas Gerais, a pedido de Lula (**leia reportagem na página 4**).

O episódio recente reforçou o mal-estar, em um cenário que aliados classificam como de “desarticulação” do Planalto no Congresso.

O controle do processo está nas mãos de Alcolumbre. Cabe a ele encaminhar a indicação à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), etapa necessária para a realização da sabatina. O presidente do colegiado, Otto Alencar (PSD-BA), já disse que só poderá marcar a sessão após aval de Alcolumbre.

Entre aliados, não está descartada a possibilidade de o presidente do Senado adiar a análise, inclusive para depois das eleições.

O envio da mensagem destrava formalmente a tramitação após mais de quatro meses de espera — período em que o Planalto demorou para oficializar a indicação. A demora levou Alcolumbre a cancelar uma sabatina prevista para dezembro e falar em “perplexidade” ante a condução do caso. (**Com Agência Estado**)

Perfil

Servidor e evangélico

Jorge Rodrigo Araújo Messias, de 45 anos, é natural de Pernambuco e ocupa o comando da Advocacia-Geral da União desde 2023, no início do terceiro mandato de Lula. Servidor público desde 2007, passou por órgãos como Banco Central e BNDES e exerceu funções estratégicas na área jurídica do Executivo.

Formado em direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e mestre pela Universidade de Brasília (UnB), ingressou na AGU como procurador da Fazenda Nacional. Também foi subchefe para Assuntos Jurídicos da Presidência no governo Dilma Rousseff.

Messias ganhou fama nacional em março de 2016, quando o então juiz Sergio Moro, hoje senador, divulgou um grampo telefônico. Na conversa, Dilma avisava Lula — à época investigado pela Lava-Jato — que estava encaminhando o termo de posse dele como ministro da Casa Civil, por intermédio de “Bessias”, para uso “em caso de necessidade”.

Dilma estava gripada e quem transcreveu o áudio entendeu que ela dizia “Bessias”, em vez de “Messias”. O ministro do STF Gilmar Mendes interpretou aquele diálogo como uma forma de blindar Lula de eventual pedido de prisão e suspendeu a posse do petista.

A crise aumentou, Dilma sofreu impeachment e Messias, o então subchefe de Assuntos Jurídicos da Casa Civil, recebeu o apelido do qual só se livrou em 2023, ao ser indicado por Lula para chefiar a AGU. “Hoje, eu voltei a ser Jorge Messias. Para a minha vida, isso é tudo”, disse, na ocasião.

Evangélico, Messias é diácono da Igreja Batista e tem 46 anos. De família humilde, aprendeu a frequentar cultos ainda pequeno, levado pela mãe, no Recife.

Com essa credencial, Messias intensificou a mobilização para ajudar Lula a se aproximar do segmento religioso que, de acordo com pesquisas, tem muitas resistências ao governo do PT.

Messias depende de Alcolumbre e de 41 votos

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Davi Alcolumbre pode segurar a análise da indicação do AGU

A indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ocupar uma cadeira no Supremo Tribunal Federal (STF) por si só não garante que assumirá o posto. O nome dele ainda precisa ser aprovado no Senado.

A vaga do STF foi aberta após a aposentadoria de Luís Roberto Barroso, em outubro do último ano. O rito prevê que o indicado passe por uma **sabatina** na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa.

As últimas reuniões duraram em média oito horas. O colegiado tem 27 integrantes, mas todos os 81 senadores podem fazer perguntas ao candidato a uma cadeira na Corte. O pretendente ao posto deve responder aos questionamentos, que podem ser sobre temas jurídicos, políticos e pessoais.

Após a sabatina, a CCJ elabora um parecer pela aprovação ou rejeição do nome do indicado para

Poucas reprovações

Os nomes indicados pelo presidente da República para um cargo de ministro do STF são, tradicionalmente, aprovados pelo Legislativo. Em todos os 133 anos de história da Corte, apenas cinco indicados ao cargo foram reprovados pelo Senado. As negativas foram no mesmo ano: 1894, há 129 anos.

ocupar o cargo. A anuência é por maioria simples, em votação secreta. Em seguida, o nome é submetido a nova votação secreta, no plenário do Senado. O indicado precisa conquistar a maioria absoluta dos votos, com pelo menos 41 dos 81 senadores favoráveis. Em geral, as duas sessões ocorrem no mesmo dia.

Senadores afirmam que essa será a fase mais difícil no calvário de Messias até chegar o STF. A sabatina e as votações de Paulo Gonet, que acabou reconduzido a mais dois anos à frente da Procuradoria-Geral da República (PGR), mostraram que o apoio a Lula no Senado está minguado.

Se Messias for aprovado pela Casa, o nome dele seguirá para publicação no Diário Oficial da União (DOU). Uma vez nomeado, participará de cerimônia de posse no STF com a presença de representantes dos Três Poderes.

Apoio no STF

Além da articulação do governo para sua aprovação, Messias conta com o apoio de ministros do tribunal, que procuraram senadores para fazer campanha em prol do advogado-geral da União. André Mendonça e Kassio Nunes Marques são seus principais cabos eleitorais.

Mendonça é evangélico, assim como Messias, e tem acenado para os senadores sobre a importância da aprovação do candidato. Nunes Marques conhece Messias desde que os dois moravam no Piauí.

Como Mendonça e Nunes Marques foram indicados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro ao STF, a expectativa é que eles consigam obter apoio para Messias entre os parlamentares da direita. Mas o senador Flávio Bolsonaro, candidato do PL à sucessão de Lula, tem feito campanha contra o advogado-geral da União.

Nos bastidores do tribunal há informações de que Messias teria ao menos 48 votos no plenário do Senado, mais do que a maioria absoluta — apoio de 41 parlamentares — exigida para a aprovação. A contabilidade do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), porém, não é tão animadora e vê uma maioria bastante apertada em favor do advogado-geral da União.

6º BRASÍLIA SUMMIT

LIDE - CORREIO BRAZILIENSE

15 DE ABRIL - 8h - 12h

HOTEL BRASÍLIA PALACE
BRASÍLIA - DF

“EFICIÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA”

PALESTRANTES CONVIDADOS



MAURO MENDES
GOVERNADOR DO MATO GROSSO



CELINA LEÃO
GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL



DANIEL VILELA
GOVERNADOR DE GOIÁS



ANTONIO ANASTASIA
MINISTRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
GOVERNADOR DE MINAS GERAIS (2010-2014)



AUGUSTO NARDES
MINISTRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO



RAFAEL GRECA
SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PARANÁ



HENRIQUE MEIRELLES
CO-CHAIRMAN DO LIDE
MINISTRO DA FAZENDA (2016-2018)
PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL (2003-2011)



JEAN PAUL PRATES
CHAIRMAN DO CERNE
PRESIDENTE DA PETROBRAS (2023-2024)
SENADOR DA REPÚBLICA (2019-2023)
HEAD DO LIDE ENERGIA



SAMUEL KINOSHITA
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO DE SÃO PAULO



HUGO LEAHY
CEO DA X-VIA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
HEAD DO LIDE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL



PAULO OCTÁVIO
EMPRESÁRIO
CEO DO GRUPO PAULO OCTÁVIO
PRESIDENTE DO LIDE BRASÍLIA



GUSTAVO MONTEZANO
CEO E FUNDADOR DA YVY CAPITAL
PRESIDENTE DO BNDES (2019-2022)



GUILHERME MACHADO
PRESIDENTE DO CORREIO BRAZILIENSE



GIUSEPP MENDES
SÓCIO E FUNDADOR DO PINHEIRO & MENDES ADVOGADOS

PATROCÍNIO



APOIO



MÍDIA PARTNERS

FORNECEDORES OFICIAIS

TV LIDE CORREIO BRAZILIENSE



REVISTA LIDE



INICIATIVA



Inscreva-se:
CONFIRME.LIDE.COM.BR

Encontro presencial
VAGAS LIMITADAS

ELEIÇÕES

Pacheco mira no governo de Minas

Senador se filia ao PSB, mas nega ter definido candidatura ao comando do estado. Expectativa é de que o parlamentar ajude a fortalecer a campanha de Lula à reeleição

» RAPHAEL PATI

Reprodução/Instagram



Pacheco com João Campos: senador disse que o PSB tem um histórico de luta contra o totalitarismo

O ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (MG) se filiou, ontem, ao PSB, num evento em Brasília com a presença do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, e do presidente da sigla, João Campos. A expectativa é de que o senador dispute o governo de Minas Gerais e ajude a fortalecer, no estado, a candidatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição.

Pacheco, porém, preferiu não adiantar uma decisão. Disse que a escolha de um nome alinhado a Lula caberá “aos agentes políticos” do estado. “Nós temos a vaga de governador, vice-governador, as vagas de senador da República, e eu quero dizer que o PSB estará participando através do governo, do partido e com a minha presença nessa discussão, com um contrato para Minas Gerais num caminho diferente do atual”, afirmou o senador.

O senador destacou que Minas ainda possui diversos desafios nas áreas de saúde, educação, cultura e ciência, e que a intenção é unir o grupo progressista em um único projeto. “Então é um grande desafio e demanda muita maturidade, muita responsabilidade, e a união de agentes políticos em torno de um projeto comum”, frisou. “Nós temos muitos desafios no Senado para com o país, de muitos projetos ainda pendentes que precisam evoluir mesmo nesse processo eleitoral”, acrescentou.

O parlamentar, que deixou o PSD, citou a pandemia e os atos violentos de 8 de janeiro como momentos em que esteve ao lado do antigo partido. Ele deixou a sigla após quatro anos e meio. Antes de se filiar oficialmente ao PSB, chegou a abrir conversas com o União Brasil, mas a negociação não prosperou em virtude de a legenda ainda estar dividida entre ficar neutra ou apoiar o pré-candidato Flávio Bolsonaro (PL) nas eleições presidenciais.

Pacheco é mais um dos nomes conhecidos nacionalmente que passam a integrar o quadro do PSB meses antes das eleições. Além dele, a ex-ministra do Planejamento Simone Tebet anunciou filiação ao



O negacionismo se apresenta como um risco, o totalitarismo se apresenta como um risco. E os democratas deste país precisam se juntar, se agregar para poder fazer esse enfrentamento”

Rodrigo Pacheco (PSB-MG), senador

Crítica ao totalitarismo

Em tom eleitoral, Pacheco disse que a defesa da democracia passou a ser sua “causa de vida” e falou ser necessária a união dos “democratas” para lutar contra movimentos totalitaristas. Ele destacou que o PSB tem um histórico de luta contra o totalitarismo e citou as posições do partido contra a tentativa de golpe de Estado em 2023 e ante a defesa do bolsonarismo contra a vacina contra covid-19.

partido recentemente.

O presidente da sigla, João Campos, que deve anunciar hoje a saída da prefeitura do Recife para concorrer ao governo de Pernambuco, elogiou o novo filiado e disse

que Pacheco poderá ficar “muito à vontade” dentro do PSB. “O senhor é muito bem-vindo ao nosso partido, e a gente sabe a importância para a vida brasileira dessa filiação”, enfatizou.

Saiba mais

Processo de convencimento

O convite para o senador Rodrigo Pacheco (MG) se filiar ao PSB foi feito num jantar com o vice-presidente Geraldo Alckmin; com o presidente da sigla, João Campos; e com o ex-presidente da legenda Carlos Siqueira, na semana passada. O argumento usado pelos socialistas para tentar convencer o parlamentar foi de que, diferentemente de outros partidos em Minas, o PSB estaria fechado em torno de sua candidatura ao governo estadual.

O raciocínio visava demonstrar-lhe a ideia de embarcar em outros partidos, como o MDB, que tem como pré-candidato o ex-presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Gabriel Azevedo. A costura teve êxito.

Lula sobre Ciro: “Destemperado”

» VICTOR CORREIA

Ricardo Stuckert / PR



Lula participou de evento em Fortaleza: críticas a seu ex-ministro

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve no Ceará, ontem, e disparou ataques contra o favorito do momento para assumir o governo estadual: seu ex-ministro Ciro Gomes (PSDB). Para o petista, Ciro é “muito destemperado”, compra brigas desnecessárias e troca de partido com muita frequência. Apesar das críticas, frisou que o antigo aliado foi um bom ministro em seu primeiro mandato, e ainda pode contribuir para o país.

Em entrevista a uma rede de televisão local, o chefe do Executivo comentou sobre o cenário eleitoral cearense, e reforçou o apoio à reeleição de Elmano de Freitas (PT). Admitiu, ainda, que o PT terá que fazer alianças com outros grupos políticos no estado e deve ceder vagas ao Senado.

“O Ciro é muito destemperado. Sabe aquela pessoa que acha que o partido não vale nada?”, acrescentou. Ciro era filiado ao PDT, sigla pela qual disputou as eleições presidenciais em 2018 e em 2022. Após racha com o diretório do partido no Ceará, aliado de Lula, deixou a sigla e foi para o PSDB, em outubro do ano passado. Apesar das críticas, Lula frisou que “nunca falou mal” de Ciro e disse que o antigo aliado foi um bom ministro da Integração Nacional. O presidente comentou ainda

Sabe aquela pessoa que acha que o partido não vale nada?”, acrescentou.

Ciro era filiado ao PDT, sigla pela qual disputou as eleições presidenciais em 2018 e em 2022. Após racha com o diretório do partido no Ceará, aliado de Lula, deixou a sigla e foi para o PSDB, em outubro do ano passado.

Apesar das críticas, Lula frisou que “nunca falou mal” de Ciro e disse que o antigo aliado foi um bom ministro da Integração Nacional. O presidente comentou ainda

que o ex-ministro da Educação Camilo Santana, que deixou a pasta recentemente, era aliado de Ciro. Atualmente, Camilo é alvo de críticas constantes do tucano.

“Eu lembro que o Camilo acreditava tanto no Ciro que o Camilo levou o Ciro para conversar comigo em São Paulo. O Camilo achava que eu que era ruim, e o Ciro era bom. Ele agora está vendo o que aconteceu com ele”, acrescentou o presidente.

Ciro lidera as pesquisas de opinião. Levantamento da AtlasIntel

divulgado ontem mostra o tucano com 50,1% das intenções de voto em um eventual segundo turno contra Elmano, que pontua com 42,9%. Contra Camilo Santana, Ciro venceria por margem menor, com 48,4% contra 45,2%, respectivamente.

O chefe do Executivo chegou a cogitar, nos bastidores, colocar Camilo na disputa, a depender do desempenho eleitoral. Questionado sobre a possibilidade, Lula reforçou o apoio a Elmano e sugeriu que o ministro tem outras missões a cumprir no pleito — deve atuar na campanha estadual, e deixa a pasta nesta semana.

“O dado concreto é que o Elmano é um bom governador, é um companheiro que está cumprindo aquilo que foi determinado para ele cumprir, o programa de governo. Nós temos, em nível federal, trabalhado muito com o governo do estado”, enfatizou. “Acho que o Elmano merece ser candidato, tem todas as condições, vai ser reeleito governador. E eu acho que o Camilo tem outros voos para fazer”, emendou.

Na avaliação de Lula, há poucas chances de mudança na estratégia cearense. “Se depender do que eu leio em Brasília, (o cenário) está definido. A não ser que apareça uma figura como o Trump de repente por aqui, fazendo algum desastre.”

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Bônus e ônus para Lula da indicação de Messias ao STF

A indicação de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, às vésperas da campanha eleitoral, tem bônus e ônus. Ocorre num cenário político-institucional delicado, com a Corte muito desgastada por causa do envolvimento dos ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli com o Banco Master, e dividida quanto à condução desse processo pelo novo relator do caso, ministro André Mendonça — sem falar no racha entre os ministros quanto à aprovação de um Código de Ética para a magistratura. A eventual aprovação do nome de Messias reforçará a associação da imagem da Corte à de Lula, que passaria a ter três ministros, com Cristiano Zanin e Flávio Dino, fortemente ligados ao seu governo. Isso produz efeitos ambíguos, com ganhos políticos na relação com os demais poderes, porém, sob desgastes eleitorais imprevisíveis.

A escolha de Messias atende a um critério clássico de confiança política, muito mais do que o notório saber jurídico, que virou uma licença poética na aprovação de nomes para a Corte pelo Senado. Diferentemente de indicações mais “independentes” dos primeiros mandatos, a partir de critérios identitários raciais e de gênero, Lula opta por alguém com trajetória administrativa consolidada dentro do Estado e alinhamento direto com seu projeto. Messias construiu a carreira na Advocacia-Geral da União (AGU), ocupou funções técnicas e políticas em diferentes governos petistas e, desde 2023, atua como principal defensor jurídico do governo federal. Essa trajetória sugere um ministro previsível com visão jurídica afinada com a agenda do Executivo, especialmente em temas como políticas públicas, regulação econômica e prerrogativas da União.

Sua formação acadêmica e experiência no Banco Central, no BNDES e na Casa Civil conferem densidade técnica à indicação, o que facilita sua defesa na sabatina do Senado. Além disso, ao indicar alguém de dentro da AGU, Lula reforça a tradição de ministros oriundos dessa carreira, como Gilmar Mendes, Dias Toffoli e André Mendonça, indicados respectivamente por Fernando Henrique Cardoso, Lula e Jair Bolsonaro.

No entanto, os custos potenciais são expressivos. O principal deles é o reforço da narrativa — já disseminada na opinião pública e explorada pela oposição — de que o STF estaria com uma atuação governista. Para o cidadão comum, como você observa, a separação entre os Poderes é frequentemente abstrata. Executivo, Legislativo e Judiciário tendem a ser percebidos como partes de um mesmo sistema, cujo desempenho global recai, em última instância, sobre a liderança presidencial. Nesse sentido, ao ampliar o número de ministros identificados com Lula, o governo assume o risco de “internalizar” o desgaste do próprio Supremo.

Esse risco é particularmente sensível num momento em que o STF enfrenta críticas relacionadas à sua atuação política, ao protagonismo em temas legislativos e a controvérsias envolvendo investigações e decisões monocráticas. Ao associar ainda mais a Corte ao governo, a indicação de Messias pode produzir um efeito de contaminação cruzada: desgastes do STF passam a atingir Lula e crises do governo passam a repercutir diretamente na imagem do Supremo. O cidadão comum acredita que o presidente da República é que deveria pôr ordem na casa.

Barganha política

Outro ponto crítico é a reação do Senado. A tramitação já enfrentou resistências lideradas por Davi Alcolumbre (União-AP), presidente do Senado, que chegou a avisar que seguraria o processo. Aparentemente esse atrito foi superado. Na verdade, a aprovação do nome de Messias é uma moeda de troca de Alcolumbre e seus aliados na reorganização do governo, devido à saída de 14 ministros que disputarão as eleições. Por outro lado, uma aprovação apertada ou conflituosa pode fragilizar ainda mais a legitimidade do indicado na sua chegada ao Supremo. Nada que não seja superável, porém somente, ao longo do tempo, com a atuação do novo ministro, ou seja, após as eleições.

Messias carrega no passivo de imagem o episódio de 2016, quando seu nome apareceu em interceptações telefônicas no contexto da crise do impeachment de Dilma Rousseff, o que o tornou conhecido nacionalmente como um assessor zeloso, que cumpre qualquer tarefa. Embora isso não desabone sua capacidade jurídica, o fato é sempre lembrado pela oposição e reforça sua identificação com o núcleo político do lulismo, o que dificulta a construção de uma imagem de independência no início de sua atuação no STF.

Com a indicação de Messias, Lula busca previsibilidade decisória e alinhamento em temas sensíveis, mas pode estar contribuindo para aprofundar uma politização do Supremo e a judicialização da política. Em um cenário de polarização intensa, no qual o principal adversário — representado por Flávio Bolsonaro — explora justamente a crítica às instituições, esse movimento pode ter efeitos eleitorais deletérios.

Entretanto, a aprovação de Messias para o Supremo só não são favas contadas porque o jogo é casado com a reforma ministerial. Entretanto, os interesses políticos e o contexto eleitoral de Alcolumbre no Amapá reforçam sua aproximação com Lula. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, onde ocorrerá a sabatina, o senador Otto Alencar (PSD-BA) pretende colocar o nome de Messias na pauta assim que receber a indicação.

Brasília-DF



ROSANA HESSEL (COM EDUARDA ESPOSITO)
rosanahessel.df@dabr.com.br

Embate à vista I

Dados da pesquisa Atlas/Intel, divulgados ontem, mostram Pacheco bem colocado na intenção de voto espontâneo do eleitor mineiro para o cargo de governador. Ficou em segundo lugar nas intenções de voto na pesquisa espontânea, com 28,6%, enquanto Cleitinho obteve 32,7%. O candidato bolsonarista Mateus Simões (PSD) ficou em terceiro lugar na sondagem, com 8,7%. Em um eventual segundo turno, Cleitinho venceria Pacheco na disputa pelo governo mineiro por cinco pontos percentuais, com placar de 47% a 42%. Mas, contra Simões, a vitória de Pacheco seria maior, com placar de 43% a 31%, uma margem 12 pontos percentuais.

Embate à vista II

Ainda de acordo com a pesquisa Atlas/Intel, em um eventual segundo turno entre Lula e Flávio na disputa pelo voto dos mineiros para a Presidência, o placar do segundo turno está bem apertado, de 47,3% a 46,9%. Vale lembrar que, em 2022, Lula venceu Bolsonaro em Minas Gerais por uma margem muito pequena, de pouco mais de 560 mil votos. Foi quase o mesmo número de votos da então candidata do MDB, Simone Tebet, que ficou em segundo lugar.

Indefinição

Apesar de aparecer em primeiro lugar nas pesquisas para governador de Minas, Cleitinho ainda não decidiu se vai entrar na disputa. O parlamentar pretende esperar até maio para dizer se disputará a eleição para o governo. O Republicanos afirmou que, caso ele queira, a vaga é dele. Contudo, o senador avalia que, nesse momento, qualquer pré-candidato tem força. O cenário no estado está muito aberto, o que justifica a bagunça dos partidos em definir as nominatas. Muitas só devem sair após as convenções partidárias, em julho.

Tudo certo por aqui

Outro palanque para Lula na campanha para a reeleição definido está na Paraíba. Com a chapa em que o prefeito de João Pessoa, Cícero Lucena, se lançará para o governo, o senador Veneziano Vital do Rêgo e o deputado André Gadelha para o Senado, Lula e o MDB buscam se fortalecer no estado.

Pão de queijo com rapadura

Com a filiação do senador mineiro Rodrigo Pacheco ao PSB formalizada, na noite de ontem, em Brasília, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) consolida um palanque de peso em Minas Gerais para a mesma chapa vencedora de 2022, com o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), confirmado na véspera pelo chefe do Executivo na reunião ministerial. Mas uma vitória em Minas não será fácil para o petista, que terá um páreo duro como rapadura para reconquistar a confiança do eleitor no estado.

“Minas é um colégio eleitoral importante para consolidar a campanha eleitoral. Mas é um estado em que há uma divisão mais clara do bolsonarismo, porque há uma espécie de vácuo, que está mais difícil de ser ocupado”,

afirmou o cientista político Rafael Cortez, da Tendências Consultoria.

Cortez ressaltou que o senador Cleitinho Azevedo (Republicanos), que está à frente das pesquisas, não é uma figura ligada ao bolsonarismo e tenta um posicionamento além da polarização. Portanto, pode ajudar a embolar a disputa entre Lula e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que se consolida como o candidato da oposição. “As duas candidaturas nacionais tentam ocupar, criar bases sólidas nesse colégio”, acrescentou. Segundo ele, devido ao histórico de escândalos de corrupção nos governos petistas, Lula agiu corretamente em não tentar uma candidatura do PT na disputa em Minas Gerais.



Novo Desenrola no forno

O aumento da inadimplência das famílias brasileiras está deixando a equipe econômica do governo de cabelo em pé para criar um novo programa a fim de negociar as dívidas, nos moldes do Desenrola. O novo ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse ontem que o programa que está em estudo na pasta deve oferecer descontos de até 80% em relação aos débitos, com os 20% restantes sendo renegociados. Segundo ele, a medida deve ser publicada em um prazo de cerca de 10 dias. Resta saber com que recursos do Orçamento o governo vai financiar essa iniciativa, que retoma a antiga aposta dos governos petistas para estimular a economia — o consumo.

Olhar diferenciado

Parlamentares da Região Amazônica têm defendido que o governo olhe com atenção para o aumento dos preços dos combustíveis. Por ter uma extensão territorial muito grande, os fretes naturalmente já são mais caros. Mas, agora, com o aumento do preço do diesel, os preços estão atingindo valores exorbitantes, o que tem piorado ainda mais a situação de escoamento das produções do Norte.

Hora de discutir

Senadores e deputados ligados ao agronegócio têm batido na tecla de que o Brasil precisa discutir a expansão de ferrovias e hidrovias para evitar a dependência de combustíveis, principalmente nas crises ligadas a guerras em outros continentes. Além disso, defendem investir em refinarias nacionais para que o país possa ter o seu próprio estoque, não apenas por segurança, mas para vender com valor agregado também.

E a CPI?

Na avaliação de juristas constitucionais, o requerimento de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banco Master, enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), deve ser indeferido. Muitos referenciaram o argumento do ministro Flávio Dino na CPMI do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS): seria permitir uma dupla investigação do mesmo caso, com risco de decisões conflitantes.

JUDICIÁRIO

Ataque à venda de sentenças

Desembargador do TJ do Maranhão é afastado em operação da PF que investiga corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro

» FABIO GRECCHI

A Polícia Federal (PF) deflagrou, ontem, a Operação Inauditus para investigar um esquema de venda de sentenças, corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA). O desembargador Luiz de França Belchior Silva, da 3ª Câmara de Direito Privado, e quatro servidores comissionados foram afastados da Corte.

Agentes federais cumpriram 25 mandados de busca e apreensão,

expedidos pelo ministro, Francisco Falcão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). As diligências — que foram feitas também em gabinetes do tribunal, escritórios de advocacia e empresas com indícios de envolvimento no esquema — ocorreram em São Luís e nos municípios maranhenses de São José de Ribamar, Arari, Balsas, Bacabal e Guimarães. Os policiais também realizaram ações em Fortaleza, São Paulo e Lagoa Seca (PB).

Além das buscas, a Justiça decretou a prisão preventiva do principal operador do esquema,

o afastamento do desembargador e de quatro servidores comissionados, além da proibição de acesso deles ao Tribunal de Justiça do Maranhão e de contato entre os investigados. Também foi determinado o monitoramento eletrônico de seis pessoas e o sequestro e bloqueio de até R\$ 50 milhões em bens.

Direcionamento

Segundo a PF, as investigações “revelaram um esquema de direcionamento de decisões, com

celeridade seletiva, distribuição por prevenção e atuação conjunta de servidores com o objetivo de beneficiar parte em litígio, mediante vantagens indevidas”. Movimentações financeiras com indícios de triangulação e ocultação da origem ilícita dos recursos foram identificadas pelos investigadores.

O principal alvo da busca e apreensão foi o desembargador Antonio Pacheco Guerreiro Júnior. Além dele, o empresário Antônio Edinaldo de Luz Lucena também foi alvo de buscas em São Luís.

As diligências têm relação com a investigação de suposta corrupção e lavagem de dinheiro no TJ-MA no âmbito da Operação 18 Minutos, deflagrada pela Polícia Federal em agosto de 2024. Quatro desembargadores são investigados no caso e estão afastados desde outubro de 2024. Além de Antonio Pacheco Guerreiro Júnior, foram alvos naquele ano Luiz Gonzaga Almeida Filho, Marcelino Everton Chaves e Nelma Celeste Sousa Silva Sarney Costa.

O Ministério Público Federal

denunciou os quatro desembargadores, dois juizes de primeiro grau e outros 23 investigados em julho de 2025. Segundo o MPF, o esquema envolvia corrupção e liberação relâmpago de alvarás judiciais, com desvio estimado em R\$ 50 milhões.

Em nota, o TJ-MA informou que tem “compromisso com o princípio da transparência, colocando a administração à disposição das autoridades no que for cabível”. As defesas dos acusados foram procuradas, mas não se manifestaram até o fechamento desta edição. (Com AE)

Prisão para filho de ex-prefeito do Rio

» VANILSON OLIVEIRA

Uma nova fase da Operação Exfil, que investiga o acesso ilegal e o vazamento de dados fiscais de autoridades públicas — incluindo ministros e seus parentes — foi deflagrada ontem pela Polícia Federal (PF). A ação incluiu o cumprimento de mandados de prisão e de busca e apreensão nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, de pessoas ligadas ao empresário Marcelo Paes Fernandez Conde, que teve prisão preventiva decretada, mas continua foragido. Ele é filho do ex-prefeito da capital fluminense Luiz Paulo Conde.

As medidas foram autorizadas pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator do caso. A investigação apura a obtenção indevida de informações protegidas por sigilo fiscal, a partir de acessos não autorizados a sistemas da Receita Federal e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Segundo informou a Procuradoria-Geral da República (PGR), foram acessados dados de 1.819 contribuintes, entre

eles, ministros do STF, do TCU, deputados federais, ex-senadores, ex-governador, dirigentes de agências reguladoras, empresários, entre outros — quase todas classificadas como “pessoas politicamente expostas”.

Na decisão, fundamentada em parecer favorável da PGR, Moraes destacou a necessidade da busca e apreensão para a “reconstrução das cadeias de eventos e identificação de outros possíveis envolvidos”. As diligências realizadas nesta fase incluíram a apreensão de documentos e equipamentos eletrônicos, que serão analisados para identificar a extensão dos acessos indevidos e possíveis conexões entre os investigados. O STF autorizou ainda o afastamento do sigilo telemático dos aparelhos apreendidos, permitindo a extração forense de dados que possam confirmar a negociação de valores e a eventual reiteração da conduta criminosa.

De acordo com a PF, os acessos ilícitos teriam sido realizados por meio do uso irregular de credenciais com autorização para consulta aos sistemas da Receita. A apuração

aponta que essas permissões foram utilizadas fora da finalidade institucional, permitindo a obtenção de dados fiscais protegidos por sigilo.

A nova fase da operação é resultado do aprofundamento das análises realizadas em etapas anteriores, quando foram detectados registros considerados atípicos nos sistemas da Receita. Esses acessos indicaram possíveis irregularidades no uso das bases de dados fiscais.

À época das primeiras apurações, vieram à tona os nomes de servidores que passaram a ser investigados por suposto envolvimento nos acessos irregulares a dados sigilosos de autoridades e de seus parentes. Entre eles estão Ricardo Mansano de Moraes, auditor-fiscal da Receita Federal; Luiz Antônio Martins Nunes (técnico do Serviço Federal de Processamento de Dados-Serpro desde 1981); Luciano Pery Santos Nascimento (técnico do Seguro Social, lotado na Delegacia da Receita em Salvador); e Ruth Machado dos Santos (técnica do seguro social da Receita Federal lotada na Delegacia do Guarujá, litoral paulista).

Reprodução/Redes sociais



Filho do ex-prefeito carioca Luiz Paulo Conde, Marcelo está foragido

» Moraes no jato de Vorcaro

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, e a mulher, Viviane Barci de Moraes, teriam viajado em jatos executivos da empresa Prime Aviation, do ex-banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master. As informações são da *Folha de S.Paulo*. O casal afirma que nunca usou qualquer aeronave de Vorcaro. Segundo a reportagem, um cruzamento de informações da Agência Nacional de Aviação Civil, do Departamento de Controle do Espaço Aéreo e do Registro Aeronáutico Brasileiro permitiram localizar os voos de Moraes com a mulher. Eles viajaram, ao menos, oito vezes, entre maio e outubro de 2025, em aeronaves particulares. Sete voos foram em jatos da Prime e pelo menos um num avião de Fabiano Zettel, cunhado do banqueiro — preso por coparticipação nas fraudes do Master.



FORÇAS ARMADAS

Exército oficializa a 1ª general brasileira

Cláudia Cacho alcança o topo da hierarquia após quase 400 anos de criação da Força. Oficial médica desde 1998, ela torna-se, também, a primeira diretora do Hospital Militar de Área de Brasília (Hmab)

» RAPHAELA PEIXOTO
» GABRIELA BRAZ
» VICTOR ROGÉRIO*

Reprodução/Exército Brasileiro



Em um marco histórico, a médica Cláudia Lima Gusmão Cacho tornou-se a primeira mulher a alcançar o posto de general no Exército, quase 400 anos após a criação da instituição. A cerimônia ocorreu às 10h, no Clube do Exército, em Brasília, com a entrega da espada do generalato e do bastão de comando, símbolos de autoridade reservados ao topo da hierarquia.

Cláudia havia sido indicada ao posto em 24 de fevereiro, por votação secreta do Alto Comando da força. O ato de promoção da então coronel foi assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicado no *Diário Oficial da União* na terça-feira, abrindo caminho para que ela passe a integrar a liderança da cúpula militar.

O pioneirismo não é apenas do generalato. Com a nova função, Cláudia assume como a primeira diretora do Hospital Militar de Área de Brasília (Hmab), unidade onde ocupava o cargo de subdiretora. “Tenho consciência da responsabilidade, um reconhecimento pelo trabalho que foi realizado ao longo de todos esses anos desde o meu ingresso nas Forças Armadas”, comentou Cláudia, em entrevista ao *Correio*. “É a gratidão de um esforço, de uma trajetória que foi acontecendo aos poucos. Não é tarde nem cedo. Foi o tempo necessário desde a minha entrada até chegar hoje”, salientou.

Formada em medicina pela Universidade de Pernambuco (UPE), Cláudia começou o curso ainda aos 16 anos. Especializou-se em pediatria e iniciou a vida militar em 1996. À época, entrou como oficial temporária no 42º Batalhão de Infantaria Motorizada, em Goiânia. Dois anos depois, em 1998, ingressou na Escola de Saúde do Exército (EsSex) como oficial de carreira, após aprovação no Curso de Formação de Oficiais Médicos,

dando início à sua trajetória vitoriosa na corporação.

Em 8 de março, a hoje general Cláudia conversou com o *Correio*. “Tenho consciência da responsabilidade, um reconhecimento pelo trabalho que foi realizado ao longo de todos esses anos desde o meu ingresso nas Forças Armadas”, acrescentado que a chegada à cúpula militar “traz uma visibilidade maior para nós mulheres do Exército. Então, está sendo uma boa experiência, bem interessante.”

Sobre a presença de mulheres em postos de comando, a general considera ser esta uma evolução natural da carreira militar. “As Forças Armadas vêm se adaptando e aumentando essa força feminina, e a tendência é aumentar”, pontua. “As mulheres vêm entrando e desenvolvendo as atividades com competência, temos mulheres paraquedistas, guerreiras de céu, pilotos de helicóptero,

Tenho consciência da responsabilidade, um reconhecimento pelo trabalho que foi realizado ao longo de todos esses anos desde o meu ingresso nas Forças Armadas. É a gratidão de um esforço, de uma trajetória que foi acontecendo aos poucos. Não é tarde nem cedo. Foi o tempo necessário desde a minha entrada até chegar hoje”

Cláudia Cacho,
general do Exército

mulheres em cargos de direção, tudo isso é gradual e está acontecendo naturalmente”.

Merecimento

Segundo o ministro da Defesa, José Múcio, a escolha de Cláudia ocorreu por “absoluto merecimento” e representa uma homenagem às mulheres, sem abrir mão do critério técnico. Ele observou que a ascensão da agora general reflete mudanças recentes nas Forças Armadas — sobretudo a ampliação do espaço feminino, o que inclui as promoções de mulheres na Marinha e na Aeronáutica, além da criação do serviço militar feminino neste ano.

A disputa pelo generalato ocorreu de acordo com a turma de ingresso — no caso da nova general, os grupos que entraram em 1997 e 1998. Ao longo da trajetória na carreira, os oficiais passam por avaliações frequentes, sobretudo

aqueles que ocupam algum cargo de comando. Além dela, outros nove coronéis médicos, incluindo homens e mulheres, estiveram elegíveis à votação.

Após esse filtro, uma votação é realizada pelo Alto Comando. São três reuniões durante o ano para decidir os indicados ao generalato de acordo com o número de postos disponíveis. Além do desempenho individual, cada patente exige um tempo específico de trabalho para ter direito à promoção. No caso de Cláudia, ela pertence à turma que entrou em 1998, o que contabiliza 28 anos de serviço.

No mesmo evento em que Cláudia chegou ao generalato, 17 coronéis foram promovidos a general de brigada. Onze generais de brigada avançaram para general de divisão e dois generais de divisão chegaram ao posto de general de exército, reforçando o Alto-Comando da instituição.

SAÚDE PÚBLICA

Anvisa rebate mentira sobre vacina

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) veio a público para rebater mentiras sobre a segurança da vacina contra a gripe e reforçar que o imunizante é seguro e está à disposição de todos. Isso porque começaram a circular desinformações e inverdades sobre o fármaco nas redes sociais, depois do começo da campanha nacional de vacinação contra a doença — iniciada em 28 de março. Especialistas reforçam que a imunização é a melhor forma de evitar complicações e mortes pela doença.

As postagens mentirosas citam que substâncias presentes no imunizante seriam danosas ao organismo. Uma delas é o mercúrio, usado no produto na forma de timerosal. A agência, no entanto, reforça que a substância não oferece risco algum. O mercúrio atua como conservante, impedindo o crescimento de bactérias e fungos em frascos que contêm várias doses.

“A quantidade (usada na vacina) é ínfima e muitos estudos comprovam que essa formulação específica é eliminada rapidamente pelo corpo, sem causar danos ao sistema nervoso ou aos rins”, detalha a Anvisa, na nota.

Outro alvo das mentiras é o Octoxynol-10 (Triton X-100). Os conteúdos sugerem que o componente causaria doenças autoimunes ou câncer. A agência ressalta que as informações não têm base científica.

O componente, segundo a Anvisa, é um detergente usado para fragmentar o vírus durante a fabricação. Ele garante que o vírus seja inativado (morto) e não cause a doença.

“Apenas traços residuais permanecem no produto final. O Triton X-100 é amplamente utilizado em cosméticos e medicamentos aprovados no mundo inteiro, sem qualquer indício de que cause malformação ou doenças graves”, explica.

As mentiras também compararam o formaldeído da vacina com o “formol” usado em produtos cosméticos, alegando que o componente seria cancerígeno. A Anvisa esclarece que a informação é falsa. Ela cita que o próprio corpo humano produz formaldeído como parte do metabolismo das células.

“O sangue de um bebê, por exemplo, possui naturalmente uma concentração muito maior da substância do que qualquer vacina”, observa a Anvisa. “O formaldeído só

é considerado cancerígeno em exposições industriais altas e prolongadas. Nas vacinas, ele é usado em doses residuais mínimas apenas para inativar o vírus, sendo incapaz de causar leucemia ou outros tumores”, acrescenta.

Pneumonia e morte

A Anvisa ainda destaca que monitora de forma contínua a segurança das vacinas. “O risco real não está nos componentes do imunizante, mas sim nas complicações da gripe, que podem evoluir para pneumonia e óbito”, adverte. Isabella Ballalai, diretora da Sociedade Brasileira de Imunizações (Sbim), destaca que, embora existam grupos de alto risco, desfechos graves podem acontecer com qualquer pessoa.

A vacina influenza trivalente é oferecida gratuitamente nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e é indicada, prioritariamente, para crianças de seis meses a cinco anos e 11 meses, idosos e gestantes. De acordo com o Ministério da Saúde, o esquema vacinal para crianças de seis meses

Joédson Alves/Agência Brasil



Redes sociais disseminaram falsidades contra a vacina contra gripe

a oito anos depende do histórico de vacinação. Quem já foi vacinado anteriormente recebe uma dose. Quem ainda não foi precisa tomar duas, com intervalo mínimo de quatro semanas entre elas.

A imunização é feita anualmente porque o vírus influenza muda com frequência. A cada campanha, as vacinas são atualizadas para contemplar as cepas em circulação, o que torna a vacinação periódica essencial.

MEIO AMBIENTE

Marina: Autoridade Climática será criada



Fotografia: Casimiro/MMAMC

Marina e Alckmin se despedem e seguem para as eleições

» RAFAELA BOMFIM*

O governo ainda sustenta o projeto de criar a Autoridade Climática Nacional, que está em estudos desde janeiro de 2023. Foi o que garantiu, ontem, a ministra Marina Silva, depois de despedir-se do comando do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMAMC). Ela sai da pasta — que será comandada interinamente pelo secretário-executivo João Paulo Capobianco — para, possivelmente, disputar o Senado por São Paulo. O vice-presidente Geraldo Alckmin participou da cerimônia.

Apesar de ter se passado três anos desde que foi anunciada a criação da autarquia, Marina garante que ainda “é uma prioridade porque foi uma orientação do presidente Lula”. A ideia foi reafirmada pelo presidente numa reunião com prefeitos amazonenses em setembro de 2024, quando mais de 60 municípios do estado estavam em situação de emergência por causa de estiagem severa.

Ao realizar um balanço da gestão, ela destacou ações de fiscalização ambiental e redução do desmatamento. Segundo dados apresentados pela ministra, houve queda nos índices na Amazônia e no Cerrado, além do aumento de operações de combate a crimes ambientais realizadas por órgãos federais.

Marina também citou iniciativas como o fortalecimento de programas de monitoramento e o financiamento de projetos climáticos. “As fiscalizações cresceram e a área de mineração ilegal foi reduzida”, afirmou.

Futuro político

O último dia à frente do ministério foi, também, uma oportunidade para Marina dar indicações sobre seu futuro político. Ela disse que a decisão sobre seu futuro político depende de articulações em andamento e deve ser concluída até o fim da janela partidária, que se fecha amanhã.

O nome de Marina é cogitado para compor a chapa ao lado do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em uma eventual candidatura ao governo paulista, ou para disputar uma das cadeiras do Senado pelo estado. A outra vaga na chapa majoritária já é ocupada pela ministra Simone Tebet (Planejamento).

A ministra disse ter recebido convites de legendas como PT, PV, PSol e PSB. Apesar disso, destacou que segue filiada à Rede Sustentabilidade e que a discussão sobre eventual mudança de sigla está condicionada a uma disputa judicial interna. “Estou buscando por meios judiciais restabelecer o programa da Rede que, no meu entendimento, foi mudado de uma forma que não foi democrática”, declarou.

A saída da ministra ocorre dentro do prazo de desincompatibilização exigido pela legislação eleitoral.

* Estagiários sob a supervisão de Ana Sá e Fabio Grecchi

VISÃO DO CORREIO

Morte no trânsito revela falta de compromisso com a cidadania

As mortes de Emanuelle Martins Guedes de Farias, de 40 anos, e do filho dela, Francisco Farias Antunes, de 9, que estavam em uma bicicleta elétrica e foram atropelados por um ônibus na Tijuca, na Zona Norte do Rio de Janeiro, chamam a atenção para alguns fatores que, reunidos, são ingredientes para a tragédia. Mesmo porque, o que se sabe por ora, é que o episódio foi uma fatalidade. Um veículo por enquanto não identificado fechou o caminho da mãe e do menino, eles perderam o equilíbrio e caíram na faixa exclusiva para coletivo — que não teve como evitar o desastre. Começamos admitindo que os dois foram vítimas de um velho conhecido dos ciclistas: o desrespeito por parte de motoristas agressivos, que ignoram (ou fingem ignorar) duas leis — uma de trânsito, outra da física.

A de trânsito: o Artigo 29 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) explicita que os veículos maiores são responsáveis legais pela integridade dos menores. Há uma hierarquia de proteção na qual a ordem crescente é pedestres, ciclistas, motociclistas, automóveis e carros pesados. Ou seja: é do mais para o menos vulnerável.

Agora, alei da física. Isaac Newton publicou os enunciados básicos do movimento pela primeira vez em 1687. O primeiro é o da inércia, que versa sobre a resistência natural que um corpo oferece à mudança quando se move. Porém, é preciso lembrar que corpos com maior massa têm maior inércia, o que significa que demoram mais a parar porque exigem uma força proporcionalmente maior para alterar sua velocidade. Um veículo grande demorará sempre muito mais a parar do que um pequeno. Isso torna a expressão “ciclista folgado” totalmente irresponsável.

Ao desrespeito soma-se o completo desdém das administrações públicas pela mobilidade urbana. As metrópoles brasileiras são vergonhosamente inadaptadas ao ciclista. Não apenas por falta de ciclovias, mas porque a engenharia de tráfego não educa nem organiza. Pior: o estímulo ao transporte de massa,

em várias cidades, é uma falácia. O modal que deveria ser um fator de alívio ao trânsito, proporcionando mais segurança e fluidez, e um compromisso com a qualidade do ar respirado por todos, alcança o cidadão quase exclusivamente por questões econômicas.

A Resolução 996, do Conselho Nacional de Trânsito, que vigora desde 1º de janeiro, chama a atenção claramente do poder público sobre a proteção do usuário da bicicleta elétrica. Está no Artigo 6º: “Cabe ao órgão ou entidade com circunscrição sobre a via regulamentar a circulação de ciclomotores, bicicletas elétricas e equipamentos de mobilidade individual autopropelidos, nas vias terrestres abertas à circulação pública, conforme dispõe o art. 2º do CTB”. O parágrafo 2º frisa que “o órgão ou entidade com circunscrição sobre a via deve observar as diretrizes estabelecidas em resolução específica (973/2022) do Contran acerca do regulamento de sinalização viária”.

E o que diz essa resolução? Está no Artigo 1º: “Institui o Regulamento de Sinalização Viária, com o objetivo de estabelecer as especificações e requisitos técnicos a serem adotados em todo o território nacional, por todos os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), quando da implementação das soluções adotadas pela engenharia de tráfego e sinalização”.

Lidas as disposições cuidadosamente, representa que na via deve haver sinalização, visível, clara e óbvia, ao alcance de todos os usuários; que o espaço é permitido a mais de um tipo de veículo, do mais leve ao mais pesado; e que, eventualmente, essa sinalização é complementada por agente físico para a organização do movimento.

Não é possível dizer que todas as advertências aqui ressaltadas seriam capazes de preservar as vidas de Emanuelle e Francisco. Mas dá para afirmar que maior compromisso com a cidadania tornaria o tráfego nas cidades mais civilizado.



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Sem anistia

É lastimável que pré-candidatos à Presidência da República apresentem como cartão de visitas a promessa de anistia ampla, geral e irrestrita a golpistas condenados. Postulantes ao comando do país não têm pudor de enfatizar que o principal contemplado com o perdão será o chefe da organização criminosa que atentou contra a democracia. Chefe este, diga-se, que desfrutou de prisão domiciliar humanitária — benefício possível apenas no Estado de Direito que ele tentou derrubar.

O argumento acintoso desses pré-candidatos é que a pacificação do país passa pela anistia. Livrar da cadeia os que planejaram assassinato de autoridades? Os que depredaram os prédios dos Três Poderes? Os que bradaram por intervenção militar e queriam mergulhar o Brasil novamente num período de trevas?

Lembremos: ainda temos uma imensa dívida com nossa história. Nunca houve responsabilização pelas barbáries cometidas na ditadura militar. Quem perseguiu, reprimiu, torturou, estuprou e assassinou acabou perdoado. Mas até hoje há vítimas desaparecidas. Até hoje, há famílias sem respostas. E lá se vão 62 anos — completados na última terça-feira — desde o início daqueles tempos de terror.

O regime que envergonha este país foi tão brutal que não poupou nem crianças. A vítima mais jovem da ditadura, Carlos Alexandre, tinha 1 ano e oito meses, em 1974, quando foi torturado por agentes da repressão. Ele nunca se recuperou do trauma. Em 2013, tirou a própria vida.

A impunidade da corja que afligiu o Brasil durante mais de duas décadas instigou a investida que vimos recentemente. Os golpistas de agora só não alcançaram êxito porque as instituições funcionaram. E funcionaram tão bem que vimos, pela primeira vez, um ex-presidente ser condenado e ir para a cadeia por tentar derrubar a democracia, vimos punição de militares de alta patente, vimos o bando de radicais antipatriotas do 8 de Janeiro ser trancafiado. Um trabalho inestimável do Supremo Tribunal Federal. A Corte mostrou como golpistas devem ser tratados.

Fingir que nada aconteceu, passar uma borracha, “esquecer” — como querem pré-candidatos, no vale-tudo pela Presidência — é permitir que ocorram novas ofensivas. É permitir que o autoritarismo coloque novamente suas garras para fora, para tolher liberdades, calar vozes, assassinar. Os golpistas têm de cumprir suas sentenças, como criminosos que são. Sem redução de pena, sem anistia.



2 DE ABRIL
DIA MUNDIAL DA
CONSCIENTIZAÇÃO
DO AUTISMO

» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Rompendo barreiras

A promoção da primeira mulher a general do Exército, a médica Cláudia Lima Gusmão Cacho, é um marco que merece ser celebrado porque rompe uma barreira simbólica num espaço historicamente fechado às mulheres. Mas deve ser questionado porque revela o quanto o país demorou para reconhecer talentos que sempre estiveram ali, apenas invisibilizados por preconceito, tradição e hierarquia.

» **Pacelli M. Zahler**
Sudoeste

Democracia em colapso?

Quem é que nos assegura que estaremos escolhendo em 2026 os melhores líderes? Infelizmente, na realidade, trata-se de um problema que em nenhum sistema de governo conhecido até agora foi resolvido, embora nos regimes teocráticos ou sustentados pela religião, regimes políticos do passado, os homens tenham conseguido persuadir-se de que seus dirigentes eram também os eleitos de Deus. O sistema democrático não proporciona, por si mesmo, uma resposta cabal para o problema de “quem deve mandar”. O sistema atua de forma que a cada homem cabe um voto e aos partidos políticos, o livre jogo do poder. Efetivamente, o sistema não só não nos garante que os melhores irão governar como ainda proporciona muitas oportunidades para que os piores tomem o poder e façam escárnios do sistema que deu-lhes a chance. Hitler assumiu o poder por meio do sistema democrático. Assim como Allende. Estamos vivenciando o colapso da democracia?

» **Renato Mendes Prestes**
Águas Claras

Direita dividida

Inacreditável a decisão vaidosa de políticos sem noção. Como a direita quer ganhar a Presidência dividida. Enquanto a esquerda concorre com um único candidato, que abocanhará os 50% dos votos; a direita iria dividi-los em cinco: Zema, Caiado, Flávio, Leite e Ratinho. Agora em três, porque Leite e Ratinho, como políticos inteligentes, visualizaram que nada levariam e se retiraram. Não seria mais acertado que se reunissem para entrar em acordo sobre quem está com maior probabilidade e o apoiarem para ganhar o poder e servirem ao governo como ministros do ganhador? Vai entender o que se passa na cabeça de um quero-quero.

» **Fernando Varanda**
Brasília

Esgotamento

A ciência climática e a biologia humana nos contam exatamente a mesma história: não existe desenvolvimento sustentável em um sistema que opera em constante esgotamento. Assim como o planeta, o nosso corpo possui um limite para o estresse contínuo. A inovação, na saúde contemporânea, exige exatamente essa visão sistêmica: parar de apenas apagar incêndios locais com medicações e investigar como devolver o equilíbrio natural e a regulação ao organismo como um todo.

» **Matheus Magalhães**
Goiânia (GO)

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Acho interessante que, aqui no Distrito Federal, os estoques dos postos de combustível acabam simultaneamente. Passei na Asa Norte ontem de manhã e todos estavam mudando o preço ao mesmo tempo. É incrível!

Daniel Silva — Brasília

Terras raras são bens da União (art. 176 da Constituição Federal) e, portanto, são assunto de Estado. É inaceitável alguém propor delas dispor a estrangeiros por mera prática entreguista.

Marcos Paulino — Vicente Pires

Em seis meses, o STF passou de raiz para Nutella.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Trump manda os europeus irem buscar o próprio petróleo. É para lutarem sozinhos por um problema que ele criou? É só ele se retirar do jogo que o problema acaba. Menos para ele.

Lúcido Duval — Brasília

Trump está certo. Os EUA têm que gastar, nas guerras, com os seus aliados. Esses países europeus gostam de criticar, mas não gastam dinheiro contra o terrorismo.

Danilo Farah — Brasília

Italianos comemoraram quando souberam que iriam enfrentar a Bósnia por uma vaga na Copa do Mundo. A soberba precede a queda.

Edgar Damasceno

Jogaram melhorzinho contra a Croácia. Mas, mesmo assim, a Seleção é um time muito fraco.

Tiago B. dos Santos — Brasília

Na quinta-feira santa, Jesus se faz pequeno. Lava os pés dos discípulos, ensina a servir e institui a eucaristia. Ali nasce o maior presente que temos: Ele vivo no altar. Não é símbolo. É presença.

José R. Pinheiro Filho — Asa Norte

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houera, lá chegará”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Localidade	SEG/SÁB	DOM	ASSINATURAS*
			SEG a DOM
			R\$ 1.187,88
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES (promocional)
Assine (61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anúncios Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2588 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A. Press. Tel: (61) 3214-1131



D.A. Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h / domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.uudapress.com.br

Fraudes trabalhistas, extinção de direitos e o julgamento no STF



» LUIZ MARINHO
Ministro do Trabalho
e Emprego

» GLÁUCIO ARAÚJO DE OLIVEIRA
Procurador-Geral do Trabalho

Aproxima-se, no Supremo Tribunal Federal (STF), o julgamento de uma questão essencial: é possível validar a prática de transformar artificialmente um empregado em uma pessoa jurídica mesmo estando presentes todos os requisitos de um emprego? Se não for possível, por se tratar de uma fraude, qual ramo do Judiciário deve ser indicado para impedi-la?

A discussão é muito mais que jurídica. É social, estrutural e urgente. Dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) demonstram que, entre janeiro de 2022 e outubro de 2024, aproximadamente 4,8 milhões de pessoas deixaram de ser empregadas para se tornarem “PJs”. No direito do trabalho, há a prevalência da realidade sobre a forma. Com isso, não se pode batizar de A aquilo que é B. Ou melhor, não se pode dizer que uma prestação de serviços, por ser desenvolvida por pessoa jurídica, é apta a afastar a incidência de normas trabalhistas e previdenciárias se, na realidade, é um labor desempenhado por um verdadeiro empregado, nos moldes do artigo 3º da CLT.

Assim, não pode o Judiciário achar normal e validar a situação, por exemplo, de garís ou de auxiliares de serviços gerais que, mesmo

cumprindo ordens e tendo que bater ponto, deixaram de ser empregados para serem pessoas jurídicas. Infelizmente, há processos judiciais validando essa fraude em situações inimagináveis. Chamar de pessoa jurídica o que, na realidade, é empregado, é dizer que o empregador, ou quem detém o poder econômico, pode sair por aí batizando o que quiser de PJ, de autônomo, de MEI e outras tantas invenções, para diminuir seus custos em prejuízo de trabalhadores.

Ao chamar de pessoa jurídica uma faxineira, uma secretária ou um motorista que, na realidade, são empregados, fará com que o destinatário dos serviços deixe de pagar direitos básicos que foram conquistados ao longo de muito tempo e são fruto de muitas lutas. Citam-se o salário mínimo, a licença-maternidade, o décimo terceiro, o descanso semanal remunerado, os limites de horas de trabalho, entre tantos outros. Do outro lado, isso também gerará distorções de concorrência entre empresas sérias e aquelas que usam esses mecanismos fraudulentos.

Essa mágica de transformação impactará negativamente a previdência e o Estado brasileiro, que não terão recursos para pagar os benefícios sociais e nem para oferecer serviços públicos básicos aos que mais precisam. Conforme estudos do MTE, apurou-se uma perda previdenciária de R\$ 61 bilhões entre janeiro de 2022 e outubro de 2024, decorrente da transformação de trabalhadores empregados em “pejotizados”. A Receita Federal estimou as perdas de recursos para o Estado com base apenas no quantitativo de MEIs atuais, totalizando um valor de aproximadamente R\$ 85 bilhões somente nos últimos três anos.

Além disso, o Fundo de Amparo ao

Trabalhador (FAT) será duramente atingido, prejudicando seriamente políticas públicas de habitação, abono salarial e seguro-desemprego. Dados do MTE apontam que, no acumulado entre 2020 e 2024, deixaram de ingressar R\$ 64,9 bilhões no fundo. Por tabela, o BNDES será duramente impactado: o FAT lhe destina 28% de suas receitas, comprometendo, assim, programas de desenvolvimento econômico e social.

Finalmente, a segunda questão posta no julgamento: qual ramo do Judiciário terá a atribuição de julgar essas fraudes? Justiça Comum ou Justiça do Trabalho? E aqui a resposta precisa ser também clara: a Justiça do Trabalho, que historicamente julga as fraudes trabalhistas e reconhece empregos, garantindo direitos. Seus juízes possuem a formação e experiência para examinar a matéria. A Emenda 45 da Constituição ampliou suas atribuições em 2024, trocando expressamente a referência a empregadores para dizer que a Justiça do Trabalho deve julgar, como o próprio nome diz, as relações de trabalho em geral. A Justiça do Trabalho é mais célere, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e, como se sabe, trabalhador tem pressa, pois depende dos recursos do seu trabalho para satisfazer suas necessidades básicas. Se há uma Justiça especializada, esta deve julgar os casos de fraudes trabalhistas.

É hora, então, de a sociedade civil, os movimentos sindicais e os agentes políticos pensarem seriamente no assunto. Se todos queremos um país mais justo, com menos desigualdade social, com menos concentração de riqueza e com menos violência, mágicas fraudulentas não devem ser permitidas e precisam ser impedidas pela Justiça do Trabalho, sob pena de se tornarem feitiço para milhões de brasileiros e brasileiras.

Maurenilson Freire/CB/DA Press



Cátedra Sérgio Henrique Ferreira: o que temos aprendido



» MOZART NEVES RAMOS
Titular da Cátedra Sérgio
Henrique Ferreira da USP de
Ribeirão Preto e professor
emérito da UFPE

Ao longo dos anos, a Universidade de São Paulo (USP) tem incentivado a criação de cátedras para promover a interdisciplinaridade, compartilhar conhecimentos, dinamizar pesquisas e estreitar relações com a sociedade e o setor privado. Nesse contexto, foi criada, há sete anos, a Cátedra Sérgio Henrique Ferreira (SHF), vinculada ao Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo - Polo Ribeirão Preto (IEA-RP/USP), mediante o apoio do programa Santander Universidades, tendo como foco de atuação a melhoria do aprendizado e a redução das desigualdades escolares em redes municipais de ensino. Até hoje, mais de 200 municípios brasileiros foram beneficiados pelo trabalho da Cátedra (SHF), em particular aqueles localizados nos estados de São Paulo, Alagoas, Mato Grosso do Sul, Bahia, Rio Grande do Sul e Maranhão.

Entre os trabalhos realizados, vale destacar, pela grandeza e profundidade, o que se refere ao desempenho escolar da Rede Municipal de Ensino de São Paulo — que incluiu uma análise detalhada das desigualdades escolares envolvendo as 13 Diretorias Regionais de Educação (DREs), pois é assim que a rede se organiza. Uma das características do nosso trabalho consiste em atuar em colaboração com a rede de ensino; depois de concluído, o resultado segue

para uma entrega formal ao prefeito do município — e assim foi feito em São Paulo com o prefeito Ricardo Nunes. Esse trabalho foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Na verdade, todos os nossos projetos são financiados por instituições parceiras, o que nos permite oferecer gratuitamente nossos serviços aos municípios. Além da Fapesp, temos tido o apoio da B3 Social, da Fundação Telefônica VIVO (FTV) e da Fundação Bracell.

Temos não apenas ensinado, mas aprendido também, e muito. Hoje, olhando as enormes desigualdades escolares das redes de ensino em todo o Brasil, estamos convictos de que uma das razões que leva o país a não avançar na velocidade esperada vem do fato de que, em geral, aplica-se a mesma solução para problemas muito distintos. Fazendo uma analogia com a área da saúde, é como se o mesmo remédio fosse aplicado para doenças distintas. Além disso, a cultura do achismo ainda é usada em larga escala para encontrar a solução educacional, em vez de se empregarem dados e evidências para tomar decisões mais assertivas.

Em geral, nas secretarias municipais de Educação (SMEs) faltam técnicos em análises de dados para executarem estudos mais elaborados a fim de resolver problemas cada vez mais complexos — são épocas disruptivas de mudanças exponenciais e não mais lineares. Esse é um dos esforços que a Cátedra SHF vem fazendo — o de formar quadros técnicos para essas SMEs, além de preparar gestores escolares enquanto lideranças transformacionais.

Outro aspecto que merece atenção é quanto ao financiamento da educação — refiro-me aqui ao Valor Ano Aluno Resultado (VAAR), do

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), e ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Educacional, que estão diretamente vinculados, quanto ao seu recebimento, à melhora da aprendizagem escolar e à redução das desigualdades. Em vista do que temos acompanhado, os municípios — e não só os pequenos — não estão devidamente preparados e estão perdendo dinheiro. Muitos não sabem o que significa aprendizado adequado em termos de pontuação por meio do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) — e, quando sabem, não entendem que habilidades e competências precisam ser desenvolvidas no aluno para que isso se efetive.

Os municípios pequenos continuam ainda muito solitários, não obstante os esforços empreendidos pelos governos estaduais e federal. Deveriam apostar mais no modelo de consórcio educacional — já previsto em lei, para se ajudarem, ou mesmo em arranjos de desenvolvimento da educação — um modelo de colaboração horizontal entre municípios. Por outro lado, um fato curioso nos tem chamado a atenção: quem tem puxado para baixo o Indicador de Crianças Alfabetizadas (ICA) nos estados são os grandes centros, e não os pequenos municípios. Um dos exemplos mais marcantes ocorre no Estado de São Paulo, com base nos dados de 2024. Esse estudo está em curso pela Cátedra Sérgio Henrique Ferreira de Ribeirão Preto, devendo ser concluído após a divulgação dos resultados do ICA por municípios de 2025. Por fim, acreditamos que o Brasil pode aprender com o Brasil — há muitos municípios que estão conseguindo excelentes resultados, alguns até em regiões de baixo PIB per capita.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

Subjetivismos legais

Discussões recentes no Senado Federal sobre a criminalização da misoginia reacenderam um debate antigo, mas sempre atual: até que ponto o direito pode ou deve avançar sobre comportamentos e discursos sem comprometer garantias fundamentais como a liberdade de expressão e a segurança jurídica? Texto aprovado, ao estabelecer que o juiz deve considerar discriminatória qualquer conduta que cause “constrangimento, humilhação, vergonha, medo ou exposição indevida” a determinados grupos, introduz um elemento central de controvérsia: a subjetividade.

Termos amplos, abertos e dependentes de interpretação individual passam a ocupar o núcleo de uma norma penal, justamente o campo do direito em que a precisão deveria ser máxima. No direito penal moderno, vigora o princípio da legalidade estrita. Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal. Esse princípio não é mero formalismo; ele representa uma proteção contra arbitrariedades. Quando a lei se torna vaga, o risco não é apenas teórico: amplia-se o espaço para interpretações divergentes, decisões inconsistentes e eventual uso instrumental do sistema de justiça.

O jurista italiano Luigi Ferrajoli, um dos principais teóricos do garantismo penal, sustenta que normas penais devem ser claras, precisas e estritas justamente para evitar abusos de poder. Para Ferrajoli, a vagueza normativa compromete a previsibilidade do direito e enfraquece sua legitimidade. Sob essa ótica, dispositivos legais que dependem fortemente da percepção subjetiva do julgador tendem a gerar insegurança jurídica.

No Brasil, vozes relevantes do meio jurídico também têm se manifestado sobre os riscos de expansão do direito penal para áreas sensíveis e de difícil delimitação. Miguel Reale Jr. já alertou, em diferentes ocasiões, para o perigo do chamado “direito penal simbólico”, no qual leis são criadas mais para transmitir mensagens políticas do que para produzir efeitos concretos e equilibrados. Nesse tipo de legislação, a intenção pode até ser legítima, mas os instrumentos utilizados acabam gerando distorções.

Outro nome frequentemente citado nesse debate é Ives Gandra da Silva Martins, que tem defendido a necessidade de preservar limites claros à atuação estatal, especialmente quando se trata de restringir liberdades individuais. Para Gandra, normas excessivamente abertas podem ser utilizadas de maneira seletiva, dependendo do contexto político e social.

A crítica central não reside necessariamente no objetivo da lei para combater discriminação e proteger grupos vulneráveis, mas na forma como esse objetivo é operacionalizado. Ao deslocar para o juiz a tarefa de definir, caso a caso, o que constitui constrangimento ou humilhação, a norma transfere para o campo da interpretação individual aquilo que deveria estar claramente delimitado no texto legal. Esse deslocamento tem consequências práticas.

Dois juízes, diante de situações semelhantes, podem chegar a conclusões completamente diferentes. O que para um magistrado pode ser entendido como crítica legítima, para outro pode ser classificado como conduta discriminatória passível de sanção penal. Essa imprevisibilidade fragiliza a confiança no sistema de justiça.

O filósofo do direito Norberto Bobbio já afirmava que a segurança jurídica é um dos pilares do Estado de Direito. Sem ela, cidadãos deixam de saber quais comportamentos são permitidos ou proibidos, e o direito passa a ser percebido como instrumento incerto, sujeito a variações interpretativas.

Outro ponto relevante diz respeito à liberdade de expressão. Democracias consolidadas reconhecem que esse direito não é absoluto, mas também estabelecem limites claros para sua restrição. Quando normas legais ampliam excessivamente o campo de intervenção estatal sobre discursos, surge o risco de autocensura não por proibição explícita, mas por medo de interpretações desfavoráveis.

Nesse contexto, alguns críticos associam esse tipo de legislação a tendências internacionais que buscam regular discursos considerados ofensivos ou discriminatórios. Esse fenômeno, frequentemente descrito como parte de agendas contemporâneas de regulação social, tem gerado debates intensos em diversos países. Enquanto defensores argumentam que tais medidas são necessárias para proteger grupos historicamente vulneráveis, opositores alertam para riscos de excessos e restrições indevidas à liberdade individual.

Importante observar que o Brasil possui um conjunto robusto de leis voltadas ao combate à discriminação, incluindo normas sobre racismo, injúria qualificada e violência de gênero. A criação de novos tipos penais, especialmente com formulações amplas, levanta a questão sobre sua real necessidade e eficácia.

Além disso, há o impacto institucional. O sistema de justiça brasileiro enfrenta críticas relacionadas à morosidade, complexidade e, em alguns casos, falta de uniformidade nas decisões. A introdução de normas subjetivas tende a ampliar esses desafios, aumentando o número de disputas judiciais e a dificuldade de aplicação consistente da lei.

O debate sobre essa lei não deveria se limitar a rótulos ou polarizações ideológicas. Trata-se de uma discussão sobre os limites do direito penal, o equilíbrio entre proteção e liberdade e a qualidade das normas que regem a convivência social. Se o objetivo é fortalecer o Estado de Direito, o caminho passa menos pela multiplicação de leis e mais pela construção de um ordenamento jurídico coerente, previsível e capaz de garantir, ao mesmo tempo, proteção e liberdade. Fora disso, o risco é substituir a segurança do direito pela incerteza das interpretações — um cenário que nenhuma sociedade democrática pode considerar desejável.

A frase que foi pronunciada

Quanto maior o número de leis,
tanto maior o número de ladrões.

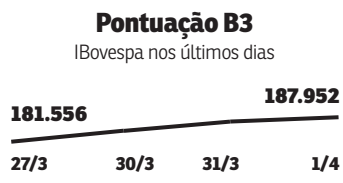
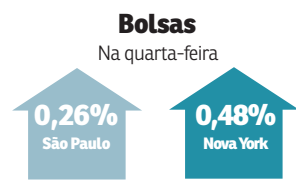
Lao-Tsé

História de Brasília

Disse que as verbas da Novacap serão liberadas para os pagamentos imediatos, e futuras obras serão atacadas. (Publicada em 17/5/1962)



9 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 2 de abril de 2026



Dólar
Na quarta-feira

R\$ 5,156
(- 0,42%)

Salário mínimo

Dólar	Últimos
26/março	5,256
27/março	5,241
30/março	5,247
31/março	5,178

Salário mínimo
R\$ 1.621

Euro
Comercial, venda na quarta-feira

R\$ 5,975

CDI
Ao ano

14,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)

14,64%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Outubro/2025	0,09
Novembro/2025	0,18
Dezembro/2025	0,33
Janeiro/2026	0,33
Fevereiro/2026	0,70

CONFLITO NO ORIENTE

Combustível de aviação aumenta 55%

Setor estima "consequências severas", com elevação de preço das passagens. Petrobras lança medidas para mitigar efeitos

» PEDRO JOSÉ*

Reprodução/GOV.BR



Para minimizar o impacto da elevação, a Petrobras oferece a possibilidade de parcelamento do pagamento do combustível em até seis vezes

A Petrobras anunciou, ontem, o aumento médio de 55% no preço do querosene de aviação (QAV). O reajuste ocorre em meio à alta do petróleo no mercado internacional, impulsionada pelo conflito envolvendo os Estados Unidos e Israel contra o Irã.

O combustível, que, segundo a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), representava cerca de 30% dos custos totais das empresas aéreas, deve passar a responder por até 45% das despesas operacionais, de acordo com a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear). O impacto considera, também, o aumento de 9,4% registrado no início de março.

Apesar de o Brasil produzir a maior parte do querosene consumido internamente, o preço do QAV segue a paridade internacional, o que expõe o setor às variações externas. A Petrobras responde por cerca de 85% da produção nacional.

Na prática, o reajuste varia conforme a região. Em Ipojuca (PE), o litro passou de R\$ 3,49 para R\$ 5,40. Já em São Luís (MA), o valor subiu de R\$ 3,45 para R\$ 5,38, com variações entre 53,4% e 56,3%.

Em nota, a Abear afirmou que o aumento pode afetar a oferta de voos. "A medida tem consequências severas sobre a abertura de novas rotas e a oferta de serviços, restringindo a conectividade do país e a democratização do transporte aéreo".

Em resposta à repercussão e visando mitigar os impactos financeiros no setor, a Petrobras anunciou, ainda ontem, o parcelamento do reajuste. As distribuidoras que atendem à aviação comercial terão a opção de pagar apenas 18% de aumento, inicialmente, e dividir a diferença em até seis vezes.

Para viabilizar a iniciativa, a estatal informou que disponibilizará ao mercado um termo de adesão ao parcelamento até a próxima segunda-feira, com validade retroativa a 1º de abril. De acordo com a companhia, o objetivo é preservar

a demanda pelo produto e amenizar os efeitos do forte reajuste na aviação brasileira, "assegurando o bom funcionamento do mercado".

A Petrobras justificou que esse instrumento contribui para a saúde financeira dos clientes ao mesmo tempo em que preserva a neutralidade financeira da própria empresa.

A escalada na região conta com o fechamento do Estreito de Ormuz, onde passam 20% da produção mundial, e isso gerou distorções na cadeia de petróleo e redução da oferta no mercado global.

Além das iniciativas da própria Petrobras, o governo federal acelerou a discussão de um pacote de medidas para evitar o repasse para o preço das passagens aéreas.

O Ministério de Portos e Aeroportos encaminhou ao Ministério da Fazenda uma série de propostas voltadas a aliviar os custos

estruturais das companhias aéreas. Entre as alternativas em análise estão a redução da cobrança de PIS/Cofins sobre o QAV, a eliminação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas operações do setor e a diminuição do Imposto de Renda (IR) incidente sobre contratos de aeronaves.

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé França, confirmou que as ações serão apresentadas nos próximos dias pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan. "Haverá um conjunto de medidas que serão apresentadas pelo ministro Dario que vão mitigar o impacto dessa questão geopolítica na aviação brasileira", disse.

GLP

O governo busca saídas também para minimizar a elevação de preço do gás liquefeito de petróleo

(GLP) — o gás de cozinha — sobre a população. Na última terça-feira, a Petrobras realizou o leilão de 70 mil toneladas de GLP com preços até 100% maiores que os cobrados na tabela da estatal.

Em nota, a Associação Brasileira das Entidades de Classe das Revendas de Gás (Abragás) afirmou que revendedores avaliam abandonar o programa Gás do Povo, destinado a famílias com renda per capita de até meio salário-mínimo.

"Se o governo não adotar medidas urgentes para estancar essa situação de descontentamento das revendas, o programa corre risco de uma debandada dos credenciados", diz o presidente da Abragás, Jose Luiz Rocha, na nota.

* Estagiário sob a supervisão de Edla Lula

Preço do petróleo cede

» RAFAELA GONÇALVES

Os preços do petróleo recuaram com intensidade nos mercados internacionais ontem, impulsionados pela crescente expectativa de uma desescalada do conflito entre Estados Unidos e Irã. A perspectiva de um possível acordo nas próximas semanas reduziu o prêmio de risco geopolítico que vem sustentando as cotações acima dos US\$ 100 por barril.

O WTI para maio, negociado na New York Mercantile Exchange (Nymex), fechou em queda de 1,24% (US\$ 1,26), a US\$ 100,12 o barril. Já o Brent para junho, na Intercontinental Exchange (ICE) de Londres, recuou 2,70% (US\$ 2,81), a US\$ 101,16, chegando a ser negociado abaixo de US\$ 100 durante o pregão.

O movimento refletiu declarações do presidente norte-americano, Donald Trump, que afirmou que os Estados Unidos poderiam encerrar o conflito em duas a três semanas, mesmo sem um acordo formal.

O otimismo ganhou força entre os investidores, que reduziram posições defensivas em commodities energéticas, enquanto aguardavam o pronunciamento de Trump sobre as tensões no Irã. Na fala, o presidente estadunidense afirmou, entre outras coisas, que "o pior da guerra já passou". (Leia mais na página 11)

A expectativa de arrefecimento das tensões também repercutiu positivamente nas bolsas globais, com investidores migrando para ativos de maior risco diante da perspectiva de estabilidade no cenário internacional.

Apesar do clima mais favorável, episódios de escalada continuam a pressionar o mercado de energia. Israel realizou novos ataques contra Teerã, ontem, atingindo, segundo as Forças de Defesa de Israel, a região de Mahlat. O governo iraniano não confirmou mortes de autoridades militares, mantendo a incerteza sobre o desfecho do conflito.

O mercado, portanto, segue em compasso de cautela. Enquanto a possibilidade de uma solução diplomática reduz os riscos e afeta positivamente preços e bolsas, os acontecimentos no terreno lembram que a volatilidade ainda pode retornar rapidamente.

Segundo Mauro Lourenço Dias, presidente do Fiorde Group, os efeitos da crise já são perceptíveis nas operações de comércio exterior. "Na prática, a escalada militar no Oriente Médio levou ao fechamento de espaços aéreos estratégicos e à imposição de restrições em uma das principais rotas marítimas do mundo. Isso obriga empresas de transporte a redesenhar rotas e aumenta o tempo de trânsito das cargas, reduzindo a previsibilidade da logística internacional", afirma.

Setor de gás natural deve reduzir 0,5% de emissão

O Conselho Nacional de Política Energética definiu, ontem, a meta para produtores e importadores de gás natural deverão reduzir as emissões de gases de efeito estufa em pelo menos 0,5% ainda em 2026. A exigência integra as diretrizes da Lei do Combustível do Futuro, que previa inicialmente uma redução mínima de 1%. O conselho, no entanto, optou por estabelecer de forma excepcional um índice menor neste primeiro momento, com o objetivo de equilibrar as condições de mercado e evitar aumento de custos diante da atual oferta e demanda de biometano.

Para acompanhar a evolução do setor, foi criada a Mesa de Monitoramento do Mercado de Biometano. A iniciativa tem como finalidade avaliar o desenvolvimento da produção e possibilitar, no futuro, o retorno ao percentual original de redução de emissões.

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

será responsável por assegurar a transparência das informações do setor, fornecendo dados para subsidiar o monitoramento.

A definição de uma meta busca sinalizar previsibilidade ao mercado e incentivar novos investimentos. A estratégia considera o biometano como alternativa para reduzir emissões, sem comprometer a segurança energética e a competitividade da indústria.

Potencial

O biometano possui características semelhantes às do gás natural fóssil e pode ser utilizado em aplicações veiculares, industriais e na geração distribuída de energia. Apesar de ainda ter participação limitada na matriz, o país apresenta potencial de expansão. Atualmente, existem 19 usinas autorizadas para produção e outras 37 em processo de autorização junto à ANP.

Para o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, a definição da meta em 0,5% representa um passo estratégico para o fortalecimento do mercado de gás no país. "Ao estabelecer uma meta clara e previsível, o Brasil dá um sinal importante ao mercado, estimula investimentos e cria as condições necessárias para o desenvolvimento do biometano como vetor de descarbonização, sem comprometer a segurança energética e a competitividade da indústria", explicou Silveira.

Conselho Nacional de Política Energética aprovou também, ontem, uma resolução que torna 80% do volume total de biodiesel comercializado em território nacional interesse da Política Energética Nacional para fins de atendimento ao percentual obrigatório de mistura ao diesel B que seja de origem das unidades detentoras do Selo Biocombustível Social. (P*)

Ed Alves/CB/DA Press



Para Silveira, ao estabelecer meta, Brasil dá "sinal claro" para o mercado

COMBUSTÍVEIS

Cresce adesão à subvenção

Após conversa com Durigan, Celina Leão inclui o Distrito Federal na lista dos governos que apoiam a medida

» RAFAELA GONÇALVES

Pelo menos 22 estados já sinalizaram com a adesão à proposta do governo federal que prevê a concessão de subvenção a importadores de diesel visando mitigar os efeitos do choque de preços do petróleo sobre a população diante das tensões no Oriente Médio. O Distrito Federal, que inicialmente havia recusado a proposta, anunciou adesão ontem, após contato do ministro da Fazenda, Dario Durigan com a governadora Celina Leão.

A mudança de posição ocorre em um momento de pressão sobre os preços dos combustíveis, com impacto direto no custo do transporte e na inflação local. De acordo com a governadora, embora a adesão deva aumentar a pressão sobre as contas públicas do DF, a ausência da medida poderia gerar efeitos ainda mais significativos, especialmente sobre o transporte público e o setor de cargas.

A medida estabelece uma subvenção de R\$ 1,20 por litro de diesel importado, com custo dividido igualmente entre União e governos estaduais. Segundo o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), pelo menos 80% das unidades da federação devem participar da iniciativa.

Apesar da ampla adesão, alguns estados ainda não se posicionaram oficialmente, aguardando a publicação da medida provisória que regulamentará o programa antes de tomar uma decisão. Em entrevista, ontem, à *Globonews*, Durigan afirmou que a MP só vai ser publicada na próxima semana, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva retornar a Brasília.

Minervino Júnior/CB/D.A. Press



Objetivo da medida é minimizar o impacto do conflito no Oriente nos preços do diesel no Brasil, o que pode provocar alta de preços em vários produtos

“O presidente está viajando. Nós vamos aguardar o presidente voltar para editar essa medida provisória, que já está combinada com os Estados. Eu espero que, nesse meio tempo, esses pouquíssimos Estados que ainda não aderiram também adiram”, disse à jornalista Miriam Leitão.

Com duração estimada de dois meses, a medida deve provocar uma perda de cerca de R\$ 1,5 bilhão na arrecadação estadual, compensada por meio da retenção de recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

O modelo dispensa a redução

do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), ao contrário da proposta inicial. A iniciativa se soma a medidas já adotadas pelo governo federal, como a isenção de PIS/Cofins e o subsídio de R\$ 0,32 por litro em vigor.

“A medida tem caráter excepcional, temporário e busca assegurar a previsibilidade e a estabilidade no abastecimento de combustíveis no país, atenuando os efeitos críticos mundiais que derivaram da atual intervenção conflituosa no Oriente Médio”, destacou o Confaz em nota conjunta com o Ministério da Fazenda.

Sem efeito imediato

A adoção do governo distrital é vista pelo setor como um sinal de abertura ao diálogo diante de um cenário econômico desafiador, especialmente considerando o peso do diesel sobre transporte, logística e custo de vida. Apesar disso, o presidente do Sindicombustíveis-DF, Paulo Tavares, avalia que a iniciativa não deve ter impacto imediato para o consumidor.

Segundo ele, a complexidade da formação de preços impede repasses automáticos. “A formação de

preços envolve origem do produto, volume importado, custo logístico e a gestão dos estoques já adquiridos”, disse.

Outro ponto de incerteza é o formato operacional da política. Ainda não há definição se o subsídio será aplicado diretamente ou via créditos posteriores às distribuidoras, o que pode retardar seus efeitos. “Essa definição é crucial para entender o impacto real na bomba”, afirmou.

No Distrito Federal, onde o abastecimento depende quase integralmente de fontes externas, o cenário é mais sensível.

Subsídio ao diesel

Estados que aderiram à proposta do governo:

Acre (AC)
Alagoas (AL)
Amazonas (AM)
Bahia (BA)
Ceará (CE)
Distrito Federal (DF)
Espírito Santo (ES)
Maranhão (MA)
Mato Grosso (MT)
Mato Grosso do Sul (MS)
Minas Gerais (MG)
Paraíba (PB)
Paraná (PR)
Pernambuco (PE)
Piauí (PI)
Rio Grande do Norte (RN)
Rio Grande do Sul (RS)
Roraima (RR)
Santa Catarina (SC)
São Paulo (SP)
Sergipe (SE)
Tocantins (TO)

As distribuidoras já aplicaram reajustes de cerca de R\$ 1,15 por litro, mantendo a pressão sobre os preços. Com a logística baseada no transporte rodoviário, movido a diesel, os custos de frete seguem em alta. “Os postos já enfrentam aumento significativo no frete, pressionando margens e preços finais”, reforçou Tavares.

O setor reconhece a importância da medida, mas destaca a necessidade de transparência, previsibilidade e segurança operacional para que o subsídio alcance, de fato, o consumidor final.

REDUÇÃO DA JORNADA

Preços podem subir 6,2%

Iano Andrade/CNI

» DANANDRA ROCHA

A possível redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais pode provocar uma alta média de 6,2% nos preços de bens e serviços no país. É o que indica levantamento da Confederação Nacional da Indústria, divulgado, ontem, que projeta impactos diretos no custo de vida da população.

De acordo com o estudo, a elevação de preços seria disseminada por diferentes setores da economia. As compras em supermercados, por exemplo, podem ficar 5,7% mais caras. Produtos agropecuários teriam aumento em torno de 4%, enquanto itens industrializados, como roupas e calçados, poderiam subir, em média, 6%, chegando a 6,6% nesses segmentos específicos.

O setor de serviços também seria afetado, com reajustes estimados em até 6,5%, atingindo desde serviços pessoais, como manicure e cabeleireiro, até atividades como pintura residencial. Já a conta de internet pode registrar aumento ainda mais expressivo, de até 7,2%.

A simulação da CNI considera um cenário em que a redução da jornada seria compensada pela contratação de novos trabalhadores. Ainda assim, a entidade avalia que as horas não seriam integralmente recompostas, ao mesmo tempo em que o custo da hora trabalhada aumentaria, fator que pressionaria os preços ao longo de toda a cadeia produtiva.

Entre os setores, a indústria aparece como o mais impactado, com queda estimada de 4,34% nas horas trabalhadas. Na sequência, estão comércio (-4,03%), serviços (-2,44%), construção (-2,04%) e agropecuária (-1,70%).

Presidente da entidade, Ricardo Alban afirma que o efeito tende a atingir diretamente o consumidor. “A consequência da elevação do custo do trabalho será o aumento generalizado dos preços da economia e afetará a vida de todos os brasileiros. As empresas não enfrentarão apenas o aumento do custo direto com mão de obra, mas os insumos também deverão ter seus



Para Ricardo Alban, o debate não pode ser feito em ano eleitoral

preços reajustados, considerando que a redução do limite das horas trabalhadas afeta toda a cadeia produtiva”, alerta.

A discussão sobre a proposta de redução da escala 6x1 que tramita no Congresso Nacional, modelo em que o trabalhador atua seis dias e descansa um, também é acompanhada pela entidade na Casa. Para Alban, o debate precisa ser aprofundado e dissociado do calendário eleitoral. “A discussão da escala é 6x1 é legítima e necessária, mas qualquer decisão dessa dimensão deve levar em conta a avaliação de impacto e seus efeitos econômicos. A produtividade no Brasil ainda está muito aquém de países semelhantes e há escassez de mão de obra”, destaca.

O dirigente também critica o momento escolhido para a discussão, em meio a pressões inflacionárias globais. Segundo ele, o cenário internacional, marcado pela alta nos preços do petróleo em razão de conflitos no Oriente Médio, dificulta ainda mais a absorção de novos custos pela economia brasileira.

Outro lado

O senador Cleitinho (Republicanos-MG) falou com indignação

sobre a jornada de trabalho no país e classificou a escala 6x1 como “desumana”. Em entrevista ao *Correio*, o parlamentar defendeu a redução do modelo, que hoje é permitido pela legislação e cobrou que o Congresso acelere a discussão.

“É uma coisa desumana. A gente precisa debater isso o mais rápido possível”, afirmou. Segundo ele, a realidade de trabalhar seis dias seguidos com apenas uma folga semanal já não atende mais às expectativas do trabalhador brasileiro, especialmente diante dos baixos salários.

A fala ocorre em meio ao crescimento da pressão social sobre o tema. Pesquisa recente do Datafolha mostra que 71% dos brasileiros apoiam o fim da escala 6x1, índice que vem em alta desde 2024. O apoio é majoritário em praticamente todos os recortes, com destaque para trabalhadores mais jovens.

Cleitinho defende que o tema vá além da disputa ideológica. “Isso não é pauta de esquerda ou de direita, é uma pauta brasileira”, disse. Para ele, a dificuldade de contratação em alguns setores já reflete a insatisfação com o modelo atual. “Não está sendo interessante trabalhar nessa escala para ganhar R\$ 1.600”, afirmou.

WAKE UP

9 A 12 DE ABRIL

MAIS DE 8 ESPORTES GRATUITOS
CAMPEONATOS DE WAKEBOARD E WAKESURF

Lago paranoá
Parque Deck Norte

saiba mais

retire seu ingresso grátis

APOIO: Secretaria de Esporte e Lazer GDF

REALIZAÇÃO: INSTITUTO INFLAMA E PRODUZ

CAMPEONATO OFICIAL: abv

PARCEIRO DE MÍDIA: CORREIO BRAZILIENSE

PATROCÍNIO: Corona Cero

ESTABELECIDO EM 1973



Guerra é "investimento no futuro", diz Trump

Em pronunciamento de 20 minutos, presidente exalta o poderio militar dos EUA, reafirma que está "muito perto" de cumprir os objetivos no Irã e se diz "orgulhoso" de eliminar "uma ameaça para o mundo"

O aguardado pronunciamento de Donald Trump sobre a guerra no Oriente Médio, transmitido por TV para o país na noite de ontem, não trouxe a resposta mais esperada pelos norte-americanos por 32 dias: quando as operações militares vão terminar. Em pouco mais de 20 minutos, o presidente exaltou o poderio militar dos Estados Unidos, enumerou os resultados obtidos contra o Irã, elogiou Israel e os aliados árabes e repetiu a estimativa, feita na véspera, de "terminar o serviço" no intervalo de "duas ou três semanas". Garantiu que o regime islâmico "nunca será uma ameaça nuclear para os EUA e para o mundo livre", prometeu que os preços do petróleo logo vão baixar e proclamou: a guerra é "um verdadeiro investimento no futuro".

Contrariando a opinião de 67% dos entrevistados em uma pesquisa divulgada horas antes pela rede CNN, Trump afirmou que tinha "objetivos claros e inabaláveis". Mencionou como tarefas cumpridas a "destruição" do poderio militar iraniano, em especial da capacidade ofensiva com mísseis; a "liquidação" da liderança do regime; a eliminação de sua capacidade para apoiar "organizações terroristas" e de sua possibilidade de obter "armas nucleares como nunca se viu". Comparou a duração do conflito com guerras como as da Coreia, do Vietnã e do Iraque e celebrou: "Somos uma força militar imparável".

Atento à insatisfação dos americanos com a alta no preço dos combustíveis, o presidente apontou a situação como "efeito de curto prazo" do bloqueio iraniano ao Estreito de Ormuz. "Logo, a gasolina vai baixar e as bolsas vão subir", prometeu. "Vamos sair (da guerra) mais prósperos e mais fortes do que nunca." Trump se disse "muito orgulhoso" de ter "corrigido os erros" de seus antecessores, a quem responsabilizou por "47 anos de um regime terrorista que nos ameaçou". E, sem comprometer-se com prazos, enunciou: "Estamos muito perto de concluir todos os objetivos militares. Vamos atacá-los com força esmagadora pelas próximas duas ou três semanas".



AFP



Somos uma força militar imparável. Estamos muito perto de concluir todos os objetivos"



Vamos sair (da guerra) mais prósperos e mais fortes do que nunca

Donald Trump, presidente dos EUA

Tiroteio verbal

Ao longo do dia, Teerã e Washington trocaram pela mídia e pelas redes sociais declarações contraditórias e até mesmo desmentidos. A chancelaria iraniana negou que o país tenha pedido um cessar-fogo, ao contrário do afirmado por Trump. "As declarações são falsas e carecem de qualquer fundamento", disse o porta-voz da Esmail Baqaei, citado pela emissora estatal de TV. Em sua plataforma, a Truth Social, o presidente dos EUA impôs condições para aceitar o pedido de trégua que alegou ter recebido. "Consideraremos isso quando

o Estreito de Ormuz estiver aberto, livre e desimpedido" escreveu. "Até lá, vamos destruir o Irã completamente, ou, como se diz, fazê-lo voltar à Idade da Pedra."

Nas últimas semanas, à margem das repetidas declarações de que seus objetivos de guerra estariam praticamente atingidos, e até que os EUA poderiam encerrar as operações e retirar-se do cenário de combates "em duas ou três semanas", Donald Trump lançou um ultimato para que o Irã permita a livre navegação pelo Estreito de Ormuz, via marítima por onde são escoados 20% do

petróleo negociado nos mercados internacionais. Adiado por duas vezes, o último prazo fixado expira na próxima segunda-feira. Caso contrário, o presidente ameaça lançar bombardeios maciços destinados a "obliterar" a infraestrutura energética do país.

"Atacar nossa infraestrutura vital, incluindo instalações de energia e industriais, atinge diretamente o povo iraniano e constitui crime de guerra", escreveu o presidente Masoud Pezeshkian, em carta aberta publicada em seu site. "Essas ações têm consequências que vão muito além das fronteiras do Irã", acrescentou. "Geram

instabilidade e aumentam as perdas humanas e os custos econômicos, além de perpetuar os ciclos de tensão, espalhando as sementes de um ressentimento que vai perdurar por anos."

No texto, Pezeshkian afirma que Trump foi manipulado pelo premiê israelense, Benjamin Netanyahu, para iniciar a guerra, em 28 de fevereiro. "Não é verdade que Israel, ao criar uma ameaça iraniana, tenta desviar a atenção do mundo de seus crimes contra os palestinos?", questionou. "Será que o lema 'Estados Unidos em primeiro lugar' está realmente entre as prioridades do governo Trump?"

Londres discute Ormuz

Colocado no centro dos ataques de Donald Trump à alegada "má vontade" dos aliados europeus para apoiar o esforço de Washington na guerra contra o Irã, o governo do Reino Unido sedia hoje uma reunião com países dispostos a agir para garantir a navegação segura pelo Estreito de Ormuz. A estratégica passagem liga o Golfo Pérsico às vias marítimas que dão vazão a cerca de 20% do petróleo consumido nos mercados internacionais. Desde o início dos ataques dos Estados Unidos e de Israel, o Irã vem impedindo a passagem de "navios inimigos" pelo estreito.

"O Reino Unido já reuniu 35 nações em torno da nossa declaração de intenção para atuarmos unidos pela segurança marítima no Golfo Pérsico", anunciou o primeiro-ministro britânico, Keir Starmer. A reunião organizada por Londres será realizada hoje por videoconferência.

"A ministra das Relações Exteriores (Yvette Cooper) receberá pela primeira vez uma reunião desses países", informou Starmer durante uma entrevista coletiva na sede do governo, em Downing Street. Na mesma entrevista, o premiê defendeu a Otan como "a aliança militar mais eficaz que o mundo já viu", e resposta a críticas do presidente norte-americano, Donald Trump, que renovou a ameaça de deixar o bloco, fundado por iniciativa dos EUA no pós-2ª Guerra Mundial (1939-1945).

"A Otan nos manteve seguros durante muitas décadas, e estamos totalmente comprometidos com ela", disse Starmer. Trump, em entrevista publicada ontem pelo jornal britânico *Daily Telegraph*, reiterou suas críticas à aliança atlântica por se recusar a entrar na guerra contra o Irã. Starmer fez suas declarações poucas horas depois de Trump afirmar que os EUA sairão do Irã "muito em breve", dentro de "duas, talvez três semanas".

VENEZUELA

Delcy fica livre das sanções

Os Estados Unidos decidiram suspender as sanções pessoais impostas à presidente interina da Venezuela, Delcy Rodríguez, que assumiu as funções desde que um comando de elite norte-americano invadiu o país, em 3 de janeiro, e capturou o presidente Nicolás Maduro. Ele e a mulher, Cilia Flores, foram levados para Nova York, onde estão sendo julgados por acusações ligadas a "narcoterrorismo". Delcy, que mantém contatos com Washington, comemorou a medida em postagem no X.

Uma publicação no site do Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros, ligado ao Departamento do Tesouro dos EUA, informa que o nome da governante venezuelana foi eliminado da "Lista de Nacionais Especialmente Designados". Essa lista é elaborada e atualizada regularmente

pelo Tesouro a partir das atividades de países ou entidades consideradas hostis. Os "nacionais" podem ser tanto indivíduos quanto empresas de outros países, que são proibidos de estabelecer qualquer relação econômica e financeira com empresas norte-americanas.

Em sua postagem, Delcy elogiou a reaproximação e recente retomada dos laços bilaterais formais. "Valorizamos a decisão do presidente Donald Trump como um passo na direção da normalização e do fortalecimento das relações entre nossos países", escreveu a presidente interina. "Confiamos que esse avanço permita a suspensão das sanções vigentes sobre o nosso país e permita edificar e garantir uma agenda de cooperação binacional efetiva, em benefício dos nossos povos."

Delcy, de 56 anos, era o braço direito de Maduro desde 2018. Em setembro daquele ano, entrou na lista do Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros. Ao assumir o comando do país, sob pressão de Washington, rapidamente empreendeu uma série de reformas econômicas, principalmente a abertura do setor de hidrocarbonetos ao investimento estrangeiro, muito elogiadas por Trump. Também promoveu uma anistia política, atendendo a exigência da oposição, e alterou peças-chaves do governo e do aparato de segurança.

Em menos de três meses, Washington suspendeu grande parte das sanções contra Caracas, principalmente no setor energético, para incentivar investimentos e ajudar na reconstrução do setor

Federico Parra/AFP



A presidente interina Delcy Rodríguez: agradecimentos a Trump

participar da investigação sobre o incidente entre uma lancha armada procedente da Flórida e membros da Guarda Costeira cubana. O confronto, ocorrido em 25 de fevereiro, deixou cinco mortos e seis feridos, entre eles um oficial cubano, informou uma fonte da Embaixada dos EUA em Havana.

Segundo a versão apresentada por Havana, o incidente teve início quando uma fragata da Guarda Costeira se aproximou de uma embarcação com registro nos EUA para solicitar a identificação, mas os ocupantes responderam abrindo fogo. Cinco passageiros da lancha interceptada morreram e seis ficaram feridos. Dois dos 10 tripulantes tinham cidadania americana.

petrolero. Ao mesmo tempo, os EUA mantêm o controle sobre as exportações do petróleo venezuelano. O dinheiro arrecadado é depositado em uma conta sob controle do Departamento do Tesouro.

Cuba

Em outra frente de ação de Washington na América Latina, uma delegação do FBI (a polícia federal dos EUA) está em Cuba para

A nova grande viagem da HUMANIDADE

Missão Artemis II parte rumo à Lua, em primeiro voo tripulado que orbitará o satélite terrestre desde 1972. Nesta viagem, os quatro astronautas não pisarão em solo lunar, mas farão testes para possibilitar uma alunissagem em 2028

» PALOMA OLIVETO

Quando o relógio marcou 18h25'12" na Flórida — em Brasília, uma hora a mais —, os espectadores que acompanhavam o lançamento da missão Artemis presencialmente em Cabo Canaveral, pela televisão e pela internet puderam, enfim, respirar. Depois de quase 54 anos, três tentativas frustradas e dois reparos em menos de 12 horas, a humanidade partiu em segurança à Lua para uma missão tripulada que deve durar ao menos 10 dias. Mesmo que, desta vez, os quatro ocupantes (veja quadro) não deixarão a marca de suas sobrebotas (lunar overshoes) na superfície do satélite, a viagem abre uma nova e importante era de exploração espacial.

A segunda etapa do programa Artemis — a primeira, em novembro de 2022, consistiu em um voo não tripulado — abre as portas para o que a Agência Espacial Norte-Americana (Nasa) chamou de "nova grande viagem da humanidade". Diferentemente das missões Apollo, que ocorreram em um contexto de conquista do espaço em plena guerra fria, o objetivo, hoje, não é (apenas) fincar uma bandeira no satélite. Porém, o presidente norte-americano Donald Trump não deixou de fazer uma provocação ufanista pelas redes sociais. "Estamos ganhando: no espaço, na Terra e em em tudo o que há entre os dois", escreveu.

A chegada à Lua, uma empreitada multinacional e com colaboração da iniciativa privada, traz com ela planos ainda mais ambiciosos: a construção de uma base no satélite da qual, no futuro, sairão missões tripuladas a Marte. E, de lá, "ao infinito e além".

Pelo cronograma inicial, a Artemis II teria sido lançada em 2024. Problemas orçamentários e técnicos, entretanto, atrasaram a maior missão espacial norte-americana em mais de meio século. Com isso, está prevista para 2028 a tão esperada alunissagem, antecedida, agora, por esse sobrevo, uma etapa fundamental no processo de volta à superfície lunar. O objetivo, neste momento, é testar não apenas a segurança da viagem em si, mas a resiliência do corpo humano em condições espaciais.

Artemis II é, entre outras coisas, um teste sobre a vida no espaço profundo. Diferentemente dos astronautas a bordo da Estação Espacial Internacional, que opera na órbita terrestre a uma distância de 400 km da superfície planetária, a tripulação da nave

Orion viajará além do campo magnético protetor da Terra. Nenhum ser humano — nem os astronautas da Apollo — alcançou um ponto tão longínquo como o que se espera chegar em 10 dias.

Antes da ida à Lua

Vinte e cinco minutos depois da partida, a espaçonave alcançou a órbita da Terra. Com velocidades variando até um pico de 40 mil quilômetros por hora, Orion deverá sobrevoar a Lua no sexto dia da missão. Com a ajuda da gravidade do próprio satélite, a nave formará um oito gigante na órbita lunar, um traçado que incluirá o lado oculto, jamais avistado por tripulantes, mas tão cultuado pela cultura popular em filmes, quadrinhos e nos acordes de *The Dark Side of The Moon*, da banda Pink Floyd (1973).

No ponto de maior distância, Artemis II alcançará 7,4 mil quilômetros além da Lua. Em 10 de abril, Orion retorna à Terra, inaugurando mais um capítulo da história da exploração espacial. "A Artemis II representa um momento crucial para a exploração espacial humana. Pela primeira vez em mais de meio século, astronautas estão retornando à Lua — e desta vez a missão vai muito além de bandeiras e pegadas. O roteiro do programa Artemis prevê pousos tripulados na Lua em 2028, daqui a apenas dois anos, e, em última instância, o primeiro passo para enviar humanos a Marte", comemorou Guifré Molera Calves, chefe de pesquisa espacial na multinacional alemã de tecnologia Hensoldt.

"A Artemis 2 marca o início da próxima fase da exploração espacial humana. A missão é o primeiro passo empolgante no programa da Nasa para estabelecer uma base na Lua nos próximos 10 anos", destacou Matt Shaw, pesquisador associado em astrometalurgia na Universidade de Tecnologia de Swinburne, na Austrália. "Uma presença permanente na Lua é uma perspectiva empolgante. Uma base lunar nos permitirá entender melhor nosso vizinho próximo (Marte), bem como começar a aproveitar os recursos de lá para construir uma economia cis-lunar".

Para Mike Lockwood, professor de Física Espacial da Universidade de Reading, no Reino Unido, Artemis II é acompanhada de implicações geopolíticas, que precisam ser debatidas. "Trata-se de uma colaboração internacional, mas é não global, nem inclui a China ou a Rússia. A missão apresenta uma oportunidade para forjar um novo tratado espacial, que é necessário urgentemente", acredita.

Gregg Newton/AFP



A Artemis II decolou às 18h35 (19h35, no horário de Brasília) para uma missão estimada em 10 dias: viagem abre nova fase da exploração espacial

DEZ DIAS NO ESPAÇO

Primeira missão tripulada ao espaço profundo em mais de 50 anos, a Artemis II deverá enviar a tripulação mais longe da Terra do que qualquer missão humana anterior, podendo quebrar o recorde de cerca de 400.171 km da Terra, estabelecido pela Apollo 13.



A missão é o primeiro passo empolgante no programa da Nasa para estabelecer uma base na Lua nos próximos 10 anos"

Matt Shaw, pesquisador na Universidade de Tecnologia de Swinburne, na Austrália

A missão apresenta uma oportunidade para forjar um novo tratado espacial, que é necessário urgentemente"

Mike Lockwood, professor de Física Espacial da Universidade de Reading, no Reino Unido

Diversidade a bordo

A TRIPULAÇÃO DA ARTEMIS II INCLUI A PRIMEIRA MULHER, A PRIMEIRA PESSOA NEGRA E O PRIMEIRO NÃO AMERICANO A PARTICIPAR DE UMA MISSÃO LUNAR COMANDADA PELA AGÊNCIA ESPACIAL NORTE-AMERICANA (NASA) — UMA MUDANÇA SIGNIFICATIVA EM RELAÇÃO À ERA APOLLO.



REID WISEMAN, 50 anos, comandante
Nascido em Baltimore, ingressou

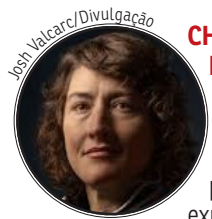
na Nasa em 2009, após uma longa carreira na Marinha. Para Wiseman, a missão realiza um sonho que ele antes considerava impossível. Em 2014, completou uma missão de 165 dias na Estação Espacial Internacional e, posteriormente, chefiou o escritório de astronautas da Nasa. Após a morte de sua esposa por câncer em 2020, criou suas duas filhas, agora

adolescentes, sozinho. Ele explicou abertamente a elas os riscos inerentes à sua profissão e à jornada que está prestes a empreender. "Eu disse a elas: 'Aqui está meu testamento, aqui estão os documentos... E se algo me acontecer, é isso que acontecerá com vocês'", disse. "Faz parte da vida."



VICTOR GLOVER, 49 anos, piloto da Orion
Veterano da Marinha e pai de quatro filhas,

foi selecionado pela Nasa em 2013. Seu interesse pelo espaço começou depois de assistir ao lançamento de um ônibus espacial da Nasa na televisão. Pensei: "Eu realmente quero pilotar um desses." Em 2020, ele se tornou o primeiro norte-americano negro a participar de uma missão de longa duração à Estação Espacial Internacional. Com a Artemis II, será o primeiro homem negro e a primeira pessoa não branca a viajar para a Lua, um marco que ele atribui ao caminho pavimentado por pioneiros como Guion Bluford, o primeiro americano negro no espaço.



CHRISTINA KOCH, 47 anos
Engenheira de formação e pesquisadora experiente,

a primeira mulher em uma missão lunar já trabalhou em ambientes extremos como a Antártida. Desde jovem, sonhava em ser astronauta e cresceu assistindo às imagens icônicas do programa Apollo. Selecionada em 2013, ela detém o recorde de voo espacial mais longo realizado por uma mulher, com 328 dias, e participou da

primeira caminhada espacial totalmente feminina, ao lado de Jessica Meir. "Sempre digo às pessoas: façam o que as assusta", diz ela sobre seu lema pessoal. "E isso significa que preciso seguir meu próprio conselho". Com a Artemis II, Koch adiciona mais um marco à sua carreira na Nasa.



JEREMY HANSEN, 50 anos
O canadense completa a tripulação

e será o primeiro não norte-americano a orbitar a Lua. Ex-piloto de caça da Força Aérea Real Canadense, ele ingressou na Agência Espacial Canadense em 2009. Trabalhou como contato com a Estação Espacial Internacional e como instrutor para novas gerações de astronautas. Ele conta que, quando criança, viu uma foto de Neil Armstrong na Lua, um momento que despertou sua paixão pela exploração espacial. A missão Artemis II será sua primeira viagem além da órbita da Terra. Com ela, este pai de três filhos realizará um sonho.

CASO MASTER

Celina recorre à União para salvar BRB

Governadora fez um apelo para que a Caixa colabore com o banco e determinou o afastamento de dirigentes que estariam envolvidos na tentativa de compra do Banco Master. A Gleba A da Serrinha será retirada da lista de imóveis destinados a sanear a instituição

» ANA CAROLINA ALVES
» RAFAELA GONÇALVES

“Um gesto do governo federal seria muito positivo para Brasília, para mostrar que se fala uma coisa e se faz o que se fala, sem revanchismo”, declarou a governadora do Distrito Federal, Celina Leão, ao comentar as tratativas com a União para viabilizar uma solução para o Banco de Brasília (BRB). Durante a agenda oficial, Celina revelou ter mantido conversas com o governo federal, e fez um apelo direto para que a Caixa Econômica Federal colabore com a recuperação do banco.

Ontem, a governadora afastou dirigentes do BRB que teriam se envolvido nas negociações para a aquisição do Banco Master pela instituição. Os nomes foram apontados no relatório de auditoria da Kroll e da banca Machado Meyer Advogados, contratada pelo banco estatal.

Em nota, Celina disse que determinou o afastamento dos dirigentes como medida necessária para garantir transparência nas apurações. “A decisão não antecipa qualquer julgamento e respeita o direito ao contraditório, mas assegura que as investigações ocorram com independência e responsabilidade. O compromisso do Governo do Distrito Federal é com a verdade dos fatos, a proteção das instituições e a confiança da população”, completou.

Além disso, a governadora confirmou a retirada da Serrinha do Paranoá (Gleba A) da lista de imóveis destinados à capitalização do BRB. A proposta anterior previa a transferência da área, de 716 hectares, para a instituição como forma de reforço patrimonial. No entanto, o Executivo local recuou da medida e anunciou que o espaço será transformado em um parque de preservação ambiental.

A decisão contraria a posição do ex-governador Ibaneis Rocha, que havia resistido à exclusão da área, mesmo diante da sinalização do presidente do BRB, Nelson de Souza, de que a gleba não deveria integrar a lista de ativos. Segundo a governadora, a mudança foi motivada por critérios ambientais e também por avaliação de mercado. Ela argumenta que a manutenção do terreno no fundo imobiliário poderia provocar “depreciação de preço” e desviar o foco da solução para a crise do banco. O Instituto Brasília Ambiental (Ibram) e a Secretaria de Meio Ambiente foram acionados para definir a poligonal do futuro parque, cujo decreto de criação deve ser publicado nos próximos dias.

Celina anunciou o nome de Valdivino Oliveira para assumir a Secretaria de Economia. Com perfil técnico e histórico na elaboração do Fundo Constitucional, Valdivino terá a missão de conduzir cortes de contratos considerados desnecessários e reajustar o orçamento do DF.

Proteção

Presidente da Associação Preserva Serrinha, Lúcia Mendes avaliou como positiva a sinalização do GDF em transformar a área em unidade de conservação, mas defendeu maior clareza sobre o projeto. “Sem dúvida, o posicionamento da governadora é bem-vindo. Precisamos agora saber qual será a categoria e qual será a área incluída

Material cedido ao Correio



A Gleba A, da Serrinha do Paranoá, será retirada da lista de imóveis destinados à capitalização do BRB

Leticia Mouhamad/CB/DA Press



Em agenda pública, ontem, Celina revelou que tem conversado com a Fazenda

na poligonal do parque que está sendo cogitado”, afirmou.

Ela cobrou a participação dos moradores e ambientalistas no processo. “Esperamos que o GDF considere a participação da sociedade civil, das entidades e institutos que pesquisam o Cerrado, nas tratativas de definição das unidades de conservação que precisam ser criadas para proteger as nascentes e as áreas de recarga da Serrinha. Estamos à disposição do governo para esse diálogo”, acrescentou.

Lúcia demonstrou preocupação com o uso de áreas públicas como estratégia para socorrer o Banco de Brasília (BRB). “Ficamos na expectativa de que haja um reposicionamento do GDF em relação às áreas incluídas na tentativa de salvação do BRB. Usar o patrimônio de Brasília sem que se tenha informações suficientes sobre o tamanho do problema não nos parece uma

ação responsável”, disse.

Segundo ela, é necessário cautela para evitar prejuízos à cidade. “Esperamos que essa estratégia seja revista, com mais cuidado e atenção ao patrimônio público. Precisamos salvar o BRB, mas não às custas dos interesses da cidade”, ressaltou.

Planalto resiste

Segundo interlocutores do governo federal, mesmo após as conversas com o Ministério da Fazenda, não há previsão de intervenção direta da União nem de socorro via bancos públicos, como Caixa ou Banco do Brasil, para enfrentar a crise do BRB.

Uma das alternativas em análise é a eventual aquisição de carteiras da instituição por esses bancos, desde que as operações sejam consideradas financeiramente viáveis. A leitura na área

econômica é de que a solução deve partir do próprio Distrito Federal, que já formalizou um pedido de empréstimo de R\$ 4 bilhões ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC) como parte da estratégia de capitalização do banco.

O FGC indicou abertura para avançar nas negociações, mas condicionou o andamento à entrega de informações complementares. O impasse, porém, está nas restrições fiscais do DF. Sem capacidade de pagamento considerada suficiente, o governo distrital não consegue obter a garantia do Tesouro Nacional, o que limita o acesso a crédito em condições mais vantajosas, como juros mais baixos.

Capitalização

Nelson de Souza fixou 30 de maio para finalizar todos os processos pendentes e o rito de capitalização no prazo de 180 dias, a contar da data de entrega do plano de capitalização da instituição ao Banco Central, em 6 de fevereiro. Sobre o empréstimo de R\$ 4 bilhões pedido pelo então governador Ibaneis Rocha ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC), na semana passada, Souza disse que as tratativas estão em andamento e que está otimista quanto à liberação dos recursos.

O atraso na apresentação do balanço financeiro do Banco de Brasília (BRB) encontra sua explicação, entre outras razões, pelo rigor técnico do processo de auditoria.

A auditoria independente externa, responsável por assinar e validar os balanços, solicitou uma ampliação do escopo em relação ao relatório produzido pelo escritório Machado Meyer. Esse movimento é crucial para o processo de “confronto”: ao receber os dados da investigação forense, a auditoria cruza as informações para verificar se haverá alterações nos números ou no enquadramento de pessoas envolvidas.

Apesar da espera, o ambiente é de estabilidade institucional, garante o presidente

Serrinha do Paranoá

- Identificada na legislação como Gleba “A”, a área localizada na Serrinha do Paranoá integra o conjunto de imóveis públicos que chegaram a ser incluídos como garantia em operações relacionadas ao BRB. O terreno destinado a esse fim possui cerca de 716 hectares, mas faz parte de uma região muito mais ampla, com milhares de hectares de Cerrado preservados, situada entre o Paranoá e o Varjão.

- A Serrinha é considerada uma área ambientalmente sensível e estratégica para o Distrito Federal. Inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) do Lago Paranoá e também na APA do Planalto Central, a região exerce papel fundamental na recarga hídrica e na manutenção da qualidade da água que abastece o Lago, um dos principais mananciais da capital.

do banco, Nelson de Souza.

“Agora, com a entrega do relatório da auditoria forense, o processo ganha uma camada adicional de segurança com o shadow (acompanhamento espelhado) da Grant Thornton”, explicou.

Segundo Nelson, o passo seguinte será marcado por um périplo institucional para garantir total transparência junto dos órgãos de controle. O comando da instituição deve apresentar os resultados e esclarecer os pontos auditados em uma agenda que percorre a Polícia Federal, o Banco Central, o Tribunal de Contas da União (TCU), e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), além de prestar contas à Procuradoria-Geral da República e ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

Assembleia e balanço

A princípio, o prazo final para que o BRB entregasse os balanços do segundo semestre de 2025 se encerraria na última terça-feira, dia 31 de março. O banco decidiu adiar a divulgação dos balanços e informou a medida ao mercado e aos acionistas por meio de Fato Relevante divulgado na terça-feira, à noite. De acordo com o comunicado, a divulgação das demonstrações financeiras referentes ao terceiro e ao quarto trimestres de 2025 foi adiada devido aos desdobramentos da Operação Compliance Zero, da PF, que investiga as fraudes no Banco Master, liquidado em 18 de novembro de 2025 pelo BC.

Nos documentos, além de informar o adiamento da divulgação dos balanços, o Conselho de Administração convocou os acionistas para uma assembleia extraordinária em 22 de abril. A assembleia estava marcada, a princípio, para o dia 18 de março, mas também foi adiada após a justiça conceder e logo em seguida derrubar uma liminar que suspendia os efeitos da lei de capitalização do BRB.

Reforço na educação e na segurança pública

O GDF entregou, ontem, quatro novos equipamentos públicos nas regiões do Recanto das Emas, Riacho Fundo e na área central de Brasília. Com um investimento que ultrapassa os R\$ 18 milhões, somando infraestrutura escolar e segurança, a agenda da governadora Celina Leão foi marcada pela inauguração de dois Centros de Educação da Primeira Infância (Cepi), um papa-entulho e a entrega de novas viaturas para a Polícia Militar (PMDF).

Pela manhã, o Recanto das Emas recebeu o Cepi Seriema, enquanto o Riacho Fundo ganhou o Cepi Uruçu — a primeira creche pública da região. Juntas, as unidades abrem 376 novas vagas em tempo integral, com 10 horas de atendimento e cinco refeições diárias. Durante as inaugurações, Celina destacou que a consolidação da rede infantil é o alicerce para a expansão do ensino integral.

“O primeiro passo era ter 100% de cobertura em creches, fizemos isso e já

estamos planejando agora começar pelas séries iniciais. Precisa ter um planejamento sério para que, nos anos que se avançam, a gente tenha 100% das nossas escolas públicas em período integral”, afirmou.

Ainda no Riacho Fundo, foi inaugurado o 25º papa-entulho do DF, na QN 09, voltado ao descarte gratuito de restos de obras e podas. A governadora ressaltou que a estrutura é essencial para a limpeza urbana, mas alertou para a fiscalização:

“Vamos trabalhar firmemente pela limpeza da cidade, mas também seremos rigorosos com quem continua sujando os espaços públicos”.

A agenda foi encerrada no Palácio Tiradentes, com a entrega de 13 novas viaturas e equipamentos tecnológicos para a PMDF, financiados por emendas da senadora Damareis Alves (Republicanos-DF). Na ocasião, a governadora anunciou que o novo aparato será utilizado em uma operação de ocupação na Asa Norte.

“Onde a polícia entra e fica, o crime organizado tem que sair. Vamos fazer uma grande operação na próxima semana”, pontuou Celina, sem dar detalhes da operação. O novo comandante-geral da corporação, coronel Rômulo Palhares, reforçou o compromisso com o patrulhamento ostensivo e o combate à violência doméstica. Celina Leão também aproveitou as agendas para anunciar ponto facultativo aos servidores do GDF hoje, em razão da Sexta-Feira Santa.



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Rafa Neddermeyer/ Agência Brasil



Jefferson Rudy/Agência Senado



Ricardo Stuckert / PR



Os palanques nacionais no DF

Com o lançamento da pré-candidatura do ex-governador de Goiás, Ronaldo Caiado (PSD), à Presidência da República, o palanque nacional no DF fica mais claro. A governadora Celina Leão (PP) apoiará a candidatura mais identificada com o bolsonarismo, ou seja, a de Flávio Bolsonaro (PL). Se conseguir ser candidato, José Roberto Arruda (PSD) dará sustentação local para Caiado. Leandro Grass (PT) e Ricardo Cappelli (PSB) são totalmente Lula. E Paula Belmonte (PSDB) tende a ficar neutra.

Marcelo Ferreira/CB/DA Press



Que vençam os melhores

Quando questionam a governadora Celina Leão (PP) sobre como compatibilizar três candidaturas aliadas ao Senado: de Michelle Bolsonaro (PL), Bia Kicis (PL) e de Ibaneis Rocha (MDB) na disputa por duas vagas, ela diz: “Que vençam os melhores”. Ela lembra que o próprio Ibaneis, na corrida à reeleição em 2022, esteve ao lado de duas candidatas para uma única vaga, Damares Alves (Republicanos-DF), que acabou sendo vitoriosa, e Flávia Arruda (PL), que voltou ao nome de solteira, Flávia Peres.

Operação socorro BRB

Uma pesquisa que circula no meio político indica que 57% da população quer salvar o BRB. Apenas 17% dizem que o banco deve ser abandonado.

Produção

O discurso de posse da governadora Celina Leão (PP) passou por várias mãos, entre dois assessores de confiança e o publicitário Antonio Lavareda. Mas foi Celina que definiu os termos e fechou o pronunciamento lido com muita emoção.

Andressa Anholete/Agência CLDF



Crítica sob controle

Está claro que o presidente da Câmara Legislativa, Wellington Luiz (MDB), bateu feio no secretário de Economia, Daniel Izaías, em defesa da estruturação da carreira dos policiais penais porque já sabia que a intenção da governadora Celina Leão era fazer mudanças na pasta.

Aliado

Wellington Luiz, aliás, é um dos aliados mais próximos de Celina Leão. Terá muita influência nas decisões.

Instagram



Poderoso

O delegado Flamarion Vidal, da Polícia Civil do DF, é certamente o integrante da Segurança Pública mais próximo de Celina Leão (PP). Muita gente até apostava que ele seria delegado-geral. Mas a governadora não deve mexer no comando da corporação. Pelo menos, nos meses de campanha. O atual chefe da PCDF, José Werick, continua, principalmente pelo apoio do presidente da Câmara, Wellington Luiz. Mesmo assim, Flamarion exercerá muita influência na Segurança e só não será secretário porque o titular da pasta deve ser um nome neutro nas forças. Nem policial civil nem militar.

Marcelo Ferreira/CB/DA Press



Aposentadoria e outros projetos

O presidente da Associação dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), Luciano Leiro, aposentou-se. Deixa a PF, mas, ao contrário da eleição passada, não pretende concorrer a nenhum cargo. Continua na área de segurança pública, mas em outros projetos.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | ESMERALDO MALHEIROS | CONSULTOR JURÍDICO DA AMIES

Representante de associação de mantenedores diz que exame para estudantes de medicina não traduz a qualidade do ensino

“Avaliação de cursos precisa de ajustes”

» ARTUR MALDANER*

Representantes da rede particular de ensino superior defendem que o Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed), que mede o desempenho individual dos alunos, não deve ser utilizado para aferir o ensino de instituições. Quem comenta é o consultor jurídico da Associação dos Mantenedores Educadores do Ensino Superior (Amies), Esmeraldo Malheiros, entrevistado do CB.Poder — parceria entre o *Correio* e a TV Brasília — de ontem. Veja trechos da entrevista concedida aos Mariana Niederauer e Ronayre Nunes.

O que é o Enamed, essa avaliação que traz mais dados sobre a qualidade dos cursos de medicina?

O Enamed, na verdade, é uma modalidade do Enade, sendo uma das avaliações que compõem o Sistema Nacional de Avaliação. Em abril do ano passado, uma portaria do ministério instituiu essa modalidade especificamente para os cursos de medicina. O Enade permanece para os demais cursos de graduação, mas, para a medicina, é o Enamed. Ele foi criado em abril, a prova foi aplicada em outubro e os resultados foram divulgados em dezembro e janeiro. A associação de mantenedores (Amies) tem uma posição favorável às avaliações, inclusive ao Enamed. Porém, temos resistência em entender que o seu resultado possa traduzir, isoladamente, a qualidade de um curso

de medicina. Isso porque o Sistema Nacional de Avaliação, quando busca aferir a qualidade de um curso, reúne uma série de outros indicadores dos quais o Enamed é apenas uma parte: ele representa apenas 20% de todos os indicadores que traduzem a qualidade de um curso de medicina.

Como seria uma prova completa para avaliar a qualidade de determinado ensino?

Eu não posso dizer sobre a qualidade de um curso de medicina apenas com o desempenho dos estudantes. É preciso considerar o corpo docente, os laboratórios, a infraestrutura, a produção científica, convênios e campos de prática. Tudo isso constitui um conjunto de elementos que traduz a qualidade do curso. E, como eu disse, o Enamed é importante para aferir

Ed Alves/CB/DA Press



Aponte a câmera do celular para assistir à entrevista

o desempenho dos estudantes, para definir políticas públicas ou para que a instituição de ensino possa corrigir a sua atuação na transferência de conhecimento. Mas ele não traduz a qualidade isoladamente, ele só indica o desempenho do estudante.

No Enamed, algumas instituições conseguiram notas excelentes e outras nem tanto. Essa disparidade de notas no Enamed é preocupante?

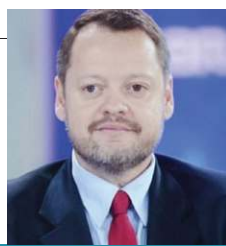
gia de apuração dos resultados do exame foi definida somente após a aplicação da prova. Há instituições que tiraram conceito dois agora no Enamed, mas vinham de uma série histórica no Enade com conceitos três e quatro. Por que tirou dois? Porque a metodologia só foi estabelecida depois. É um exame novo e houve uma ampliação do parâmetro. No Enade, o conceito médio é cinco. Para o Enamed, subiram essa régua para seis. O aluno que antes obtinha conceito cinco, já não é considerado um bom resultado porque subiram a régua, e isso ocorreu após a realização da prova. Existem diversas distorções, mas o importante é que o Enamed seja mantido, desde que se corrija esses pontos e se tenha a clareza de que ele não traduz, isoladamente, a qualidade de um curso de medicina.

Tem um outro tema, que é sobre a ADPF 1247, que está no Supremo. Do que se trata?

O sistema federal de educação abrange as instituições mantidas pelo governo e as privadas de educação superior que, para autorizar um curso superior, passam por um processo rigorosíssimo no MEC. As municipais, no entanto, são ins-

tuições vinculadas a fundações municipais, por conta de uma disposição constitucional de 1988, o Artigo 242. Elas, embora oficiais, poderiam cobrar mensalidade apenas se fossem preexistentes à Constituição e atuassem somente no próprio município. O que temos visto hoje é que essas instituições deixam sua sede e passam a atuar em diversos municípios e até fora do estado, cobrando mensalidade, mesmo sendo oficiais. A intenção da Constituição era preservar a atuação local, mas elas passaram a agir como se fossem privadas, sem passar pelo crivo do MEC, que não possui legitimidade jurídica para atuar em face dessas instituições municipais. Isso gera um grande risco à qualidade da formação profissional e ocorre uma concorrência desleal, pois essas instituições têm uma planilha de custo muito menor devido à imunidade tributária. Diante dessa situação, a AMIES ingressou com a ADPF 1247. O ministro Flávio Dino concedeu uma liminar proibindo a oferta de novos cursos, embora tenha mantido os que já estavam em funcionamento para proteger os estudantes.

*Estagiário sob a supervisão de Malcia Afonso



Quando se trata de sentimentos, muitas vezes os argumentos racionais são insuficientes

Andrea Rizzi, jornalista italiano

Tempo de celebrar a goiaba em Brazlândia

A 11ª Feira da Goiaba de Brasília, que começa neste sábado, em Brazlândia, reforça o peso econômico da fruticultura no Distrito Federal. A produção da fruta atingiu 7,4 mil toneladas em 2025, gerando um Valor Bruto de Produção de R\$ 38,5 milhões, um indicador que consolida a região como principal polo local da cultura.

O evento, que se estende por seis dias ao longo de abril, funciona como vitrine comercial para 156 produtores e aposta na ampliação de mercado. Ao todo, serão mais de 60 estandes entre flores, plantas ornamentais e derivados da goiaba, com foco direto na venda ao consumidor final e na agregação de valor à produção.

A mobilização liderada pela Emater-DF e por associações rurais locais evidencia uma estratégia recorrente no agronegócio candango: aproximar campo e cidade para acelerar o escoamento e reduzir intermediários. A feira também acompanha o avanço de produtividade em uma área de 432 hectares, em um momento em que pequenos produtores buscam diversificar canais de receita. Serão 30 estandes na Florabraz, feira de flores e plantas ornamentais, e 36 no Empório da Goiaba, na sede da Associação Rural e Cultural Alexandre de Gusmão (Arcag), no Núcleo Rural Alexandre de Gusmão. Para animar o público, também estão previstos shows musicais.

Ed Alves/CB/DA.Press



Preocupação na Asa Norte

Com a troca de comando no GDF e no 3º Batalhão da Polícia Militar (Asa Norte), a Rede de Vizinhos Protegidos subiu no telhado. Desde segunda-feira, os grupos do WhatsApp destinados à comunicação das ocorrências policiais estão travados. Apenas os administradores, todos militares, podem enviar mensagens nos grupos. Oficialmente, o comando do batalhão informou que uma comissão foi montada para avaliar a efetividade dos grupos e se contribuem para "o aumento da sensação de segurança" e se "propiciam a integração em rede, focada na identificação, análise e resolução de problemas locais, fomentando a convivência harmoniosa entre vizinhos e maximizando o emprego da PMDF para atendimento de ocorrências". Enquanto os grupos estão bloqueados para a interação dos moradores, a orientação da PM é ligar para o 190 ou mandar mensagem para o número privativo do 3º BPM.

A desativação provisória dos grupos da Rede de Vizinhos Protegidos, que contam em média com mais de 700 contatos cada um, causou estranheza entre moradores e comerciantes da Asa Norte. "Se o morador não puder mandar mensagem, não faz mais sentido algum o grupo. A PM vai informar que está atendendo ocorrência na área? O grupo era fundamental porque sabíamos tudo o que ocorria na região. A impressão que passa é a de que querem esconder a violência e passar uma sensação de segurança inexistente. Os problemas na Asa Norte são conhecidos e não podem ser negligenciados", diz um síndico da 404 Norte.



Whisk/Google IA

Novo comando

A CropLife Brasil anunciou a escolha de Ana Repezza como nova presidente, com início oficial previsto para 4 de maio. Com mais de 25 anos de experiência, Ana construiu uma trajetória na articulação de políticas comerciais e atração de investimentos. Atualmente diretora de Negócios da ApexBrasil, ela traz na bagagem a liderança de missões internacionais e uma passagem marcante como secretária-executiva da Camex. Ana Repezza substitui Eduardo Leão, que deixou o cargo em dezembro.

Apex/Divulgação



Presidente do Sindiatacadista-DF toma posse

O Sindiatacadista-DF empossou, na noite de terça-feira, o empresário Alaor Gomes Neto como novo presidente em um momento de expansão do comércio local. O setor responde por 25% a 30% da arrecadação de ICMS do DF, movimentando mais de R\$ 20 bilhões ao ano e gera cerca de 35 mil empregos diretos. A nova gestão aposta em maior articulação com o poder público e na ampliação da representatividade institucional para sustentar o crescimento da cadeia de abastecimento. A permanência de Alvaro Júnior na vice-presidência indica continuidade na agenda, em um segmento que sustenta o pequeno varejo e ganha relevância com a expansão urbana e o consumo na capital.



Divulgação

Trilha 2026 do Exporta DF

A Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra) abriu inscrições para o ciclo 2026 do Exporta DF, desta vez voltado ao setor de tecnologia. O programa selecionará 20 micro e pequenas indústrias para uma trilha que inclui capacitação, adaptação de soluções e conexão com mercados externos. Com adesão entre R\$ 2,5 mil (para associados) e R\$ 3 mil, a iniciativa ocorre de abril a novembro e busca ampliar a presença internacional de empresas locais. Desde 2024, trinta e oito companhias passaram pelo projeto. O movimento ocorre em um contexto de baixa inserção global do Brasil em inovação, hoje na 52ª posição mundial, e tenta posicionar o DF como polo exportador de soluções digitais.

SEU IMÓVEL MERECE SER UM FAENGE



SAIBA MAIS

PALAZZO
105

VIVA
ÁGUAS CLARAS
RESIDENCIAL RESORT

fikey
PARK SUL



PRONTO PARA MORAR

LUXO
REFLETIDO DE
FORMA ÚNICA.

NOROESTE

4 SUÍTES

ACABAMENTOS PERSONALIZADOS
BY STUDIO ZUBA



LANÇAMENTO

UM RESORT PARA
CHAMAR DE LAR EM
10.600 m² DE TERRENO.

ÁGUAS CLARAS

2, 3, 4 QUARTOS E
COBERTURAS



PRÉ LANÇAMENTO

UM NOVO JEITO DE
INVESTIR. UMA NOVA
FORMA DE FICAR.

PARK SUL

STUDIO, 1 QUARTO
E LOJAS

VISITE OS DECORADOS 3020 2000

Noroeste
Avenida W9, Quadra 509,
ao lado do Posto Shell.

Águas Claras
Av. Sibipiruna, acima
da CAESB

Park Sul
Avenida do Casa Park, em
frente à Pão Dourado.



CONSTRUÇÃO E VENDAS
FAENGE
EMPREENDIMENTOS

EMPRESA FILIADA A
ADEMI

SEGURANÇA/ Manifestação dos policiais penais ocorre há mais de 10 dias. Cerca de 300 agentes em funções de chefia deixaram os cargos, e familiares de presos questionam a suspensão de visitas nos presídios

Clima tenso no sistema penal

» DARCIANNE DIOGO

O sistema penal do DF entrou em zona de tensão após uma sequência de manifestações da Polícia Penal pela reestruturação da carreira. Desde 23 de março, os servidores públicos protestam em frente à Câmara Legislativa do Distrito Federal para cobrar avanços por parte do GDF. Mais de 300 policiais lotados em funções de chefia renunciaram ao cargo. Em contrapartida, familiares de presos questionam a suspensão das visitas e pedem o retorno imediato.

Ontem, centenas de policiais penais participaram de uma nova Assembleia Geral Extraordinária. Os integrantes da corporação aguardam a resposta do governo federal sobre a inclusão da Polícia Penal no Fundo Constitucional — medida aprovada na noite de terça-feira pelo Senado. Em decisão unânime, mais de 300 policiais que ocupam chefia na corporação deixaram os cargos. Isso inclui chefes das unidades prisionais, de pátios, do Centro Integrado de Monitoração Eletrônica (Cime), de equipes especializadas e assessores do setor administrativo.

O Sindicato dos Policiais Penais (Sindpol-DF) esclareceu que a decisão não decorre de descompromisso com a missão institucional da Polícia Penal nem com a sociedade. “Ao contrário, trata-se de um ato de responsabilidade e coerência diante do cenário de reiterado

descaso por parte do GDF. Apesar de compromissos firmados e reiteradas tratativas institucionais, não houve o cumprimento do acordo de isonomia com as demais forças de segurança pública, o que evidencia tratamento desigual e desvalorização da categoria”, documentou a entidade.

O Sinpol-DF frisou que a permanência nas funções de chefia, sem o devido reconhecimento e respeito institucional, torna-se insustentável. “Assim, apresentamos, de forma coletiva, nossa renúncia às funções de chefia, como forma legítima de protesto e de reivindicação por tratamento justo, digno e isonômico.”

Visitas suspensas

A mobilização impactou as visitas de familiares a presos do Complexo Penitenciário da Papuda. Em alguns blocos dos cinco presídios, a visitação está suspensa há quase um mês. A remarcação de datas levou parentes a convocar uma manifestação para a próxima terça-feira.

Em um grupo de familiares de presos circula um anúncio para o manifesto. O ato ocorrerá às 10h, em frente à Vara de Execuções Penais (VEP). Os presentes caminharão em protesto até o Palácio do Buriti. “Famílias afastadas, internos abandonados, direitos violados”, diz o cartaz.

Nos seis presídios, as visitas ocorrem em dias e horários distintos — incluindo as de crianças. Segundo a Secretaria de Administração Penitenciária (Seape-DF), as visitas presenciais estão sendo

Ed Alves/CB/D.A Press



Policiais penais fazem assembleia em frente à Câmara Legislativa do DF; mobilização pela reestruturação da carreira dura mais de 10 dias

remarcadas para datas futuras, como medida necessária para garantir a segurança dos visitantes e das pessoas privadas de liberdade. “A Seape assegura que todas as visitas afetadas serão repostas assim que a situação envolvendo a mobilização sindical dos policiais penais estiver normalizada.”

A Seape-DF divulgou, via Instagram, as novas datas das visitas. As que ocorreriam em 25 de março ficaram para 10 de abril; as que seriam em 26 de março ficaram para 17 de abril; as de 27 de março ficaram para 20 de abril; e as que

seriam realizadas em 1º e 2 de abril ficaram para 27 de abril e 4 de maio.

Paralisação

A Polícia Penal cobra o governo sobre a falta de avanços desde 2019, quando a categoria iniciou a luta pela regulamentação. Segundo o presidente do sindicato, Paulo Rogério, o objetivo do ato é desativar o processo que garante segurança jurídica e financeira aos profissionais. “A principal reivindicação é a regulamentação da Polícia Penal do Distrito Federal. A

carreira luta desde 2019 para que esse mandamento constitucional seja cumprido”, afirmou.

De acordo com o presidente, enquanto outras forças de segurança, como policiais militares, civis e bombeiros, já foram contempladas com reajustes e benefícios, os policiais penais seguem sem os mesmos direitos. “Tudo o que é concedido às demais forças de segurança pública é negado para a Polícia Penal”, criticou.

Um dos entraves, segundo ele, é a inclusão da categoria no Fundo Constitucional do Distrito Federal,

etapa considerada essencial para viabilizar os reajustes. O processo, no entanto, enfrenta prazos apertados por conta do calendário eleitoral. “Queremos a manutenção da tabela que já foi enviada pelo próprio GDF, para que ela seja aprovada em forma de lei e possa entrar em vigor”, explicou.

O presidente também destacou que a proposta já foi encaminhada pelo Governo do Distrito Federal em outubro do ano passado, mas ainda depende de avanços em âmbito federal, no Ministério da Gestão e Inovação.

CERCO DIGITAL

Câmeras ajudam a prender 30 suspeitos

» ANA CAROLINA ALVES

O DF 360 – Segurança Integral, sistema que reúne imagens de câmeras públicas e privadas em uma plataforma unificada, auxiliou a prender mais de 30 indivíduos com mandados de prisão em aberto, localizou 17 desaparecidos e recuperou mais de 60 carros furtados. Os primeiros resultados do programa foram apresentados, ontem, pela Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF), pouco mais de um mês após o lançamento da iniciativa, em 27 de fevereiro.

Atualmente, a estrutura conta com 1.712 câmeras integradas — sendo 1.371 da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, 151 de órgãos públicos parceiros e 174 de estabelecimentos privados. As imagens são acessadas em tempo real por equipes da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), do Corpo de Bombeiros (CBMDF) e da Polícia Civil (PCDF), permitindo ações mais rápidas tanto na prevenção quanto na repressão de crimes.

Segundo o subsecretário de Modernização Tecnológica da SSP-DF, Gustavo Tarragô, o principal avanço do programa está na ampliação do alcance do monitoramento. “A importância do DF 360 foi trazer recurso tecnológico para utilizar na atuação das forças de segurança. Agora eles conseguem monitorar em tempo real uma grande área do Distrito Federal”, afirmou. “Com a participação de pessoas privadas ou empresas que podem integrar suas câmeras, a gente aumenta a capilaridade”.

Além do monitoramento, o sistema utiliza ferramentas de análise, como o reconhecimento facial, aplicado de forma flexível conforme a necessidade operacional. “A gente não comprou câmeras

Ed Alves/CB/DA Press



Plataforma da SSP-DF reúne 1.712 câmeras públicas e privadas, integradas ao sistema



Com a participação de pessoas privadas ou empresas que podem integrar suas câmeras, a gente aumenta a capilaridade

Gustavo Tarragô, subsecretário de Modernização Tecnológica da SSP-DF

específicas, mas licenças que podem ser usadas em qualquer equipamento, de acordo com o planejamento da área de segurança”, explicou o subsecretário. Atualmente, 50 licenças estão em operação, com previsão de ampliação.

Desde o lançamento, o DF 360

já contribuiu para a prisão de mais de 30 pessoas com mandados em aberto, a localização de 17 desaparecidos e a recuperação de mais de 60 veículos furtados. Para Tarragô, o impacto vai além da repressão. “O reconhecimento facial não é só para localizar foragidos. Ele também ajuda a encontrar pessoas desaparecidas, o que é um ganho importante para a sociedade”, afirmou.

O subsecretário explicou que a adesão ao sistema é feita de forma voluntária, por meio de cadastro on-line. “A pessoa entra no site, preenche os dados, assina o termo de autorização e, após validação, a câmera já fica disponível para todas as forças de segurança acessarem”, disse. As imagens de câmeras privadas ficam armazenadas por até 72 horas, enquanto as públicas permanecem guardadas por 30

dias em ambiente seguro, podendo ser preservadas por mais tempo em casos de interesse investigativo.

Outro destaque apresentado foi a ampliação das Centrais de Monitoramento Remoto (CMRs), que permitem o acompanhamento descentralizado das imagens. Ao todo, estão previstas 162 unidades. Dessas, 66 já foram entregues a batalhões da PMDF, unidades do CBMDF e delegacias da PCDF, enquanto outras 96 devem ser distribuídas nos próximos dois meses. “A ideia é que cada unidade consiga monitorar sua própria área de atuação”, destacou Tarragô.

O programa busca integrar tecnologia e inteligência para ampliar a cobertura em áreas estratégicas, como Taguatinga e o Plano Piloto, que concentram o maior número de câmeras instaladas no Distrito Federal.



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES



AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90004/2026

Objeto: Contratação de serviços de transporte rodoviário de cargas, em âmbito nacional, para atender a demandas da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, conforme disposto no Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 01/04/2026 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h59. Endereço: Setor de Clubes Esportivos Sul - Polo 8 - Projeto Orla - Trecho 3, - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/393001-5-90004-2026>. Entrega das Propostas: a partir de 01/04/2026 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 17/04/2026 às 10h00 no site www.gov.br/compras.

Adão Cabral Formiga
Agente de Contratação

CAIXA Seguridade

MINISTÉRIO DA FAZENDA



Caixa Seguridade Participações S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF 22.543.331/0001-00
NIRE 53.3.0001645-3

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Caixa Seguridade Participações S.A. (“Caixa Seguridade” ou “Companhia”) a se reunirem na Assembleia Geral Ordinária (“AGO” ou “Assembleia”) a ser realizada, em primeira convocação, em 28 de abril de 2026, às 14h00, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, § 2º, inciso I e artigo 28, §§ 2º e 3º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“RCVM 81”), e ser tida como realizada, para os fins legais, na sede social da Caixa Seguridade na cidade de Brasília, Distrito Federal, Setor Hoteleiro Norte, Quadra 1, Bloco E, 17º andar, Asa Norte, CEP: 70701-050, com a seguinte ordem do dia: (i) Deliberar sobre as contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (iii) Deliberar sobre a remuneração global dos Administradores, Conselheiros Fiscais e membros dos Comitês Estatutários da Companhia para o exercício de 2026/2027; e (iv) Ratificar a eleição do Sr. Luiz Francisco Monteiro De Barros Neto, ao cargo de membro do Conselho de Administração. Informações Gerais: 1. Documentos à disposição dos acionistas. Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima e necessários ao exercício do direito de voto, incluindo a Proposta da Administração e os estabelecidos no artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no website de Relações com Investidores da Companhia (www.caixaseguridade.com.br), bem como nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) (“B3”), conforme previsto na Lei das S.A., e no RCVM 81. 2. Modo de realização da Assembleia. Nos termos do artigo 5º, § 4º, da RCVM 81, a Companhia informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por entender ser esta a alternativa mais eficiente para, considerando a dispersão da base acionária da Companhia: (i) favorecer a participação dos acionistas, uma vez que permite a sua presença na Assembleia de qualquer localidade do Brasil ou do exterior; (ii) reduzir custos da Companhia e de seus acionistas na realização e participação na Assembleia; e (iii) promover maior transparência e segurança no curso da Assembleia, em linha com as melhores práticas de governança corporativa e conforme o princípio de tratamento isonômico entre os acionistas. 3. Participação dos acionistas na AGO. A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista poderá ser dada: (i) via Plataforma Ten Meetings (“Plataforma Digital”), nos termos do artigo 28, §§ 2º e 3º, da RCVM 81, caso em que o acionista ou seu procurador devidamente constituído poderá: (i) simplesmente participar da AGO, sem necessariamente votar; ou (ii) participar e votar na AGO; ou b) Por meio de envio de boletim de voto a distância (“BVD”), conforme abaixo indicado. 4. Participação por Plataforma Digital. Para fins de participação por meio da Plataforma Digital Ten Meetings, os acionistas interessados deverão preencher todos os dados de cadastro no endereço eletrônico <https://assembleia.ten.com.br/282373425> (“Solicitação de Acesso”) e anexar todos os documentos necessários à sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da AGO, ou seja, até o dia 26 de abril de 2026, ressaltando que não será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto, nos termos do artigo 6º, § 3º, da RCVM 81. Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos constantes do próprio boletim de voto. 5. Documentos e Representação. Poderão participar da AGO ou a participação do acionista na Assembleia constam do Manual para Participação na Assembleia. A documentação relativa à proposta a ser apreciada (Proposta da Administração) está igualmente disponível nos websites da CVM e de Relações com Investidores da Caixa Seguridade. Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos pelo canal ri@caixaseguridade.com.br. Brasília, 27 de março de 2026. HUMBERTO JOSÉ TEÓFILO MAGALHÃES, Presidente do Conselho de Administração



Crônica da Cidade

BIANCA LUCCA | biancalucca.cb@gmail.com

Secos e molhados

Nuvens cinzas e gotas cujas batidas estremecem o chão descrevem o período de chuva em Brasília, quando o odor característico toma conta do ar seco da cidade e invade ruas, casas e memórias. O cheiro de terra molhada respira após meses contidos, como se o próprio cerrado suspirasse aliviado e as águas encerrassem oficialmente o verão.

Nesse cenário, o tempo quase desace- lera. O barulho da chuva nas janelas canta

hipnoticamente, convidando ao recolhimen- to. Os eixos, Ls, Vs e linhas esquecem, por um momento, de sustentar uma rigidez planejada, revelando uma delicadeza escondida nas entrelinhas da paisagem.

Quando o tempo esfria, entretanto, parece que aquecem-se os corações. O gela- do deveria ser compensado em outro as- pecto, afinal. Em troca, a chuva pede pro- ximidade, gesto e presença, resultando em outro peso no momento da escuta. Ver no outro uma semelhança acalenta a ideia de que somos só e experienciamos a vida indi- vidualmente.

É nesse instante que a cidade, tão acom- tumada às distâncias calculadas, cede. Sob marquises compartilhadas, desconhecidos

se comprimem em um silêncio cúmplice, dividindo o mesmo abrigo improvisado. Há um acordo tácito no desvio de corpos, no cuidado para não respingar no outro, no leve sorriso que reconhece: estamos jun- tos nisso, ainda que por poucos minutos.

Os ônibus chegam mais cheios e, às ve- zes, mais gentis. Braços se entrelaçam não por escolha, mas por necessidade, ato que ainda assim transmite um senso de comu- nidade. Alguém segura a mochila alheia, outro abre espaço onde parecia não haver mais nenhum. Pequenos gestos que, em dias secos, passariam despercebidos, mas que na chuva ganham o peso de uma deli- cadeza rara e urgente.

Nas casas, o som das gotas costura

presenças. Conversas se prolongam sem pressa, como se a água lá fora autorizasse o tempo a escorrer diferente. Percebe-se como o ócio por si só é um luxo. Um café é oferecido mais cedo, um cobertor é puxado para caber mais de um. A chuva não molha apenas as plantas, mas também as almas, que abrem espaço para que caiba afeto.

Até os passos na rua mudam. Há mais cuidado, mais atenção ao outro, mais pausa. Quem corre divide o guarda-chu- va, quem tem teto chama quem não tem para dentro, nem que seja por alguns ins- tantes. Nesses encontros breves (re)des- cobre-se a humanidade: a consciência de que o desconforto é coletivo e pode ser amenizado em conjunto.

Apesar do céu pesado e da luz difusa, os dias chuvosos transmitem uma beleza mel- lancólica. A água apaga linhas, borra cer- tezas e dissolve pressas. No lugar, surge a lembrança de que, mesmo em uma cida- de desenhada para a distância, ainda existe espaço para o calor que nasce do encontro.

Quando as gotas finalmente cessam, tu- do volta ao normal, mas diferente. As ruas continuam as mesmas, os caminhos tam- bém, mas permanece um vestígio invisí- vel reforçado pelo cheiro de terra molhada que insiste em permanecer no ar. A chuva nos ensina um segredo há tempos esque- cido pela era da individualidade: a possi- bilidade de, pelo menos por um instante, sermos menos separados.

VIA-SACRA/A programação começa hoje e segue até amanhã, tendo como principal atração a encenação Via Sacra, no Morro da Capelinha. Em função do fluxo de público, algumas vias serão interditadas, e linhas de ônibus serão reativadas

Eventos religiosos marcam o feriado

» BEATRIZ MASCARENHAS

Inspirados por uma crescente valo- rização do feminino, o Grupo da Via Sacra escolheu como tema das atividades uma simbóli- ca frase atribuída à Nossa Senhora de Guadalupe: “Nada te alijia! Não estou aqui eu que sou tua mãe?”. A programação, que iniciou com en- saios ao longo do mês de março, terá suas principais atrações, hoje, a Santa Ceia e a Celebração Eucarística, e amanhã a Paixão de Cristo.

A partir das 20h de hoje, no esta- cionamento do Complexo Cultural de Planaltina, o público irá acompa- nhar a Celebração Eucarística presi- dida por Dom Denilson. Logo em se- guida, a casa apresentará a peça de encenação da Santa Ceia, com Je- sus sentado à mesa com os apósto- los, bem como a traição de Judas, e a prisão de Jesus Cristo.

Amanhã, às 15h, será iniciada a caminhada de 800 metros da Via- Sacra, saindo do centro de Planal- tina, em direção ao Morro da Cape- linha. Composta por 14 estações, cerca de 1.100 atores, entre prota- gonista e figurantes, interpretam a prisão, crucificação e a ressurrei- ção de Jesus Cristo.

Preparação

A equipe se preparou durante um ano para realizar a Via-Sacra. Segun- do Preto Resende, são 1.400 inte- grantes, incluída a parte técnica. “A maioria dos ensaios com todos os voluntários, nós fizemos aos domín- gos, no Morro da Capelinha”, con- ta Resende. Ainda de acordo com o organizador, a expectativa é de que compareçam mais de 100 mil pes- soas, “caso não chova”, adiciona.

Há chances de que as esperan- ças de Resende “salvem” o tempo. Segundo informações do meteoro- logista Roni Guedes, a previsão é de ocorrência de poucas chuvas hoje, em sua maioria fracas e isoladas, du- rante a tarde e o início da noite. Gue- des detalha que o dia estará nublado, com maior probabilidade de chuva nas regiões de Taguatinga e Guará. Na sexta-feira Santa, o tempo estará mais estável, com menor chance de chuva. “Caso chova, será algo passa- geiro e rápido, no fim da tarde”, des- creve o especialista.

Tráfego e circulação

Para os apreciadores que vão se deslocar das diferentes regiões administrativas até o evento, é im- portante ficar atento às interven- ções realizadas pelo Departamen- to de Trânsito do Distrito Federal (Detran-DF). Quem precisa passar por vias do Guará, Planaltina, So- bradinho II, Paranoá e Taguatinga, terá que optar por rotas alternati- vas. Em Planaltina, a partir das 5h de amanhã, os agentes de trânsito estarão nos dois acessos ao Morro da Capelinha, na DF-230.

Fotos: Grupo Via-Sacra/Divulgação



Os atores ensaiaram *A Paixão de Cristo* durante um ano, no Morro da capelinha. O evento conta com cerca de 1.400 integrantes

Segundo o Detran-DF, o primei- ro acesso será exclusivo para os veí- culos da produção do evento, as- sim como os pedestres que estarão no caminho. O segundo acesso será disponibilizado para os veículos de emergência e demais veículos. Pró- ximo ao espaço destinado ao even- to, os agentes estarão orientando os condutores para um dos três estacio- namentos de veículos destinados ao

público geral, táxis, pessoas com de- ficiências, idosos e ônibus. As equi- pes do Detran-DF ainda atuarão na sinalização das vias internas do Mor- ro da Capelinha.

Eventos locais

No Guará II a partir das 8h30, os agentes irão fechar a Avenida Cen- tral, na altura da 4ª Delegacia de

Polícia — no trecho entre o Residen- cial Santorini e o Edifício Saint Etien- ne. Às 9h, o público fará a caminhada até as proximidades do Condomínio Sargento Wolf, saindo da Paróquia Maria Imaculado, na EQ 15/17, per- correndo a Avenida Central. O ór- gão afirma que a previsão é de que as interdições nas vias ocorram até às 12h30 de amanhã.

Ainda no Guará II, às 19h, haverá

a Procissão do Cristo Morto. Nesse caso, os fiéis estarão partindo da Pa- róquia Maria Imaculada, seguindo desde o Conjunto O, da QE 17, até a 4ª Delegacia de Polícia, onde encer- ram o trajeto na paróquia. A procis- são está prevista para encerrar às 21h. Junto à Polícia Militar (PMDF), o Detran-DF fará intervenções no trá- fego da Avenida Paranoá, às 15h. O público irá se concentrar perto do

Linhas de reforço!

Linhas disponíveis para a Capelinha:

- » **504.2** - Sobradinho II / Sobradinho Qd. 01 BR-020 / Mestre d'Armas / Morro da Capelinha. Frota alocada: três carros.
- » **504.3** - Sobradinho II / Sobradinho / DF 230 / Morro da Capelinha. Frota alocada: três carros.
- » **609.2** - Terminal de Planaltina / Morro da Capelinha. Frota alocada: 13 carros.
- » **617.1** - Rodoviária do Plano Piloto / Eixo Norte / Morro da Capelinha. Frota alocada: seis carros.

Terminal Rodoviário, nas proximidades da Caesb. Logo depois, os fiéis caminharão até a Avenida Paranoá, na quadra coberta.

Acompanhando o trio elétrico, o público seguirá o percurso no sentido contrário da pista. Ou seja, as equipes de fiscalização estarão blo- queando acessos em função da tra- versia do público.

Amanhã, Taguatinga recebe a procissão da Via-Sacra, com saída do Centro de Convivência Bernar- do Sayão, na EQNM 36/38, e chega- da à Paróquia Imaculada Conceição, na EQNM 38/40. A reunião dos fiéis está prevista para as 18h. O cortejo seguirá pela via principal do Setor M Norte, onde o trânsito será mo- nitorado por agentes do Detran-DF, responsáveis por realizar bloqueios pontuais e orientar o fluxo de veí- culos para assegurar a passagem dos participantes com segurança.

Em Sobradinho II, a Via-Sacra São José está marcada para as 15h, com início no estacionamento do Restaurante Comunitário e térmi- no na Paróquia São José Esposo de Maria, situada na AR 05, Área Especial 02. Durante o período do evento, o tráfego nas imediações poderá sofrer alterações para via- bilizar o deslocamento do público ao longo do percurso.

O programa Vai de Graça vai estar em vigor amanhã, feriado de Paixão de Cristo, e no Domingo de Páscoa. Apesar das intervenções, durante o feriado, a frota dos ônibus estará re- forçada durante o feriado. Em função do evento, quatro linhas serão reati- vadas, a partir das 10h, na sexta-fei- ra, afim de facilitar o acesso dos fre- quentadores aos eventos do feriado.

Para aqueles que optam pe- lo metrô, é importante estar “de olho” nos horários de funciona- mento, uma vez que amanhã, os trens estarão operando das 7h até 19h. Nos demais dias, serão man- tidos os horários padrão.

Obituário/ Sepultamentos realizados em 1º/04/2026

» Campo da Esperança

Antônio Massa Ferreira Filho, 67 anos
Belzarina de Oliveira Martins, 97 anos
Francisco Olavo de Melo, 91 anos
Ivanilde Roxo Guimarães, 62 anos
João Alves de Almeida, 77 anos
Josimar Oliveira, 75 anos
Julieta Moulin Pedrosa, 98 anos
Maria Crizalda Alves de Oliveira, 81 anos
Sarah Regina Leite Xavier de Oliveira, 28 anos
Sônia Valéria Pinheiro, 76 anos

» Taguatinga

Ana Maria da Silva, 57 anos
Anedina Pereira da Silva, 94 anos
Camila da Silva Costa, 25 anos
Eliete de França Neves, 47 anos
Francisca Pereira Barbosa Palhares, 87 anos
Jesus Francisco de Abreu, 67 anos
Joeris Nogueira da Silva, 69 anos
Lourivaldo José de Mendonça, 72 anos
Maria Rita Gomes, 61 anos

Petrunília Bernardino Silva, 84 anos

» Gama

Géssica Camila de Macedo Santos Ferreira, 32 anos

» Planaltina

José Tiago Lima Mascarenhas, 40 anos
Judite Dátivo dos Santos Silva, 92 anos
Kamily Vitoria Aguiar de Oliveira, 12 anos
Valdemar Batista Silva Júnior, 45 anos
Waldimiro Antônio Rodrigues, 68 anos

» Brazlândia

Maria do Carmo, 88 anos

» Sobradinho

Kinko Nagata, 88 anos
Sueydyer Borges Farias, 60 anos

» Jardim Metropolitano

Maria Abadia Marra, 65 anos (cremação)
Leoberto Fischer, 74 anos (cremação)

Fotos: Ed Alves/CB/DA Press



PMDF comemorou as quase três décadas na Faixa da Igrejinha, na 308 Sul

Um gesto que virou cultura e exemplo

Com 29 anos de **incontáveis vidas salvas**, a **faixa de pedestres** é considerada uma **referência nacional** de respeito no **trânsito**

» DAVI CRUZ
» ANA CAROLINA ALVES

Um gesto simples, mas que salva vidas: levantar a mão, fazer o chamado "sinal de vida" e aguardar. É dessa maneira que começa uma travessia segura na faixa de pedestres, um símbolo marcante que, ontem, celebrou 29 anos de implantação no Distrito Federal, e segue como referência local e nacional em respeito no trânsito. Primeiro de abril marca um pacto firmado em 1997 entre poder público e população, que transformou a forma de atravessar as ruas da capital. Desde então, a faixa de pedestres se tornou mais do que sinalização: virou cultura, educação e, principalmente, preservação de vidas.

Na tradicional Faixa da Igrejinha, na 307/308 Sul, o Comando de Policiamento de Trânsito (CP-Tran), da Polícia Militar do DF, promoveu uma ação educativa para celebrar o aniversário da iniciativa. A mobilização reuniu agentes, estudantes da Escola Classe 308 Sul e a comunidade em uma blitz com distribuição de materiais informativos, além de um momento simbólico com bolo e parabéns.

Durante o evento, o comandante do Batalhão de Policiamento de Trânsito, tenente-coronel Rodrigo Campos, destacou os avanços conquistados ao longo dessas quase três décadas. "Tivemos um aumento de 256%. Se em 1996 nós tínhamos 605 mil veículos em Brasília, hoje, nós temos quase 2 milhões e meio de veículos. E

mesmo assim, nós conseguimos uma redução de mais de 70% das fatalidades. Isso prova que atravessar na faixa de pedestres, o respeito e a consciência para esse contrato social funciona e salva vidas", afirmou.

O comandante também chamou atenção para a sinalização atual na cidade. "Atualmente, nós temos quase 500 mil faixas no Distrito Federal espalhadas por vias urbanas e rodovias distritais que têm auxiliado no tráfego seguro da cidade", disse. Dados recentes reforçam esse cenário. "No ano passado, apenas 1,4% dos atropelamentos aconteceram em faixas não semaforizadas. Isso significa que praticamente 99% das fatalidades aconteceram quando o pedestre insiste em atravessar fora da faixa", explicou o tenente-coronel.

Artigo

Marco civilizatório

A imagem é tocante: uma garotinha pede ao avô que levante o braço na faixa de pedestres. Seria algo trivial, se não estivéssemos falando da única cidade onde o benefício do cidadão em atravessá-la de forma segura segue viva desde 1º de abril de 1997. Após uma série de debates e fóruns em Brasília, a Lei da Faixa, como ficou conhecida, foi idealizada pelo Coronel Azevedo, então comandante do Batalhão de Trânsito.

A ideia parecia um nonsense tão grande que dele diria o professor David Duarte Lima, da UnB, abanando-a: "um louco varrido, um sujeito desmiolado, [que] resolveu fazer a proposta mais louca do mundo, mais maluca, mais inaceitável, mais indecente e mais perigosa do mundo", e "ai começou o tal da faixa de pedestre". Por aqui, o nonsense 'pegou'.

Quando se viaja para outros estados, pessoas que conhecem o DF logo avisam: "aqui ninguém para na faixa, tome cuidado". O sinal de alerta indica uma verdade. Entre a intenção da lei e a vida real, é preciso um pouco mais que vontade. É preciso cultura, e cultura é algo que se cultiva, que se cativa. Aliás, os termos 'cultivar' e 'cultura' têm a mesma raiz latina, que indica modos de convivência.

Por isso, cabe a ressalva: uma lei existe porque um povo julgou necessária.

O Brasil é pródigo em leis: algumas 'pegam', outras ficam nos escaninhos. A história dessa lei é a de um marco civilizatório em Brasília. Com a vida urgente que temos, o pedestre é sempre quem perde. Não aqui. Note: antes da campanha de 1997, 49% das mortes de trânsito respondiam por atropelamentos, caímos para 29% depois dela: expressão concreta de que aprendemos, coletivamente, a proteger os mais indefesos.

Mas não foi um começo fácil. Para o pedestre, era difícil indicar a intenção de travessia. Colocar o pé na faixa poderia ser perigoso, por isso a imprensa saiu em socorro das autoridades, sugerindo levantar o braço como 'sinal de vida'. O resultado não poderia ser melhor: imprensa, cidadãos, polícia, todos juntos no apelo à vida, isso acabou ensejando o vigor da lei, e sua aplicação na vida diária da cidade. Para isto acontecer, é preciso o engajamento de todos.

Está vivo, pulsante e normal por aqui. São as pequenas práticas, como esta do avô obedecendo à neto, que tornam hábito e se entranham em nós. É por isso que achamos estranho que, fora do nosso quadrado, ninguém mais pratique essa lei.

Fagner de Oliveira Dias, doutor em administração pública e professor do Ibmec Brasília, e **João Carlos Félix**, doutor em teoria literária



A educadora Gisela Farela e a estudante da rede pública Bel Barbalho

Apesar de ter um caráter educativo, o desrespeito à faixa gera punições aos infratores. "Para aqueles motoristas que insistem em desrespeitar o Código de Trânsito Brasileiro, onde é previsto que o pedestre tem a prioridade absoluta ao atravessar a faixa, é aplicada uma notificação e a multa é de R\$ 293, infração gravíssima, com sete pontos na carteira", alertou.

Mobilização

Um dos nomes que ajudaram a construir essa história é Jânio Farias Marques, mais conhecido como guarda Jânio, um dos precursores do projeto. Ele relembrou com orgulho o início da mobilização. "Esse projeto foi fundamental para diminuição dos sinistros com pedestres. Na época, nós também lançamos o Sinal de Vida, foi destaque no Brasil inteiro. Hoje, temos orgulho de dizer que Brasília continua sendo referência", contou.

Guarda Jânio também destacou o trabalho educativo feito nas escolas. "A gente ensinou, principalmente às crianças, que são a base de tudo. Se nós plantarmos uma sementinha no coração delas, no futuro teremos um jovem mais consciente no trânsito", disse. Para ele, a ligação com a faixa é pessoal. "É a minha vida, é a minha história. Faço parte disso tudo e é uma das maiores alegrias que tenho", afirmou.

Quem também acompanhou essa transformação foi a gerente administrativa Marlene Bonina, 53. "Eu lembro da primeira comemoração da faixa de pedestres. As pessoas não eram educadas a parar. Hoje, com o tempo, foram se adaptando e virou um sucesso", disse.

Motorista experiente, ela reforça a responsabilidade dos dois lados. "O pedestre precisa parar, dar o sinal e esperar o carro parar. E o motorista tem que ter a consciência de reduzir e respeitar. É uma via de mão dupla, que se for respeitada oferece um trânsito perfeito para todos. A faixa salva vidas, mas é preciso atenção", destacou.

Aprendizado

A educação no trânsito começa cedo, e isso ficou evidente com a presença dos alunos da Escola Classe 308 Sul, que participaram de uma blitz educativa com os policiais. A orientadora educacional Gisela Varela ressaltou a importância dessa parceria. "A gente trabalha com as crianças, sensibiliza sobre o cuidado na hora de atravessar e agora eles estão vivenciando isso na prática", explicou.

A educadora também destacou o papel da corporação. "A escola sozinha não consegue fazer nada. A gente precisa dessa articulação em rede, e a Polícia Militar tem contribuído muito com a segurança e a formação dos nossos alunos", afirmou.

As crianças, fardadas com coletes da corporação, foram convidadas a participar da celebração em frente à igreja e aprenderam a história da criação da faixa "zebrada". A pequena Bela Barbalho Gonçalves, 9, do 5º ano, mostrou que a mensagem foi bem recebida. "Eu aprendi muito com o policial que foi na minha sala. Eles nos ensinaram que a faixa é muito importante para o trânsito ser mais seguro e organizado", contou.

Conscientização

O Departamento de Trânsito (Detran-DF) também realizou uma programação especial para marcar a data. A ação foi realizada na travessia entre o Sesi Lab e a Biblioteca Nacional, na área central. A gerente de Ação Educativa de Trânsito do órgão, Magda Brandão, reforçou o simbolismo da faixa. "A faixa de pedestre já é considerada



como patrimônio cultural imaterial do Distrito Federal em 2024. Ele só vem reforçar a importância da utilização da faixa por pedestres e o respeito por todos os condutores a este pedestre que atravessa na faixa. Temos muito o que comemorar, sim, mas também temos muito ainda o que fazer", afirmou.

A agente também orientou a população sobre o comportamento seguro. "Ao se aproximarem de uma faixa, façam o sinal de vida. Esse gesto alerta o condutor sobre a intenção de atravessar. É chamar a atenção para si, que é a parte mais vulnerável no trânsito", explicou.

De acordo com o órgão, todas as faixas foram reformadas em 2025. Em 2026, aproximadamente 10% passaram por restauração. Ao longo de todo o mês, novas ações educativas estão previstas, incluindo palestras, apresentações teatrais e abordagens em vias públicas. A ideia é reforçar que, mesmo após quase três décadas, o compromisso com a vida no trânsito precisa ser renovado todos os dias.



Aponte a câmera do celular para o QR Code e assista ao vídeo



ESPORTES

correiobraziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

Agenda canarinho

18/5 - Convocação para a Copa	6/6 - Brasil x Egito (Cleveland)
25/5 - Apresentação na Granja Comary	13/6 - Brasil x Marrocos (New Jersey)
31/5 - Brasil x Panamá (Rio de Janeiro)	19/6 - Brasil x Haiti (Filadélfia)
1º/6 - Viagem para os EUA	24/6 - Escócia x Brasil (Miami)

SELEÇÃO Decisivos na vitória do Brasil em Orlando, Endrick e Igor Thiago esperam furar a fila na lista final do Carletto para brincar na Disney da bola pela primeira vez

FastPass

Rafael Ribeiro/CBF



Igor Thiago carrega Endrick nas costas: nascidos no DF, eles foram criados no Entorno na Cidade Ocidental e no Valparaíso, respectivamente, e podem ir juntos à Copa de 2026



Convocados na era Ancelotti



Goleiros	Convocações	Cortes	Jogos	Gols	Assistências
Alisson (Liverpool)	3	1	4	0	0
Hugo Souza (Corinthians)	5	1	1	0	0
Bento (Al Nassr)	5	0	3	0	0
Ederson (Fenerbahçe)	3	1	2	0	0
John (Nottingham Forest)	2	0	0	0	0

Zagueiros	Convocações	Cortes	Jogos	Gols	Assistências
Marquinhos (PSG)	4	0	7	0	0
Fabrizio Bruno (Cruzeiro)	3	0	4	0	0
Gabriel Magalhães (Arsenal)	4	1	3	0	0
Lucas Beraldo (PSG)	2	0	2	0	0
Éder Militão (Real Madrid)	2	0	3	0	0
Léo Ortiz (Flamengo)	1	0	0	0	0
Alexsandro Ribeiro (Lille)	2	0	3	0	0
Bremer (Juventus)	1	0	1	1	0
Léo Pereira (Flamengo)	1	0	2	0	0
Roger Ibañez (Al-Ahli)	1	0	2	0	0
Vitor Reis (Girona)	1	0	0	0	0
Daniilo (Flamengo)	3	0	3	0	0

Laterais	Convocações	Cortes	Jogos	Gols	Assistências
Vitinho (Botafogo)	2	0	2	0	0
Vanderson (Monaco)	3	2	2	0	0
Paulo Henrique (Vasco)	2	0	2	1	0
Wesley (Roma)	5	2	4	0	0
Alex Sandro (Flamengo)	4	2	3	0	0
Caio Henrique (Monaco)	3	0	4	0	0
Douglas Santos (Zenit)	3	0	3	0	0
Luciano Juba (Bahia)	1	0	0	0	0
Kaiki (Cruzeiro)	1	0	1	0	0
Carlos Augusto (Internazionale)	2	0	1	0	0

Volantes e meias	Convocações	Cortes	Jogos	Gols	Assistências
André (Wolverhampton)	1	0	1	0	0
Fabinho (Al-Ittihad)	2	0	2	0	0
Joelinton (Newcastle)	2	1	1	0	0
Andrey Santos (Chelsea)	4	0	5	0	0
Jean Lucas (Bahia)	1	0	1	0	0
Gerson (Cruzeiro)	1	0	2	0	0
Bruno Guimarães (Newcastle)	4	0	8	1	2
Casemiro (Manchester United)	5	0	9	1	1
João Gomes (Wolverhampton)	1	0	0	0	0
Daniilo (Botafogo)	1	0	2	0	0
Éderson (Atalanta)	1	0	0	0	0
Gabriel Sara (Galatasaray)	1	0	1	0	0
Andreas Pereira (Palmeiras)	2	0	1	0	0
Lucas Paquetá (Flamengo)	3	0	6	1	1

Atacantes	Convocações	Cortes	Jogos	Gols	Assistências
Matheus Cunha (Manchester United)	5	1	8	0	2
Antony (Betis)	1	0	0	0	0
Estêvão (Chelsea)	4	0	7	5	0
João Pedro (Chelsea)	3	0	5	0	0
Kaio Jorge (Cruzeiro)	1	1	1	0	0
Luiz Henrique (Zenit)	4	0	7	0	2
Samuel Lino (Flamengo)	1	0	1	0	0
Rodrygo (Real Madrid)	2	0	4	2	1
Igor Jesus (Nottingham Forest)	1	0	1	0	0
Raphinha (Barcelona)	3	1	4	0	0
Vinicius Junior (Real Madrid)	4	0	8	2	2
Vitor Roque (Palmeiras)	1	0	1	0	0
Endrick (Lyon)	1	0	1	0	1
Igor Thiago (Brentford)	1	0	2	1	0
Rayan (Bournemouth)	1	0	1	0	0
Gabriel Martinelli (Arsenal)	4	0	6	2	0
Richarlison (Tottenham)	4	0	6	0	0

Valdo Virgo/CB/D.A Press

MARCOS PAULO LIMA

Os parques de diversões de Orlando, na Flórida, Estados Unidos, costumam ter filas quilométricas para o acesso às principais atrações. Uma das alternativas antigas para driblá-las era o Fastpass, substituído pelos atuais Lightning Lane Multi Pass e Single Pass, uma espécie de fura fila. Nascidos no Distrito Federal e criados no Entorno, os brasileiros Endrick e Igor Thiago pegaram o passe gratuito na última Data Fifa em busca da aventura no brinco dos sonhos deles: a primeira participação na Copa do Mundo.

A penalidade máxima sofrida e uma assistência para o gol de Gabriel Martinelli na vitória por 3 x 1 contra a Croácia garantiram a entrada de Endrick, 19 anos, na fila dos 58 jogadores convocados na era Carlo Ancelotti. Cinco anos mais velho do que o conterrâneo, Igor Thiago converteu a infração sofrida por Endrick. Na celebração, o centroavante nascido no Gama e criado na Cidade Ocidental (GO) carregou a cria de Taguatinga radcada no Valparaíso (GO) nas costas como se dissesse: "Sobe aí, vamos juntos para a Copa".

Na comemoração do penta, em 2002, Lúcio e Kaká ajoelharam juntos no gramado do Estádio Internacional de Yokohama, no Japão, em uma oração de gratidão pela conquista. Endrick e Igor Thiago não têm certeza se estarão no MetLife, em New Jersey, na estreia contra

Marrocos, em 13 de junho. Muito menos na final no mesmo palco, em 19 de julho.

É melhor estar na fila com a senha na mão do que fora dela. A oportunidade chegou para os dois na última convocação antes da escolha dos 26, em 18 de maio, e ambos souberam aproveitar. Por alguns minutos, foram até concorrentes. Endrick pegou a bola e desejava bater o pênalti. Do banco, Carlo Ancelotti mandou recado via Léo Pereira determinando Igor Thiago. O vice-artilheiro da Premier League com 19 gols vestindo a camisa do Brentford bateu sete pênaltis nesta temporada do clube e converteu seis. Iluminado, tem três bolas na rede a menos do que o norueguês Haaland no Campeonato Inglês.

"Estou muito feliz por ele (Carlo Ancelotti) ter me dado a bola, confiado no meu trabalho. Deus é bom, já escreveu a minha história nesse momento lindo", emocionou-se Igor Thiago depois da partida em entrevista ao SporTV. "Ele (Carlo Ancelotti) pediu para eu bater e, graças a Deus, fui bem-sucedido", comemorou. "No jogo, quem tinha de bater o pênalti era Matheus Cunha. Depois, Igor Thiago é muito bom batedor. Ele treinou e foi muito bem", justificou Carletto.

Endrick não balançou a rede, mas acumula exibições decisivas em jogos grandes. O Brasil enfrentou quatro seleções europeias neste ciclo. Ele balançou a rede na vitória contra a Inglaterra, em

Londres; no empate com a Espanha, em Madrid; e sofreu pênalti e deu assistência contra a Croácia. Só não entrou em campo na derrota para a França. Incendiou o jogo na última terça-feira e deu mais uma demonstração de talento e protagonismo.

Obcecado pela convocação para a Copa do Mundo, Endrick deu um passo atrás ao trocar o Real Madrid pelo empréstimo ao Lyon na tentativa de avançar duas casas no sonho de ir à América do Norte no meio do ano. Ele tem seis gols e quatro assistências na temporada pelo time francês. Ouvindo o conselho de Ancelotti para buscar um time no qual pudesse jogar, iniciou em janeiro no Lyon e conseguiu ser lembrado pelo italiano no mês passado.

Religioso, ele atribuiu o retorno à lista a uma mensagem da companheira. "Não vou mentir que estava com esse senso de urgência de que tenho que ir bem. E depois da mensagem dela (Gabriely Machado) tirei toda a pressão e medo que tinha no meu corpo. Agradeço bastante minha esposa e Deus por ter eles na minha vida, e acho que isso foi essencial."

Ao trocar o Real Madrid pelo Lyon, Endrick jogou a última cartada pelo sonho de ir à Copa. "Eu estava com esse senso de urgência, e depois de ver minha esposa falando que (Deus) tinha preparado para mim e que somente de estar aqui já era uma vitória, não importa se eu fosse entrar, fizesse

um gol ou uma assistência... Agradeço muito por ter esse momento comigo e acho que isso me ajudou, porque perdi o medo e o senso de urgência".

A ansiedade vai aumentar. Faltam 46 dias para o anúncio da lista final em 18 de maio. A situação de Endrick e do conterrâneo Igor Thiago não é confortável. Carlo Ancelotti testou 17 atacantes. Segundo o treinador, serão chamados três goleiros, nove defensores, cinco meias e nove atacantes. Endrick tem assumido duas funções no Lyon: ponta-direita e centroavante. Pelos lados, a disputa é acirrada com Estêvão e Luiz Henrique. Se quiser a nove, Igor Thiago vira concorrente direto e um pode atrapalhar o outro.

Um terceiro elemento pode até adiar o sonho dos dois candangos para a Copa de 2030. A sombra de Neymar continua rondando a Seleção. O maior artilheiro da Amarelinha com 79 gols em 128 partidas arrisca frustrar os planos. Por enquanto, Endrick prefere acreditar na presença dele e de Igor Thiago na lista final representando as cidades vizinhança do nosso quadrado. "Acho que é a primeira vez que isso acontece, não é? Brasília e as cidades em volta (Entorno) não têm um time nas primeiras divisões, mas muitos garotos saem cedo para buscar oportunidade. Tem muita gente de lá nos clubes grandes do Brasil. Cada um vai para um lugar diferente, e a gente acaba se encontrando muitos anos depois de sair".

"Estou muito feliz por ele (Carlo Ancelotti) ter me dado a bola. Pedi para eu bater e, graças a Deus, fui bem-sucedido. Deus é bom, já escreveu a minha história nesse momento lindo"

Igor Thiago, centroavante

"Acho que é a primeira vez que isso acontece, não é? Brasília e as cidades em volta (Entorno) não têm um time nas primeiras divisões, mas muitos garotos saem cedo para buscar oportunidade"

Endrick, ao Correio

ESPORTES

BRASILEIRÃO Líderes em selecionáveis, Flamengo e Palmeiras jogam mais uma rodada lidando com nuances das convocações

Os desafios do pós-Data Fifa

DANILO QUEIROZ

Julio Aguilar/AFP



Com 116 minutos pela Colômbia, Arias teve mais tempo de descanso

O Campeonato Brasileiro retoma o protagonismo, hoje, diante de um velho dilema: como lidar com a conta gerada pelas convocações da Data Fifa. Costumeiramente os mais afetados no quesito, Flamengo e Palmeiras jogam, às 21h30, ainda sob efeito das viagens, dos minutos acumulados e das incertezas físicas dos convocados. No interior paulista, o rubro-negro encara o Red Bull Bragantino, no estádio Cícero Marques, com transmissão da Globo, enquanto o alviverde recebe o Grêmio na Arena Barueri, com exibição do Premiere.

A cena se repete na rotina rubro-negra e alviverde temporada após temporada. Mesmo com a pausa oficial, o calendário nacional impõe partidas entre 24 e 48 horas após compromissos internacionais. A nona rodada do torneio nacional não foge à regra. Clubes com maior presença nas seleções, Flamengo e Palmeiras acabam expostos pela grande quantidade de selecionáveis e encaram um quebra-cabeça logístico e físico, no qual a qualidade técnica convive com o risco de desgaste e ausências relevantes.

No lado carioca, sete atletas participaram da Data Fifa de março e a mobilização interna garantiu o retorno de todos a tempo do compromisso contra o Bragantino. Léo Pereira, Danilo, Varela, De La Cruz, Arrascaeta e Plata chegaram ontem em São Paulo e passam por avaliação final antes da definição de Leonardo Jardim. Todos jogaram na terça-feira em diferentes locais: os brasileiros atuaram nos Estados Unidos, os uruguaios na Itália e o equatoriano na Holanda. O colombiano Carrascal jogou no domingo, foi o primeiro a retornar e contou com mais tempo de recuperação.

A tendência aponta para utilização controlada, com minutos reduzidos ou até preservação, dependendo da condição individual.

O histórico recente, levantado pelo **Correio**, mostra um Flamengo capaz de responder mesmo em cenários adversos, mas com oscilações claras. Em 2025, o time empatou com o Internacional após período com oito convocados, venceu com elenco completo na Copa do Mundo de Clubes e superou adversários como Juventude e Sport, mesmo com baixas. Por outro lado, enfrentou dificuldades quando o desgaste pesou mais, como

no revés diante do Fluminense. Na ocasião, dois dos sete selecionáveis sequer foram relacionados pelo então técnico Filipe Luís.

No Palmeiras, o impacto da Data Fifa de março tem números ainda mais expressivos. O clube alviverde teve oito convocados e recebeu Emiliano Martínez, Gay, Flaco López, Gustavo Gómez, Maurício e Ramón Sosa também na véspera do jogo. Os uruguaios vieram da Itália, os argentinos entraram em campo no país natal e os paraguaios jogaram na França. O colombiano Arias foi o único a chegar antes na Academia de Futebol.



Marco Bertorello/APP

Arrascaeta jogou 177 minutos pelo Uruguai e deve começar no banco

Todos passam por análise do Núcleo de Saúde e Performance antes da decisão final da comissão técnica de Abel Ferreira, em um processo determinante para a montagem da equipe diante do Grêmio

Além do desgaste, o alviverde lida com um problema concreto no elenco. O lateral Joaquín Piquerez sofreu uma ruptura ligamentar no tornozelo direito durante período com a seleção uruguaia e desfalca o time por, pelo menos, oito semanas, reduzindo alternativas em um setor estratégico. A ausência amplia o grau de dificuldade em um momento já marcado por incertezas físicas.

Ao longo de 2025, o Palmeiras apresentou desempenho estável, mas com viés determinante positivo e negativo nesse tipo de cenário. Em março, o alviverde perdeu o título paulista logo após uma Data Fifa, mas as principais peças desgastadas. As goleadas diante de Internacional, Juventude e Bragantino foram demonstração de fôlego no cenário adverso. No entanto, a derrota para o Santos e o empate diante do Vitória, com sete convocados, foram cruciais na perda do título brasileiro para o rival Flamengo. Em dezembro, as equipes terminaram separadas por três pontos.

SÉRIE A

	P	J	V	E	D	GP	GC	SG
1º Palmeiras	19	8	6	1	1	17	8	9
2º Fluminense	19	9	6	1	2	16	10	6
3º Bahia	17	8	5	2	1	12	7	5
4º São Paulo	17	9	5	2	2	11	6	5
5º Atlético-PR	16	9	5	1	3	14	11	3
6º Flamengo	14	7	4	2	1	13	5	8
7º Coritiba	14	9	4	2	3	10	9	1
8º Vasco	12	9	3	3	3	14	14	0
9º Grêmio	11	8	3	2	3	13	12	1
10º Vitória	10	8	3	1	4	8	13	-5
11º Corinthians	10	9	2	4	3	8	10	-2
12º Botafogo	9	8	3	0	5	14	18	-4
13º Internacional	9	9	2	3	4	8	10	-2
14º Atlético-MG	8	8	2	2	4	8	11	-3
15º Bragantino	8	8	2	2	4	6	10	-4
16º Chapecoense	7	7	1	4	2	9	11	-2
17º Santos	7	8	1	4	3	10	13	-3
18º Cruzeiro	7	9	1	4	4	11	16	-5
19º Mirassol	6	8	1	3	4	10	13	-3
20º Remo	6	8	1	3	4	10	15	-5

9ª RODADA

Ontem

Botafogo	3 x 1	Mirassol
Internacional	1 x 1	São Paulo
Cruzeiro	3 x 0	Vitória
Bahia	3 x 0	Atlético-PR
Coritiba	1 x 1	Vasco
Fluminense	3 x 1	Corinthians

Hoje

19h Santos	x	Remo
19h Chapecoense	x	Atlético-MG
21h30 Palmeiras	x	Grêmio
21h30 Bragantino	x	Flamengo

Na estreia de Artur Jorge, Cruzeiro ganha a primeira

SOFIA CUNHA

Belo Horizonte — O Cruzeiro sentiu a chegada do técnico Artur Jorge — positivamente. Na estreia do comandante português, na noite de ontem, a Raposa conquistou o primeiro triunfo no Campeonato Brasileiro ao derrotar o Vitória por 3 x 0. A atuação convincente agradou à torcida, que ocupou quase 40% do Mineirão, em Belo Horizonte.

O comandante português manteve a base do elenco, mas alterou o esquema tático quando tinha a posse e obteve resultado.

Os celestes dominaram todas as ações no primeiro tempo. Impositivos, sequer permitiram finalizações do Vitória.

O Cruzeiro chegou a abrir o placar logo aos quatro minutos, com Kauã Moraes, mas o tento foi anulado por toque de mão do volante Christian na jogada. Inquieto na beira do gramado, Artur Jorge fez exigências e as viu serem atendidas. Em um intervalo de seis minutos (32, 35 e 38), Kauã Moraes, Christian e Kaio Jorge fizeram o 3 x 0.

No segundo tempo, a Raposa diminuiu a rotação e trabalhou

na manutenção do placar favorável. Nesse cenário, permitiu mais trocas de passes do Vitória — mas não protagonizou grandes investidas —, ao passo em que não colecionou oportunidades claras.

De qualquer forma, o resultado construiu na etapa inicial agradou à torcida, que aplaudiu ao fim da partida e puxou cantos de apoio, como: 'o Cruzeiro voltou' e 'time de guerreiros'.

Depois da primeira vitória na Série A, a Raposa figura em 18º lugar na classificação, com sete pontos — ainda não o suficiente para deixar o Z-4. Um a mais

que o Mirassol, que perdeu para o Botafogo por 3 x 2, também ontem, no Estádio Nilton Santos, no Rio de Janeiro.

Para se manter em 18º e impulsionar a reação, o clube mineiro torce por tropeço do Remo, agora 19º colocado. A equipe paraense visita o Santos na Vila Belmiro, hoje, às 19h. Se vencer, chegará aos nove pontos e recuperará espaço na tabela.

O Cruzeiro volta a campo já neste sábado, quando enfrenta o São Paulo, a partir das 18h30, no Morumbis, na capital paulista, pela 10ª rodada do Brasileiro.

Gustavo Martins/Cruzeiro



Resultado trouxe alívio, mas não tirou a Raposa do Z-4 da Série A

NO BEIRA-RIO

O São Paulo ampliou a sequência sem vitórias no Campeonato Brasileiro, ontem, ao empatar por 1 x 1 com o Internacional, no Beira-Rio. Alerrandro colocou o colorado em vantagem no primeiro tempo, mas os donos da casa abdicaram de jogar na segunda parte e atraíram os são-paulinos, que igualaram com Calleri.

NA FONTE NOVA

Com dois gols do atacante Everaldo, ainda no primeiro tempo, e outro de Luciano Juba, já nos acréscimos, o Bahia venceu o Athletico por 3 x 0, ontem, na Arena Fonte Nova, em Salvador. O tricolor baiano, que buscava a reabilitação da goleada por 4 x 1 para o Remo, conseguiu impedir que o time paraense o ultrapassasse.

NO COUTO PEREIRA

O Vasco perdeu uma grande chance de embalar no Brasileiro na noite de ontem, quando no estádio Couto Pereira, saiu à frente do Coritiba no placar, mas acabou sofrendo o empate no apagar das luzes, ficando no 1 x 1 com o time paraense. A partida foi válida pela nona rodada da competição nacional.

NO MARACANÃ

Imbatível como mandante no Estádio do Maracanã, o Fluminense fez mais um visitante de vítima no palco carioca. Com gols marcados por John Kennedy, Hércules e Castillo, o tricolor venceu o Corinthians, ontem, por 3 x 1. André Luiz descontou. O resultado colocou a equipe do Rio de Janeiro na segunda colocação.

NA VILA BELMIRO

Com apenas uma vitória em oito rodadas e com a extrema necessidade de voltar a somar três pontos para fugir das últimas colocações do Campeonato Brasileiro, o técnico Cuca espera contar com a força da Vila Belmiro diante do Remo, às 19h, afim de obter o primeiro triunfo na nova passagem pelo Santos. O SporTV transmite.

NA ARENA CONDÁ

Preocupado com a situação na classificação, o Atlético-MG visita a Chapecoense, às 19h, na Arena Condá, em confronto direto na parte de baixo da tabela. Em busca de maior regularidade, o Galo tenta aproveitar a retomada após a Data Fifa para "entrar nos eixos" com Eduardo Domínguez. O Premiere exibe ao vivo.

MARATONA BRASÍLIA 2026

INSCREVA-SE JÁ!
brasilcorrida.com.br

4 DIAS DE COMPETIÇÃO

18, 19, 20 E 21 DE ABRIL

Ao lado do Museu Nacional - Esplanada dos Ministérios

CELEBRE BRASÍLIA A CADA PASSO

50% DE DESCONTO*

clube

Apoio:

Apoio Gráfico:

Promoção:

Parceria:

Realização:

Diversão & Arte

MARIO

Engenhocas voadoras, robôs e princesas povoam *Super Mario Galaxy: O filme* na volta do personagem intergalático

Cena de *Super Mario Galaxy: O filme*



...e as GALÁXIAS

» RICARDO DAEHN

Quase três anos passaram e o time do primeiro longa-metragem animado em torno do fenômeno dos jogos eletrônicos da Nintendo — que faturou US\$ 1,3 bilhão — retorna: constam os diretores Aaron Horvath, Michael Jelenic e Pierre LeDuc, isso além de o mesmo roteirista, Matthew Fogel. A equipe é idêntica, mas a proposta parece ter mudado *Super Mario Galaxy: O filme*, com o produto mais infantilizado. Engenhocas voadoras, robô gigante, e princesas estão no cotidiano de pequenas estrelas (que se proliferam), que, em momentos ternos, esperam pelo sono, ao sinal do que indica a mãe delas, a princesa Rosalina: “é (ouvir) historinha, e caminha”.

Autor do roteiro de *Minions 2: A origem de Gru*, Matthew Fogel administra personagens que objetivam a destruição do Reino Cogumelo e até mesmo do universo. Dentro das possibilidades, eles até são engraçados — mas a atenção maior recai sobre os heróis, metidos em cenários e situações que emulam os palácios da Disney e um quê de Guardiões da Galáxia. Depois de capturada, Rosalinda, sem saber, abre espaço para que os irmãos Luigi e Mario tomem conta do Reino Cogumelo. Criada a narrativa em etapas, aventuras, dinâmicas e coloridas, vêm como que associadas à estética dos jogos.

Uma espécie de aeroporto, o portal celestial tem muita presença na história. Um personagem pontua também a dimensão do novato Yoshi, “dinossauro (que entra) do nada, e já é da galera?!”. Yoshi até tentou a convivência com humanos, mas estava destinado à inusitada parceria com os simpáticos irmãos encanadores. Fox McCloud, uma raposa habilitada para as viagens entre galáxias, também bate ponto no filme.

Num dos momentos mais divertidos, despontam as versões bebês para Mario e companhia, quando Luigi, bebê, comemora que “os pensamentos assustadores (dos adultos) desapareceram”.



Luma, entre as estrelas do filme

Até o nascimento do Senhor dos Ossos (ou Senhor Caveira) aparecer, a ação e muitas incertezas ficam fixadas na possibilidade de recaída, na maldade, do outrora monstruoso Bowser (rei dos Koopas, que ainda arrasta a “versão Jr”, seu filho). Entre ameaças e reencontros, afetividade e agressividade, o filme trata de sentimentos intensos. Atente para as duas cenas extras associadas aos créditos.

Renovação de fé

Artista de muitas produções de cinema, especialmente integrado aos departamentos de arte de produções como *Dumbo*, *Trovão tropical*, *O Poderoso Chefão* e ainda a

série *Piratas do Caribe*, o diretor Mauro Borrelli assina, sob a intenção de perspectiva completa, o longa *A última ceia*.

No papel de Cristo, Jamie Ward circula junto aos apóstolos no Cenáculo (em Jerusalém), local que marcou episódios universalmente reconhecidos, antes de ele ser crucificado. Foi a partir de atenta observação de obra de Leonardo da Vinci (feita em fins do século 15), que o diretor se entusiasmou para recriar a escalada de traição, provas de lealdade e ainda a ressurreição — tudo retratado no filme.

No longa, Judas Iscariotes ganha



Cena de *A última ceia*

a interpretação de Robert Knepper, enquanto Nicodemos é papel reservado a Henry Garret e James Oliver Wheatley dá vida ao histórico personagem Pedro. Com momentos tensos, outros recheados de afetos, o filme se apoia na fé, para repasse de ensinamentos e de registros que

tocam o ritual do lava-pés e o despontar da eucaristia. Na produção, Vladislav Opelyants assina a direção de fotografia e Leo Z responde pela trilha sonora.

PRIMÓRDIOS DO CINEMA PIAUIENSE

» MARIANA REGINATO

Do dia 3 de abril a 8 de maio, a mostra *Cinema Marginal Piauiense* exibe os primeiros filmes realizados no estado. Disponível no site da Cinelimita, todos os filmes foram gravados em Super 8, na primeira metade dos anos 1970. A primeira parte da mostra, que será exibida ainda este mês, fala sobre o sonho piauiense. Os filmes exibidos serão *O terror da vermelha*, de Torquato Neto, *Um sonho americano*, de Arnaldo Albuquerque, *Coração materno*, de Haroldo Barradas, *Miss Dora*, de Edmar Oliveira e David Aguiar de Durvalino Couto.

A curadoria da mostra teve como base principal pensar

em quais filmes podem ser localizados, digitalizados e desenvolvidos ao público. “A dimensão curatorial só começou a se estruturar a partir do momento em que compreendemos o que havia sido efetivamente resgatado. Com 18 obras desse período agora digitalizadas em novas cópias pela Cinelimita, passamos a pensar em como apresentá-las novamente ao público”, conta William Plotnick, idealizador da mostra.

Para ele, a mostra reúne um cinema jovem, rebelde, irreverente e profundamente livre, sem pretensão de ser profissional. “São obras feitas não para um público externo, mas para os próprios realizadores. Há nelas uma urgência criativa muito



Os filmes *Coração materno*, de Haroldo Barradas, e *O terror da vermelha*, de Torquato Neto, estão na mostra on-line



clara, uma necessidade de inventar uma linguagem e afirmar uma voz onde antes não havia tradição cinematográfica. São filmes imperfeitos, por vezes desajeitados, mas também muito inventivos e cheios de humor, realizados sem estruturas formais,

muitas vezes sem tripé, com grande liberdade estética”, comenta William.

Naquele momento, fazer cinema em Teresina não era uma tarefa fácil por conta do acesso restrito aos equipamentos e revelação do material. “Ainda assim, esses

artistas encontraram maneiras de criar. Essa força e essa persistência estão presentes nos filmes. Ao mesmo tempo, são obras profundamente enraizadas em seu contexto, muito ligadas a um tempo e a um lugar específicos. Funcionam

tanto como narrativas quanto como registros históricos, verdadeiras cápsulas do tempo que revelam modos de vida, sensibilidades e formas de pensar que emergiram sob as condições da ditadura”, destaca o idealizador.



A longa espera de Messias

Maria Eduarda Lavocat

Após pouco mais de quatro meses de espera, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou, ontem, ao Senado a indicação oficial do advogado-geral da União, Jorge Messias, para ocupar vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), em substituição ao ex-ministro Luís Roberto Barroso. Messias foi anunciado por Lula em 20 de novembro do ano passado, mas, desde então, o processo aguardava o envio formal da mensagem presidencial para ter continuidade.

Nos bastidores, a demora é atribuída, principalmente, à insatisfação do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que defendia a indicação de seu colega, o senador Rodrigo Pacheco, para a vaga.

Para assumir o cargo, Messias precisa passar por sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, posteriormente, ser aprovado pelo plenário do Senado. Na CCJ, é necessária maioria simples (14 dos 27 votos). Já no plenário, a aprovação exige maioria absoluta (41 dos 81 senadores), em votação nominal e secreta — um cenário considerado desafiador diante da resistência de Alcolumbre.

Diante desse cenário e temendo uma possível rejeição, o governo optou por adiar o envio da mensagem oficial por um período. A decisão levou Alcolumbre a desmarcar a sabatina, inicialmente prevista para 10 de dezembro, e aumentou o clima de tensão entre o Palácio do Planalto e o comando da Casa.

No entanto, o cenário mudou. Interlocutores no Congresso passaram a defender que o presidente Lula encaminhe, o quanto antes, ao Senado a mensagem oficializando a indicação. Segundo aliados, a receptividade ao nome de Jorge Messias na Casa e o ambiente político de forma geral já não são os mesmos de novembro do ano passado.

Outro fator que pesa é a proximidade das eleições e as incertezas típicas do período. Caso a sabatina de Messias seja adiada para depois do calendário eleitoral, há o risco de Lula não se reeleger junto com a chance da indicação de Messias acabar rejeitada pelo Senado, o que manteria a vaga aberta para ser preenchida por um eventual novo governo.

Na última terça-feira, o Palácio do Planalto chegou a confirmar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretendia encaminhar, ainda naquele dia, a indicação de Jorge Messias ao Senado. O envio, no entanto, não se concretizou e acabou sendo realizado apenas no dia seguinte, em razão

Evaristo Sa / AFP



Após 133 dias, indicação de Messias para a vaga no STF é formalizada

Caminhos até o Supremo

Ministro	Dias de espera	Presidente que indicou
Flávio Dino	16	Lula
Cristiano Zanin	20	Lula
André Mendonça	142	Jair Bolsonaro
Kassio Nunes Marques	20	Jair Bolsonaro
Alexandre de Moraes	16	Michel Temer
Edson Fachin	35	Dilma Rousseff
Luís Roberto Barroso	13	Dilma Rousseff
Teori Zavascki	50	Dilma Rousseff
Rosa Weber	36	Dilma Rousseff
Luiz Fux	8	Dilma Rousseff
Dias Toffoli	13	Lula
Menezes Direito	1	Lula
Cármem Lúcia	12	Lula
Ricardo Lewandowski	8	Lula
Eros Grau	27	Lula
Ayres Britto	21	Lula
Cezar Peluso	21	Lula
Joaquim Barbosa	21	Lula
Gilmar Mendes	27	FHC
Ellen Gracie	21	FHC
Nelson Jobim	28	FHC
Maurício Corrêa	2	Itamar Franco
Francisco Rezek	15	Fernando Collor
Ilmar Galvão	12	Fernando Collor
Marco Aurélio Mello	20	Fernando Collor
Carlos Velloso	12	Fernando Collor
Celso de Mello	33	José Sarney
Sepúlveda Pertence	50	José Sarney
Paulo Brossard	33	José Sarney

de entraves burocráticos, segundo interlocutores do presidente. Nos bastidores, porém, o episódio tensionou a relação entre o Planalto e o comando do Senado.

A aliados, o presidente da Casa classificou como “descortesia” o fato de ter sido informado pela imprensa sobre a intenção de Lula de formalizar a indicação. Como reação, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) avalia segurar a tramitação do nome.

Alcolumbre concentra o controle do processo: cabe a ele encaminhar a indicação à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), etapa inicial da sabatina. O presidente do colegiado, Otto Alencar (PSD-BA), já indicou que só deve pautar a sessão após aval da presidência do Senado. Entre aliados, não está descartada a possibilidade de a análise ficar para depois das eleições.

Média de tempo

Desde a redemocratização, a média aritmética de dias de espera entre a indicação e a sabatina de ministros do STF no Senado é de 25 dias — com casos mais céleres e outros bem mais demorados. Historicamente, todos os indicados à Corte desde o fim do século XIX foram aprovados, ainda assim, o tempo de tramitação tem peso político: prazos mais longos ampliam a exposição a pressões públicas.

O recorde de maior intervalo entre a indicação e a sabatina pertence ao ministro André Mendonça. Indicado ao STF pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL), ele aguardou um total de 141 dias para ser apreciado pelo Senado.

À época, a demora também esteve sob influência de Davi Alcolumbre, então presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Coube a ele pautar a indicação, o que ocorreu apenas após quatro meses e 18 dias. Durante esse período, Alcolumbre tentou convencer Bolsonaro a indicar o então procurador-geral da República, Augusto Aras.

Além de Mendonça, apenas dois ministros enfrentaram esperas significativamente mais longas, embora bem inferiores: Teori Zavascki e Sepúlveda Pertence, com 50 dias cada. Na sequência, Paulo Brossard e Celso de Mello aguardaram 33 dias; Rosa Weber, 36; e Edson Fachin, 35 dias. Fora esses casos, nenhum outro indicado levou mais de um mês para ser sabatinado.

Agora, a expectativa é que Jorge Messias supere o recorde de Mendonça. Desde a indicação, em 20 de novembro de 2025, já se passaram 133 dias — o equivalente a quatro meses e 13 dias — sem que a sabatina tenha sido realizada. Em 12 de abril, Messias se tornará campeão de espera.

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Saul Loeb / AFP



Trump cara a cara com juízes da Suprema Corte

Pela primeira vez na história da Justiça dos Estados Unidos, um presidente americano, exercendo o cargo, comparece a uma audiência na Suprema Corte.

Donald Trump assistiu, ontem, à inquirição oral dos advogados no caso que diz respeito a direito à cidadania de pessoas nascidas nos Estados Unidos. Trata-se do caso "Trump v. Barbara", que analisa se filhos de estrangeiros nascidos nos Estados Unidos são cidadãos norte-americanos.

A administração Trump tenta limitar a cidadania por nascimento com uma ordem executiva sob o argumento de que os bebês nascidos em solo americano, filhos de imigrantes e visitantes estrangeiros temporários, não são elegíveis à condição de ser cidadão (nacional) americano. Segundo João Carlos Souto, professor de direito constitucional e profundo conhecedor do sistema de justiça dos Estados Unidos, se a Corte concordar com o governo Trump, estará revertendo um direito consagrado nos EUA desde o século XIX. "Sua presença nos argumentos cria um cenário em que um presidente que tem buscado intimidar e coagir o judiciário ficará frente a frente com juízes que, por vezes, desafiaram suas exigências e foram alvo de suas críticas", afirma Souto. A aposta dele é de que Trump será derrotado mais uma vez, como ocorreu no tarifaço.

Donald Trump assistiu, ontem, à inquirição oral dos advogados no caso que diz respeito a direito à cidadania de pessoas nascidas nos Estados Unidos. Trata-se do caso "Trump v. Barbara", que analisa se filhos de estrangeiros nascidos nos Estados Unidos são cidadãos norte-americanos.

Divulgação/Roberto Firmino/OAB-DF



Convocação do advogado Ibaneis na CPI do Crime Organizado

Um dia depois de deixar o cargo, Ibaneis Rocha foi convocado para prestar depoimento à CPI do Crime Organizado no Senado sobre a cessão de créditos de honorários advocatícios a fundos ligados ao Master sob investigação na Operação Compliance Zero. O requerimento foi apresentado pelo relator da CPI, senador Alessandro Vieira (MDB-SE).

Ibaneis deve tentar uma medida judicial para evitar a oitiva. Há precedentes no STF de decisões que favoreceram convocados sob o argumento de que o depoimento foge do objeto da CPI. Ibaneis Rocha conta, agora, com um aliado forte: a OAB. Ao retomar a carteira da Ordem, o ex-governador vai tentar fazer valer direitos de advogados na investigação sobre as relações de seu escritório com fundos investigados.

Delação aqui, não

Advogados duvidam da intenção, neste momento, do ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa firmar um acordo de delação premiada.



Ed Alves/CB/D.A. Press

"O principal e, quem sabe, o mais eficaz enforcement de um Código de Ética se chama constrangimento. Quem age em desacordo com uma regra ética efetivamente precisa se sentir constrangido a repensar o seu comportamento"

Ministro Edson Fachin,
presidente do Supremo Tribunal Federal

Gustavo Moreno/STF



Conexão luso-brasileira

O J.Ex, em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, realizou a 4ª edição do ExpoJud Portugal. O encontro internacional promoveu uma imersão estratégica focada na transformação digital do ecossistema de Justiça, reunindo presidentes de tribunais, diretores e especialistas em tecnologia. O debate deste ano priorizou temas como a personalidade jurídica digital e o uso humanista da inteligência artificial generativa na tomada de decisões judiciais. Além do intercâmbio com cortes europeias, a missão ofereceu certificação acadêmica e apresentou cases práticos da digitalização da Justiça brasileira para o mercado global.

10 anos de trabalho

O escritório Maneira Advogados, um dos maiores do país especializado em direito tributário, liderado pelo professor Eduardo Maneira, com bases em Belo Horizonte, Rio de Janeiro (matriz), São Paulo e Brasília, reunirá, no Copacabana Palace, em 10 de abril, o mundo empresarial e jurídico para celebrar o aniversário de 10 anos do escritório.



Novo espaço

O escritório Agi, Santa Cruz & Lopes Advocacia inaugurou, nesta terça-feira (31), a nova sede no Lago Sul, em Brasília. O espaço marca um novo momento do escritório sob comando dos sócios André Santa Cruz, Jaylton Lopes Jr. e Samer Agi. Entre os diferenciais estão uma área de convivência para receber clientes de forma mais descontraída, espaço de lazer integrado e salas de reunião equipadas com tecnologia para atendimentos presenciais e híbridos.

Regulação da IA com foco em direitos humanos

O advogado e professor Gáudio de Paula, sócio do escritório SAMPLaw, sediado em Brasília e em São Paulo, lançou, nesta terça-feira (31/3), o livro *Desafios Regulatórios da Inteligência Artificial – Human Rights by Design*, publicado pela Editora Manole. Segundo o autor, "a construção de uma inteligência artificial alinhada aos valores democráticos exige mais do que normas tradicionais: demanda uma mudança na forma de pensar e compreender a relação entre tecnologia e sociedade".



Divulgação

ENTREVISTA — GUSTAVO BADARÓ, professor titular de direito processual penal da USP

Delação premiada: quem colabora primeiro tem mais chances de obter benefícios

Ana Maria Campos

A possibilidade cada vez mais forte de um acordo de delação premiada firmado entre a Polícia Federal (PF) e o banqueiro Daniel Vorcaro abre debates sobre como fatos criminosos a serem relatados pelo ex-CEO do Banco Master podem ser recebidos pela Procuradoria-geral da República, a quem cabe denunciar, e pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O professor de direito processual penal da USP, advogado e consultor jurídico Gustavo Badaró explica que a PF tem legitimidade para celebrar esse tipo de acordo, com garantias de benefícios como pedido de relaxamento de prisão na fase de investigação. Mas o ideal, segundo ele, é que tanto a PF quanto o Ministério Público participem do acordo para que vantagens como imunidade processual ou pedido de perdão judicial possam ser oferecidas.

Badaró ressalta que a delação é medida a ser considerada sempre que a chance de condenação for alta. Mas ele ressalta que, quanto mais cedo o investigado optar pela colaboração, mais chances ele terá de obter benefícios.

A Polícia Federal tem legitimidade jurídica para conduzir acordos de colaboração premiada de forma autônoma?

Sim, a Polícia Federal tem legitimidade para conduzir acordos de colaboração premiada com o delator. Esse acordo depois precisa passar por homologação judicial.

Há diferença substancial entre acordos conduzidos pela PF e pelo Ministério Público?

Há poucas diferenças entre o acordo de colaboração premiada firmado exclusivamente com a Polícia Federal ou firmado exclusivamente com o Ministério Público. A principal diferença é que não me parece que a Polícia Federal possa oferecer no seu acordo, se o Ministério Público não participa dele, os benefícios máximos de imunidade processual, isto é, o colaborador não ser processado, ou mesmo extinção da punibilidade pelo perdão judicial. Como estas duas situações de benefícios envolvem renúncia a pretensão processual e esta pretensão é exclusiva do Ministério Público, estes benefícios só podem ser ofertados num acordo do qual participe o Ministério Público, seja o

Reprodução/Instagram



"Como a efetividade da colaboração depende da descoberta de outros crimes e do envolvimento de outros delatados, ter a polícia com interesse na investigação também pode ajudar que esse fato seja desvendado por completo"

Ministério Público isoladamente, seja o Ministério Público junto com a Polícia.

A condução pela PF pode gerar algum desequilíbrio entre investigação e acusação?

Desde que o acordo seja homologado judicialmente e considerado válido ao mesmo conjunto de garantias para o colaborador premiado, pouco importando se é um acordo firmado só com a Polícia Federal, se é um acordo firmado só com o Ministério Público ou se é um acordo firmado com ambos. Havendo o acordo, ele deve ser cumprido e o delator tem o mesmo conjunto de garantias à mesma situação processual. Não me parece, salvo aquelas duas exceções que eu disse antes, que um acordo celebrado só com a Polícia Federal e homologado tenha maiores chances de questionamento ou de nulidade.

Um acordo conduzido pela PF tem a mesma força jurídica que um firmado pelo Ministério Público?

Nos acordos feitos exclusivamente com a polícia, a titularidade da ação penal continua com o Ministério Público. Como os

benefícios que a polícia poderá oferecer serão apenas os benefícios de redução da pena privativa de liberdade, substituição da pena privativa de liberdade por pena de outra natureza, e nenhum deles envolve a não propositura da ação penal, o Ministério Público poderá oferecer denúncia normalmente. A única coisa que acontece é que ao final do processo, na hora da sentença, o juiz do processo irá valorar o grau de efetividade do colaborador premiado e, a depender desse grau de efetividade, na sentença condenando-o, conceder os benefícios que acha adequado. Mas a ação penal não sofrerá nenhuma consequência específica pelo fato de o acordo de colaboração premiada ser celebrado entre a Polícia Federal.

Esse modelo pode gerar insegurança jurídica ou conflitos institucionais?

Eu não digo que um modelo de acordo só com a Polícia Federal possa gerar insegurança institucional. Sem dúvida é melhor institucionalmente, já que a atividade de polícia é uma atividade investigativa, que haja uma atuação conjunta. Que o acordo seja celebrado, de um lado, com a participação

tanto da Polícia Federal quanto do Ministério Público, e de outro, com a participação do colaborador premiado. Até porque, além das informações do colaborador premiado, e a partir delas, certamente a atividade investigativa terá que ser desenvolvida para descobrir elementos de prova, quanto a outros envolvidos nos crimes, quanto a outros crimes que tenham sido cometidos, e portanto é melhor para a persecução penal, para que ela seja mais efetiva, que estejam lado a lado Ministério Público e Polícia Federal.

O STF já consolidou entendimento claro sobre esse ponto ou ainda há controvérsia?

O Supremo Tribunal Federal já aceitou colaborações premiadas feitas sem a participação do Ministério Público.

Como criminalista, quando o senhor orienta um cliente a fazer um acordo dessa natureza?

Como advogado criminalista, já fiz acordos de colaboração premiada. Acho que o acordo é uma estratégia de defesa válida, quando já há elementos de prova que possam levar à descoberta de que o seu cliente está envolvido em algum crime e ele não teria chance num processo normal de ser absolvido ou de receber uma pena baixa. Nesses casos, me parece que é vantajoso para o cliente celebrar o acordo de colaboração premiada. Quanto mais cedo ele celebrar, melhor. Se for o primeiro, melhor ainda, porque ele terá chance de conseguir melhores benefícios.

Orientaria a fazer a delação em acordo com a Polícia judiciária sem o aval do Ministério Público?

Como advogado, não. Se eu pudesse orientar meu cliente, orientaria ele a fazer um acordo de colaboração premiada do qual participasse tanto a polícia quanto o Ministério Público. É melhor que ambos participem, porque o Ministério Público participando teria a possibilidade de obter maiores benefícios, como a imunidade processual ou extensão da punibilidade pelo perdão. Por outro lado, como a efetividade da colaboração depende da descoberta de outros crimes e do envolvimento de outros delatados, ter a polícia com interesse na investigação também pode ajudar que esse fato seja desvendado por completo, fazendo com que a colaboração seja mais efetiva e, portanto, que o meu cliente colaborador obtenha o máximo de benefícios.

Visão do Direito



Laura Brito

Advogada especialista em direito de família e das sucessões, possui doutorado e mestrado pela USP. Professora, palestrante, pesquisadora e autora de livros e artigos na área

É uma cilada, Bino!

O noticiário recente foi tomado pela disputa judicial envolvendo o ator Stênio Garcia, de 94 anos, e suas filhas, Cássia e Gaya Piovesan. As manchetes destacam o pedido de despejo, a posse de um apartamento em Ipanema e alegações de abandono por parte das filhas. No entanto, por trás do escândalo midiático, há uma lição jurídica profunda e um alerta severo para milhares de famílias brasileiras que buscam o planejamento sucessório como forma de proteção.

Muitos pais, movidos pelo desejo de organizar o patrimônio e evitar os custos e desgastes de um inventário futuro, optam por doar seus bens aos filhos. Para garantir a própria segurança, utilizam um instrumento jurídico clássico: a reserva de usufruto vitalício. A promessa teórica é sedutora: “o imóvel é dos filhos, mas o direito de morar ou receber os aluguéis é meu até o fim da vida.”

O caso de Stênio Garcia, contudo, desmistifica essa aparente segurança e revela as armadilhas dessa escolha quando o afeto e o alinhamento familiar se rompem.

Ao analisar o processo judicial que tramita no Rio de Janeiro (sim, eu li o processo), percebe-se que a questão é muito mais complexa do que as reportagens sugerem. Ao divulgar a

situação, as entrevistas com o ator frequentemente tratam o seu direito de usufruto como uma garantia imediata que ele poderia exercer quando bem entendesse.

O ponto crucial, omitido nas matérias jornalísticas, é que Stênio Garcia doou o imóvel na longínqua década de 1980 (especificamente em 1986), quando as filhas ainda não tinham atingido a maioridade. Naquela época, o ator estava no auge de sua carreira na Rede Globo, com uma renda estável e confortável. A doação com reserva de usufruto pode ter parecido uma medida prudente e generosa de um pai que queria proteger as filhas.

A petição inicial revela um detalhe importante: o ator nunca exerceu esse direito de usufruto. A posse do imóvel sempre esteve com a mãe das filhas e, posteriormente, com as próprias filhas, que agora, segundo o ator, se recusam a entregar o bem ao pai. É o que ele alega, já que elas não foram sequer citadas.

É muito difícil tirar duas pessoas que exercem a posse direta em um imóvel há praticamente 40 anos da noite para o dia.

A meu ver, o problema está na cultura de que as pessoas deveriam, a qualquer custo, adiantar as heranças. E de que a reserva de usufruto resolve

qualquer problema. Ter o usufruto não necessariamente garante as necessidades do doador.

Veja bem. Não sou radicalmente contra a doação de bens aos filhos. Contudo, essa prática, que era bem comum no final do século passado, que nunca saiu de moda, voltou com tudo em razão da reforma tributária.

Mesmo que as pessoas nem saibam ao certo o impacto da reforma em seus estados, na faixa de valores dos bens que pretendem doar, foi alimentada uma demanda de que qualquer doação, a qualquer custo, vale a pena para economizar impostos. A depender do valor do bem, há risco, inclusive, de que a alíquota venha a diminuir com a progressividade.

A que custo vale fazer uma economia tributária? Presumindo que a alíquota venha a subir de fato, é preciso analisar todas as consequências da mudança de titularidade de um bem imóvel – a perda da chance de vender, a perda da autonomia sobre o bem, a descapitalização com os custos da transação e a possibilidade de falta de recurso no avanço da idade. Tem que ser uma economia muito relevante em impostos para todo esse custo que acompanha. Se você não sabe quanto exatamente vai economizar, pense duas vezes, pois pode ser uma cilada.

O caso de Stênio Garcia deve servir como um alerta. Doar bens aos filhos pode ser uma ideia prejudicial para a velhice. A expectativa de vida aumentou significativamente. Os custos com saúde, cuidadores e medicamentos na terceira idade são altíssimos e imprevisíveis. Ao doar seu patrimônio, mesmo com a reserva de usufruto, você perde a liquidez. Se precisar de um tratamento de alto custo, não poderá vender o imóvel, pois a propriedade não é mais sua.

O planejamento patrimonial familiar não pode ignorar a longevidade. Manter o patrimônio em seu próprio nome, garantindo a liberdade de dispor dele conforme suas necessidades reais se apresentem, costuma ser uma garantia importante de um envelhecimento digno e independente.

A vontade de proteger os filhos é normal, assim como o ímpeto de fazer transações com menos custo tributário. Mas a proteção da própria dignidade na velhice é, hoje, um imperativo.

Ter 94 anos, uma carreira longa e não conseguir pagar os próprios remédios é uma carga pesada. Espero que a história do Stênio Garcia sirva para a reflexão dos planejamentos a qualquer custo.

Visão do Direito



Isabella Limeira

Professora do curso de direito do Centro Universitário do Distrito Federal (UDF)

Quando o trabalhador não conhece seus direitos, o prejuízo é real

A legislação trabalhista brasileira é extensa e prevê uma série de garantias destinadas a proteger o trabalhador. Ainda assim, no cotidiano das relações de emprego, muitos desses direitos seguem sendo ignorados. O desconhecimento por parte de alguns dos trabalhadores faz com que muitas pessoas não recorram ao Poder Judiciário nem busquem a Justiça para reivindicar direitos que podem ter sido desrespeitados.

Esse cenário ajuda a explicar por que questões relacionadas à jornada de trabalho estão entre os temas mais recorrentes nas ações analisadas pela Justiça do Trabalho. Horas extras não pagas corretamente, intervalos que deixam de ser respeitados e adicionais legais ignorados estão entre as situações mais comuns. Em muitos casos, o problema não começa no conflito judicial, mas muito antes, quando o trabalhador sequer percebe que um direito deixou de ser cumprido.

Um exemplo frequente envolve as horas extras. Pela legislação brasileira, a jornada padrão

é de até oito horas diárias e 44 horas semanais. O que ultrapassa esse limite deve ser remunerado com acréscimo mínimo de 50%. Na prática, porém, pequenas prorrogações da jornada acabam sendo naturalizadas. Permanecer alguns minutos após o expediente, responder demandas fora do horário ou iniciar atividades antes do registro do ponto pode parecer algo pontual, mas, quando se torna rotina, representa trabalho que deveria ser remunerado.

Outro direito frequentemente negligenciado é o intervalo para descanso e alimentação. A pausa durante a jornada não é um detalhe burocrático da lei, mas uma medida voltada à saúde e à segurança do trabalhador. Mesmo assim, não é raro encontrar profissionais que reduzem ou simplesmente deixam de fazer esse intervalo para cumprir metas ou atender à dinâmica do trabalho.

Também há confusão quando o assunto são adicionais previstos na legislação. O adicional noturno e o adicional de insalubridade, por exemplo, são direitos que ainda geram muitas dúvidas. Em determinadas atividades, esses

valores representam uma parcela relevante da remuneração e não podem ser tratados como mera liberalidade da empresa.

Grande parte dessas situações revela um problema mais amplo: a distância entre o que a legislação prevê e o que os trabalhadores efetivamente conhecem. Quando a informação não circula de forma clara, abre-se espaço para interpretações equivocadas e, conseqüentemente, para prejuízos financeiros que, muitas vezes, passam despercebidos durante anos.

Essa falta de conhecimento também aparece quando se discute as formas de contratação. O regime da CLT garante direitos como férias remuneradas, 13º salário, FGTS e indenização em caso de demissão sem justa causa. Já nas contratações como pessoa jurídica ou trabalhador autônomo, essas garantias não existem. O problema surge quando essa modalidade é utilizada para mascarar uma relação de emprego, prática conhecida como “pejotização”.

Nessas situações, o trabalhador muitas vezes aceita o modelo sem compreender plenamente

as diferenças ou os riscos envolvidos. Quando surgem conflitos, percebe-se que a ausência de vínculo formal significou, na prática, a perda de uma série de proteções previstas na legislação.

Outro momento que costuma gerar dúvidas é o da rescisão do contrato. Verbas como férias proporcionais, 13º salário, aviso-prévio e a multa de 40% sobre o FGTS podem parecer apenas termos técnicos em um documento, mas representam direitos financeiros importantes que precisam ser corretamente calculados e pagos.

Diante desse cenário, a informação se torna uma ferramenta essencial de proteção. Conhecer os próprios direitos não significa adotar uma postura de confronto nas relações de trabalho, mas, sim, compreender quais são as regras que organizam essa relação.

Quando trabalhadores conhecem melhor a legislação que os protege, conflitos tendem a ser evitados, abusos são mais facilmente identificados e o equilíbrio nas relações profissionais se fortalece. No fim das contas, informação também é uma forma de garantir dignidade no trabalho.

Visão do Direito



André Coura

Advogado criminalista e sócio do Coura e Silvério Neto Advogados



André Coura

Antônio Silvério Neto, advogado criminalista e sócio do Coura e Silvério Neto Advogados

TSE e os limites da democracia digital nas eleições

Mesmo antes da abertura formal do calendário eleitoral de 2026, a disputa política já projetava efeitos concretos no campo jurídico. Episódios recentes anteciparam o clima de embate político, como a homenagem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva em desfile de escola de samba e a divulgação de vídeos do ex-ministro Gilson Machado distribuindo adesivos que associavam o senador Flávio Bolsonaro a uma candidatura presidencial. Ambos os casos foram levados à Justiça Eleitoral sob suspeita de propaganda antecipada e geraram questionamentos sobre os limites da campanha fora do período permitido.

Em meio a esse cenário, o Tribunal Superior Eleitoral publicou as regras que disciplinam a eleição de 2026. Elas introduzem mudanças significativas no ambiente digital e demandam atenção sob a ótica do direito penal eleitoral. Entre os pontos centrais está a

restrição à remoção de perfis em redes sociais, que passa a ser admitida apenas em casos excepcionais, como uso de identidade falsa ou prática de crime. Conteúdos considerados irregulares, mas não tipificados como ilícitos penais, deixam de justificar a exclusão de contas.

A proposta busca reforçar a proteção à liberdade de expressão, valor essencial em qualquer democracia. O risco, contudo, está no enfraquecimento dos mecanismos de responsabilização. Liberdade não se confunde com imunidade. Campanhas eleitorais historicamente concentram práticas como calúnia, difamação, injúria e disseminação de informações sabidamente falsas com potencial de influenciar o eleitorado – condutas previstas no Código Penal e na legislação eleitoral, sujeitas a sanções que vão de multa e detenção à cassação de mandatos e à inelegibilidade.

Também merece reflexão a regra que permite críticas à administração pública com impulsionamento pago, desde que feitas por

pessoa natural e sem menção direta à disputa. A crítica é legítima e indispensável à democracia, mas o uso de recursos financeiros amplia artificialmente seu alcance e pode tensionar a isonomia entre candidatos.

Outro ponto sensível é a distribuição de material de campanha em bens de uso comum, inclusive estabelecimentos privados. A medida tende a gerar conflitos envolvendo constrangimento de eleitores, direito de propriedade e alegações de discriminação, temas que costumam ser judicializados no período eleitoral.

O maior desafio, porém, está na tecnologia. Deepfakes são proibidos, e conteúdos oficiais gerados por inteligência artificial devem ser identificados. Ainda assim, proliferam vídeos manipulados para atacar adversários, desacreditar instituições e acirrar a polarização. Essas condutas já foram enquadradas pela Justiça como difamação, falsa imputação de crime, associação criminosa e até extorsão, a depender do contexto.

A ministra Cármen Lúcia tem alertado para a dificuldade de conter o fenômeno apenas com decisões judiciais. O volume e a velocidade de disseminação, somados ao barateamento da tecnologia, tornam insuficiente a resposta repressiva tradicional. Sem cooperação entre plataformas, Justiça Eleitoral e políticas de educação digital, corre-se o risco de naturalizar um ambiente de impunidade.

Impõe-se, ainda uma pergunta decisiva: quem controla e financia essas redes de desinformação? A responsabilização penal depende da identificação dos operadores e dos fluxos de financiamento.

Mais do que uma disputa política, teremos em 2026 um teste institucional. A forma como o país enfrentará desinformação, impulsionamento e responsabilidade penal dirá muito sobre a maturidade de sua democracia e sobre os custos de ignorar seus próprios limites.

Visão do Direito



Juliana Rodrigues

Advogada especialista em direito à saúde

Recorde de reclamações contra planos de saúde escancara a fragilidade do paciente

O número de reclamações contra planos de saúde no Brasil atingiu o maior patamar dos últimos 12 anos. Dados da Secretaria Nacional do Consumidor indicam que, apenas em 2025, foram registradas quase 35 mil queixas, o equivalente a cerca de quatro reclamações por hora. Mais do que um dado estatístico, esse número revela um problema estrutural: a crescente dificuldade de acesso ao tratamento mesmo para quem paga por um plano de saúde.

A promessa que sustenta o mercado da saúde suplementar é simples: previsibilidade e acesso a atendimento quando ele for necessário. No entanto, na prática, muitos beneficiários descobrem que a cobertura contratada não significa, necessariamente, acesso ao tratamento.

Grande parte dos conflitos surge a partir das negativas de cobertura. Algumas são formais, quando o plano comunica explicitamente que não autorizará determinado procedimento. Outras são mais sutis, e, muitas vezes, mais difíceis de perceber. São as negativas indiretas, que ocorrem quando o paciente encontra obstáculos que, na prática, impedem o atendimento.

É o caso de beneficiários que procuram a rede credenciada e descobrem que não há profissionais da especialidade necessária na sua região. Em outras situações, o médico atende consultas pelo plano, mas não realiza cirurgias ou procedimentos por meio do convênio. Também são recorrentes os casos em que o profissional aceita realizar o procedimento, mas solicita complementação de honorários diretamente ao paciente, alegando que os valores pagos pela operadora são insuficientes.

Para muitos consumidores, essas situações não são imediatamente identificadas como negativas de cobertura. Mas o efeito é o mesmo: o paciente permanece sem acesso ao tratamento indicado pelo médico. Esse cenário tem contribuído para o aumento da judicialização da saúde no país. Muitos pacientes acabam recorrendo ao Poder Judiciário para garantir o acesso a procedimentos, medicamentos ou terapias que consideram essenciais para o tratamento.

É importante lembrar que a legislação brasileira estabelece limites claros para a atuação das operadoras. A Lei 9.656/98, que regula os planos de saúde, parte de um princípio fundamental:

a definição do tratamento adequado cabe ao médico assistente, que acompanha o paciente e conhece o seu quadro clínico.

Ainda assim, na prática, não são raros os casos em que operadoras recusam automaticamente a cobertura de tratamentos indicados pelo profissional responsável. Em muitos desses casos, o paciente se vê diante de um dilema injusto: aceitar a negativa ou iniciar uma batalha administrativa ou judicial para garantir o próprio tratamento. Outro equívoco comum é acreditar que qualquer caminho judicial produzirá o mesmo resultado.

Processos que envolvem direito à saúde frequentemente exigem prova técnica, análise médica e produção de perícia especializada. Por isso, a condução adequada do caso e a orientação jurídica especializada podem fazer diferença significativa no desfecho.

Também é essencial que o consumidor documente todas as tentativas de atendimento. Registros de conversas com operadoras, protocolos de ligação, mensagens enviadas a clínicas e e-mails podem se tornar provas relevantes caso seja necessário buscar uma solução judicial.

Nos casos de urgência ou emergência, a

legislação determina que o atendimento deve ser garantido em até 24 horas. Mesmo assim, não são raros os relatos de pacientes que enfrentam demora ou dificuldades para obter autorização.

O aumento das reclamações contra planos de saúde revela mais do que conflitos pontuais entre consumidores e empresas. Ele expõe um desequilíbrio crescente na relação entre operadoras e beneficiários, especialmente quando o acesso ao tratamento depende da capacidade do paciente de enfrentar barreiras burocráticas ou jurídicas.

Em um setor que lida diretamente com a vida e a saúde das pessoas, essa não pode ser a regra. Mais do que uma questão contratual, o acesso ao tratamento adequado envolve um direito fundamental previsto na Constituição. Garantir esse direito exige transparência nas relações de consumo, responsabilidade das operadoras e mecanismos eficazes de proteção aos pacientes.

Enquanto o número de reclamações continuar crescendo, será impossível ignorar a pergunta que esses dados deixam no ar: afinal, o plano de saúde contratado está realmente garantindo acesso à saúde, ou apenas criando a expectativa de que isso aconteça?

Visão do Direito



Lucia Mugayar

Professora de direito processual civil e advogada especializada na fase executiva. Presidente da Comissão Especial de Leilões da OAB Nacional



Sâmlla Campissi

Advogada especialista em leilão de imóveis, 1ª vice-presidente da Comissão Especial de Leilões da OAB/RJ

Parcelamento no leilão judicial antes da primeira praça: limites à recusa de homologação

A introdução do art. 895 no Código de Processo Civil representou avanço importante na busca por maior efetividade da execução. Ao admitir a alienação judicial mediante pagamento parcelado, o legislador ampliou o universo de potenciais arrematantes e criou mecanismo capaz de favorecer a conversão do bem penhorado em recursos aptos à satisfação do crédito.

No regime do CPC/1973, a hasta pública estava marcada por forte formalismo e preferência absoluta pelo pagamento à vista. A ausência de lances frequentemente resultava na frustração da alienação ou na repetição do ato, muitas vezes com redução progressiva do preço do bem. A execução acabava por se prolongar, comprometendo a efetividade da tutela jurisdicional.

Com o art. 895 do CPC, passou-se a admitir expressamente a apresentação de proposta parcelada, desde que atendidos requisitos mínimos, como entrada de 25% e pagamento do saldo em até 30 parcelas garantidas por hipoteca do próprio bem. Ainda assim, a prática forense revela

resistência na homologação dessas propostas quando apresentadas antes da primeira praça.

A principal controvérsia decorre da interpretação do §1º do dispositivo, que estabelece que a apresentação da proposta não suspende o leilão. Em muitos casos, esse trecho tem sido utilizado para sustentar que a proposta somente poderia ser analisada após a realização da segunda praça. Essa leitura, contudo, não encontra respaldo no texto legal. O objetivo da norma é apenas evitar que a simples apresentação de proposta paralise o procedimento expropriatório, e não impedir sua posterior homologação.

O §7º do mesmo artigo reforça essa interpretação ao prever que eventual lance à vista prevalecerá sobre proposta parcelada. Isso demonstra que o legislador buscou preservar a preferência pelo pagamento imediato quando existente, sem excluir a possibilidade de arrematação parcelada caso não haja oferta mais vantajosa.

Situação especialmente relevante ocorre quando a proposta parcelada é apresentada antes da primeira praça em valor igual ou

superior ao mínimo e o leilão se realiza sem qualquer lance à vista. Nesse cenário, não há proposta concorrente mais vantajosa. A homologação da proposta parcelada passa, portanto, a representar a única alternativa concreta de satisfação do crédito naquele momento processual.

Recusar sua homologação nessas circunstâncias significa privilegiar a rigidez formal do procedimento em detrimento da finalidade da execução. O processo executivo não se legitima pela repetição de atos infrutíferos, mas pela capacidade de produzir resultado útil.

Além disso, a arrematação parcelada pode representar solução economicamente mais equilibrada. Ao evitar a realização de nova praça com preço reduzido, preserva-se maior valor do patrimônio do executado, ao mesmo tempo em que se assegura a satisfação do crédito do exequente.

É certo que o magistrado não atua de forma absolutamente vinculada na homologação da proposta. Contudo, sua margem de apreciação

não pode se converter em liberdade decisória ilimitada. A negativa deve ser fundamentada em elementos concretos do caso, sob pena de violação aos princípios da eficiência da execução, da duração razoável do processo e da máxima utilidade da tutela jurisdicional.

A doutrina processual contemporânea reforça essa perspectiva. A execução deve ser orientada pela obtenção do resultado prático mais útil ao credor, evitando formalismos que apenas prolonguem o processo sem ganho efetivo para as partes. O próprio desenho normativo do art. 895 revela intenção legislativa de ampliar os mecanismos de satisfação do crédito.

Diante disso, não há óbice legal à homologação de proposta parcelada apresentada antes da primeira praça quando inexistente lance à vista e atendidos os requisitos legais. Nessas hipóteses, a homologação representa não uma exceção ao procedimento executivo, mas a concretização de sua finalidade: transformar o bem penhorado em recursos capazes de satisfazer o crédito com eficiência e racionalidade.

Visão do Direito



Luiz Felipe Maia

Advogado e sócio da MYLaw Advogados

Proibir apostas só elimina a regulação

Todos conhecem a piada do sujeito que chega em casa e flagra o(a) cônjuge em pleno ato com o(a) amante no sofá. Indignado, toma uma decisão drástica para que aquilo nunca mais aconteça: joga o sofá fora. A anedota é antiga, mas continua útil para explicar certos impulsos regulatórios. Em vez de enfrentar a causa real do problema, elimina-se o objeto mais visível — ainda que isso não resolva nada.

Algo parecido aparece no debate recente sobre as apostas de quota fixa no Brasil. Em pronunciamentos e entrevistas, o presidente Lula afirmou que, se a regulamentação não resolver os problemas associados às apostas, poderá simplesmente acabar com as chamadas “bets”. A frase é politicamente forte, rende manchetes e sinaliza preocupação social. Mas, do ponto de vista econômico e regulatório, revela uma compreensão bastante superficial do funcionamento desse mercado.

O primeiro equívoco é imaginar que a proibição elimina a atividade. A história econômica mostra exatamente o contrário. A demanda por jogos de aposta existe em praticamente todas as sociedades e atravessa séculos de proibições,

restrições e moralismos. As plataformas digitais apenas ampliaram o acesso e transformaram as apostas esportivas em uma forma de entretenimento de massa. Milhões de brasileiros já apostam regularmente. Isso não aconteceu porque o governo autorizou — aconteceu porque a tecnologia tornou possível.

Quando existe demanda consolidada e o Estado decide proibir a atividade, o resultado previsível não é o desaparecimento do mercado. É a sua migração para a ilegalidade. Foi assim com cassinos no Brasil após a proibição de 1946. Foi assim com a Lei Seca nos Estados Unidos. E seria exatamente assim com as apostas on-line.

Proibir não elimina o jogo. Apenas muda quem o opera. Hoje, o Brasil está no meio de um processo de construção de um mercado regulado de apostas de quota fixa. Esse modelo prevê licenciamento, tributação, regras de prevenção à lavagem de dinheiro, mecanismos de identificação de usuários, políticas de jogo responsável e monitoramento de integridade esportiva. Tudo isso existe porque o Estado decidiu trazer uma atividade que já ocorria na prática para dentro de um ambiente regulado.

Uma eventual proibição faria exatamente o

contrário: expulsaria os operadores legais e deixaria o mercado nas mãos de operadores ilegais, locais e offshore. Os jogadores continuariam apostando — apenas fariam isso em sites sem controle, sem supervisão e sem qualquer compromisso com o cumprimento da lei brasileira. Nesse cenário, desaparecem justamente os instrumentos que permitem mitigar os problemas frequentemente apontados no debate público: controle de acesso por menores, limites de apostas, mecanismos de autoexclusão, rastreabilidade de transações e cooperação com autoridades.

É uma curiosa inversão lógica: para combater riscos, elimina-se o sistema que permite controlá-los. Há também uma dimensão econômica frequentemente ignorada nessa discussão. Um mercado regulado de apostas gera arrecadação tributária relevante, empregos diretos e indiretos e uma cadeia de investimentos significativa em tecnologia, marketing, mídia e esporte.

Basta observar o impacto do setor no financiamento do futebol brasileiro. Grande parte dos clubes hoje depende de patrocínios oriundos das casas de apostas.

Proibir o setor não elimina esses fluxos

financeiros — apenas os desloca para operadores ilegais que não pagam tributos, não investem localmente e não têm qualquer obrigação regulatória. Em outras palavras, o país continuaria tendo apostas. Só deixaria de ter arrecadação, empregos e patrocínios. Talvez o ponto central seja mais simples do que parece. A escolha real que o Brasil enfrenta não é entre “ter apostas” ou “não ter apostas”. Essa escolha simplesmente não existe. A atividade já está incorporada ao comportamento de consumo digital de milhões de pessoas.

A escolha verdadeira é entre ter apostas reguladas ou ter apostas clandestinas. Isso não significa ignorar os problemas associados ao jogo. Endividamento, publicidade excessiva e comportamentos compulsivos são riscos reais e merecem atenção regulatória séria. Mas justamente por existirem esses riscos é que a proibição é uma resposta ruim. Ela não resolve o problema — apenas elimina a capacidade do Estado de regulá-lo.

Proibir as apostas para resolver os problemas do jogo é como jogar fora o sofá para resolver a infidelidade. A cena muda de lugar — mas continua acontecendo.

Visão do Direito



Daiane Nogueira de Lira

Conselheira do Conselho Nacional de Justiça e advogada da União

2ª Semana Nacional da Saúde: Judiciário mobilizado pela causa em todo o Brasil

No próximo dia 7 de abril, celebra-se o Dia Mundial da Saúde. Mais do que uma efeméride, trata-se de um chamado à ação. No Brasil, esse chamado também alcança o sistema de Justiça.

Não por acaso, a saúde figura entre as principais preocupações dos brasileiros. O acesso ao atendimento, o tempo de espera e a disponibilidade de tratamentos revelam que esse direito não é uma abstração jurídica, mas uma necessidade concreta, cotidiana e decisiva para a vida das pessoas.

É nesse contexto que o Conselho Nacional de Justiça promoverá, entre os dias 6 e 10 de abril, a 2ª Semana Nacional da Saúde, iniciativa que reafirma o papel do Poder Judiciário na realização concreta do direito à saúde.

Instituída pela Resolução nº 576/2024 do CNJ, a semana passou a integrar a agenda permanente da Justiça, com o objetivo de promover ações integradas entre Judiciário, Executivo, Legislativo e instituições públicas e privadas da área.

Trata-se de uma mobilização nacional coordenada, com ações simultâneas em todos os estados, que combinam atuação jurisdicional, prestação direta de serviços de saúde e atividades formativas voltadas à

qualificação das decisões judiciais.

De norte a sul do país, tribunais promoverão mutirões de conciliação e julgamentos em processos de saúde pública e suplementar, reunindo magistrados, conciliadores, gestores do SUS, representantes de planos de saúde e instituições do sistema de Justiça. A proposta é clara: substituir, sempre que possível, o conflito pelo diálogo, e o processo por soluções construídas em conjunto.

A conciliação, nesse contexto, não é apenas uma técnica processual. É um instrumento de efetividade. Permite respostas mais rápidas, evita decisões desconectadas da política pública e contribui para soluções mais sustentáveis e coerentes com a realidade do sistema de saúde.

A Semana também se afirma como ação de alcance social, com iniciativas voltadas à ampliação do acesso ao cuidado para populações em situação de maior vulnerabilidade, reafirmando o compromisso do sistema de Justiça com a equidade e a efetividade dos direitos.

Ao longo da semana, serão realizadas iniciativas em diversas regiões do país, alcançando, entre outros, povos indígenas, comunidades ribeirinhas e quilombolas,

população em situação de rua, idosos, pessoas privadas de liberdade e crianças. Destacam-se, também, ações voltadas a crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras neurodivergências, com mutirões de atendimento especializado, diagnóstico e acompanhamento, contribuindo para reduzir filas e para a oferta de respostas mais rápidas e adequadas às famílias.

Em diversos estados, serviços como exames, vacinação, atendimento odontológico, orientação em saúde e ações de cidadania são levados diretamente à população, muitas vezes em territórios de difícil acesso. Trata-se de alcançar quem mais precisa, superando barreiras geográficas, sociais e institucionais historicamente presentes.

Nesse contexto, ganha especial relevância a realização do Fonajus Itinerante Amazonas, com uma ação de saúde no município de Anamá, que promoverá atendimento ambulatorial a povos indígenas e comunidades ribeirinhas, por meio do Barco Hospital São João XXIII.

Anamá, conhecida como a “Veneza da Amazônia”, é marcada por sua geografia singular, com casas sobre palafitas,

deslocamentos por vias fluviais e uma dinâmica de vida profundamente ligada aos rios. Essa realidade, ao mesmo tempo em que revela a riqueza cultural e ambiental da região, também impõe desafios significativos ao acesso a serviços públicos, especialmente na área da saúde.

Levar atendimento até essas populações é mais do que uma ação pontual. É uma afirmação concreta de que o direito à saúde deve alcançar todos os territórios e todas as pessoas. É também uma forma de aproximar o Estado de quem mais necessita de cuidado.

Essa dimensão da iniciativa reforça uma compreensão essencial: a atuação do Judiciário em saúde não se limita à resolução de processos. Ela também se projeta na articulação institucional, na promoção de políticas públicas e na construção de soluções que resolvam conflitos e ampliem direitos.

A 2ª Semana Nacional da Saúde, portanto, representa mais do que um conjunto de ações. Representa um compromisso com o diálogo, com o cuidado e, sobretudo, com a vida. Porque garantir o acesso à saúde, em tempo oportuno, é uma das formas mais concretas de fazer justiça.

Visão do Direito



Mariana Arelló

Advogada da Briganti Advogados



Claudia Frias

Advogada da Briganti Advogados

Reforma Tributária avança no enfrentamento às desigualdades de gênero

Ganha destaque o debate sobre igualdade de gênero no sistema tributário brasileiro — especialmente diante dos avanços promovidos pela Reforma Tributária no enfrentamento a distorções históricas, relacionadas ao chamado “Pink Tax”.

Embora não se trate de um tributo oficialmente instituído pelo Estado, o termo é amplamente utilizado para designar uma prática de mercado: a cobrança de preços mais elevados por produtos destinados ao público feminino — da lâmina de barbear ao desodorante — em comparação a itens equivalentes voltados ao público masculino.

Como a mercadoria voltada ao público feminino tem preço mais alto, o imposto incidente sobre o seu consumo acaba por ser mais elevado sobre os produtos “cor-de-rosa”.

Por sua vez, a Reforma Tributária trouxe um avanço histórico para as brasileiras em

2026: a Lei Complementar nº 214/25 zerou as alíquotas do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) incidentes sobre produtos de cuidados básicos à saúde menstrual, tais como: tampões higiênicos; absorventes internos e externos, descartáveis ou reutilizáveis; calcinhas absorventes; coletores menstruais.

A medida é uma vitória para a dignidade feminina e ataca de frente uma distorção antiga do nosso sistema: o fato de produtos básicos para mulheres serem vendidos, muitas vezes, por valores mais altos que os masculinos. Reconhece a essencialidade desses itens e contribui para mitigar desigualdades que afetam diretamente a saúde, a dignidade e a participação social das mulheres.

Sob a perspectiva constitucional, a Constituição Federal de 1988 já estabelece como objetivo fundamental da República a promoção

do bem de todos, sem qualquer forma de discriminação (art. 3º), além de consagrar a igualdade entre homens e mulheres como direito fundamental (art. 5º) e o princípio da isonomia tributária como limite ao poder de tributar (art. 150, I).

Nesse sentido, a Reforma Tributária sinaliza uma evolução institucional ao alinhar o desenho do sistema fiscal aos compromissos constitucionais e internacionais assumidos pelo Brasil, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, especialmente o ODS 5, voltado à igualdade de gênero, que tem como uma das metas “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” até o ano de 2030.

Os avanços representam um ponto de partida. A tributação sobre o consumo ainda ocupa posição central na arrecadação brasileira, o que pode gerar impactos desiguais conforme

padrões de consumo e renda. O aprofundamento do debate sobre justiça fiscal com perspectiva de gênero permanece essencial para assegurar que o sistema tributário atue como instrumento efetivo de redução — e não de reprodução — das desigualdades.

Ao incorporar medidas concretas de desoneração de itens essenciais à saúde menstrual, a Reforma Tributária dá um passo importante na construção de um sistema mais justo e sensível às questões de gênero, inclusive considerando que, de acordo com o 1º Relatório de Transparência Salarial do Ministério do Trabalho (2024), as mulheres recebem 19,4% a menos que os homens.

O desafio, agora, é ampliar a análise e consolidar políticas fiscais que promovam, de forma estrutural, a igualdade material entre homens e mulheres, tanto no mercado de consumo quanto no mercado de trabalho.



Visão do Direito



Souza Prudente

Desembargador federal aposentado, bacharel em direito pelas Arcadas do Largo São Francisco (USP). Mestre e doutor em direito ambiental, pós-doutor em direitos humanos

Proteção ao meio ambiente sustentável para as presentes e futuras gerações

Antes da publicação oficial do importante estudo da CNUMAD, em 1987, sob o título “Our Common Future” (nosso futuro comum), internacionalmente conhecido como Relatório Brundtland, em que se definiu o desenvolvimento sustentável como “aquele capaz de satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”, revelando-se a incompatibilidade entre o desenvolvimento sustentável e os padrões vigentes de produção e consumo, a exigir critérios éticos de uma imperiosa relação homem-natureza, instalou-se, aqui, no Brasil, com a edição da Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, a Política Nacional do Meio Ambiente. O objetivo é a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, na compatibilização do desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.

Numa visão holística, que harmoniza os postulados da lógica antropocêntrica com os da teoria biocêntrica, a Lei nacional 6938, de 1981, definiu o meio ambiente como “o conjunto de condições, leis, influências e

interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (art.3º), estabelecendo como um de seus princípios fundamentais “a educação ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente”. Destaca-se no rol de seus objetivos “o estabelecimento de critérios e padrões da qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais, com a difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, a divulgação de dados e informações ambientais e a formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico”, buscando a preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida”.

Para assegurar a efetividade desse direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, a Constituição da República Federativa do Brasil impõe ao Poder Público, na força determinante dos princípios da oficialidade ecológica e do progresso ecológico, o dever de (I) preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico

das espécies e ecossistemas; (II) preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do país e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; (III) definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; (IV) exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; (V) controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente; (VI) promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente; (VII) proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade” (CF, art. 225, § 1º, incisos I a VII), dispensando proteção especial aos biomas destacados em seu texto magno, como a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal

Mato-Grossense e a Zona Costeira, rotulados como patrimônio nacional, ordenando que sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais, sendo indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais (CF, art.225, §§ 4º e 5º), determinando, ainda, que aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei. E as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (CF, art. 225, §§ 2º e 3º).

Nesse contexto, destaca-se a missão constitucional do Poder Judiciário Republicano, legitimada pela soberania popular, no perfil de coragem e independência, traçado na Carta Política Federal, como figura indispensável à concessão das tutelas de urgência, estruturadas nas vertentes do moderno processo coletivo, em defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado e do desenvolvimento sustentável, como garantia fundamental das presentes e futuras gerações.

Visão do Direito



Daniel Lopes

Sócio do Almeida Prado e Hoffmann Advogados

Ampliar prazos pode fortalecer a segurança jurídica no mercado imobiliário

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou, recentemente, o Projeto de Lei nº 4.749/2009, que amplia de cinco para 10 anos o prazo de responsabilidade do empreiteiro pela solidez e segurança de edificações. A proposta altera o artigo 618 do Código Civil e introduz mudança relevante no tratamento jurídico dos vícios construtivos no Brasil.

Hoje, a legislação prevê responsabilidade de cinco anos para defeitos ligados à solidez e segurança da obra. O projeto estabelece uma graduação conforme a natureza do vício: até dez

anos para problemas estruturais que comprometam a segurança da edificação, cinco anos para falhas que inviabilizem o uso do imóvel e dois anos para vícios de acabamento, além de prever excludentes como mau uso ou intervenções inadequadas do proprietário.

A mudança tende a impactar contratos do setor, exigindo maior detalhamento sobre garantias e manutenção, além de incentivar mecanismos de gestão de risco, como seguros e maior aderência a normas técnicas, a exemplo da NBR 15.575.

Para o consumidor, a ampliação do prazo

fortalece a proteção jurídica, já que muitos defeitos só se manifestam anos após a entrega do imóvel. A diferenciação entre tipos de vícios aproxima o Brasil de países da Europa que já preveem esse modelo, como França e Espanha.

Embora não elimine conflitos, o novo regime tende a qualificar o debate técnico em litígios e pode gerar impactos econômicos, com possível incorporação de custos às obras — movimento que também estimula padrões mais elevados de qualidade.

A proposta ainda depende de aprovação definitiva para entrar em vigor. Se virar

lei, não terá aplicação retroativa, alcançando apenas contratos novos.

Ao estabelecer prazos claros e responsabilidades melhor definidas, o projeto pode contribuir para reduzir litígios baseados em interpretações imprecisas e incentivar maior rigor técnico na construção civil.

Para o mercado imobiliário, trata-se menos de aumento de risco e mais de um convite à profissionalização contratual e à elevação dos padrões de qualidade — fatores essenciais para um ambiente de negócios seguro e sustentável.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira 2 de abril de 2026

Para anunciar ► 3342-1000

1 IMÓVEIS
 COMPRA & VENDA

2 IMÓVEIS
 ALUGUEL

3 VEÍCULOS
4 CASA
 & SERVIÇOS

5 NEGÓCIOS
 & OPORTUNIDADES

6 TRABALHO
 & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS
COMPRA E
VENDA

- 1.1 Apart Hotel
- 1.2 Apartamentos
- 1.3 Casas
- 1.4 Lojas e Salas
- 1.5 Lotes, Áreas e Galpões
- 1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
- 1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Expor-
 tress and alto. Lindo apto
 34m2 c/ 2 camas sol-
 teiro 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

MEU IMÓVEL IMOB
LUGAR CERTO Melho-
 res imóveis prontos e
 na planta em todo DF
 você encontra aqui!

 Aponte a câmera do seu
 celular e veja as ofertas!

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Cla-
 ras 2 qtos 1 banheiro, 1
 suíte, 1 vaga 99562-
 4472 cj25698

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
QD 107 cobertura 3
 qtos 3banhs 1 suíte 2 va-
 gas, coz. c/arms planej.
 99562-4472 cj25698

MEU IMÓVEL IMOB
QD 107 cobertura 3
 qtos 3banhs 1 suíte 2 va-
 gas, coz. c/arms planej.
 99562-4472 cj25698

1.2 ÁGUAS CLARAS

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os
 melhores imóveis de
 Brasília você encontra
 aqui! Veja as ofertas!

 Aponte a câmera do seu
 celular e veja as ofertas!

ASA NORTE

QUITINETES

PLANO EMPREEND.
IMOBILIARIOS Os me-
 lhores imóveis de
 BSB você encontra
 aqui! lugarcerto.com.br

 Aponte a câmera do seu
 celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto
 78m2 3qts 2banhs local
 privilegiado 3032-7700 /
 98313-0206 cj5179

 702/3 3qts 1 And Elev
 2wc original 80m² 560
 Mil 98121-2023 c8827

ASA SUL

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS
 CJ 9417

 216 SUL 5 andar, vaza-
 do 167m2, c/ 3qts sen-
 do uma suíte, vista livre,
 garagem Tratar 99109-
 6160 Sr Imóveis cj9417

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
112 COBERTURA de lu-
 xo 411m2 4 qtos (3
 su cites) 3 vgs cj5211
 3322-3443

1.2 ASA SUL

****PARTICULAR****
SQS 312, 4 qtos, 4 sui-
 tes, DCE, reformado, mo-
 biliado, ár. priv. 339,53
 m², 2gar, 6199985-8313

CRUZEIRO

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bair-
 ro novo 79m2 2vagas
 2banhs 3032-7700 /
 98313-0206 cj5179

GUARÁ

3 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os
 melhores imóveis de
 Brasília você encontra
 aqui! Veja as ofertas!

 Aponte a câmera do seu
 celular e veja as ofertas!

TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os
 melhores imóveis de
 Brasília você encontra
 aqui! Veja as ofertas!

 Aponte a câmera do seu
 celular e veja as ofertas!

LAGO NORTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
CA 08 apto 3qts
 228m² cond fechado
 98311-5595 c/19540

NOROESTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQNW 102 Ap 101m2 3
 qtos 2 vgas 98311-5595

1.2 NÚCLEO BANDEIRANTE

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os
 melhores imóveis de
 Brasília você encontra
 aqui! Veja as ofertas!

 Aponte a câmera do seu
 celular e veja as ofertas!

RIACHO FUNDO

2 QUARTOS

QS 25 RF II Apto 59m2
 2qts sl coz wc gar. cond
 R\$ 430,00 doc Ok, c/ to-
 das as contas pagas, in-
 clusive IPTU 2026 pago
 Quit. R\$140.000, à vista
 ou R\$ 150.000 financ
 (61) 98429-9615

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos
 49m2 1 suíte 1 vaga 2
 banheiros Tr: 99418-
 8477 cj21694

SUDOESTE

QUITINETES

SR. IMÓVEIS
 CJ 9417

QRSW 02/03 Kit mobili-
 da e decorada, c/ 35m2
 suíte, sala, cozinha, ameri-
 cana. Zap 99109-6160
 SR. Imóveis cj9417

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., locali-
 zação privilegiada, gara-
 gem Tr: 3033-3865/
 98581-0151 cj21229

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQSW 500 Moderno apto
 3qts 109m2 2 v-
 gas. Tr: 98311-5595

1.2 TAGUATINGA

TAGUATINGA

2 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
QSF 01 Apto 2qt 60m²
 1 vaga 98311-5595/
 99112-3991 c/19540

1.3 CASAS

ÁGUAS CLARAS

4 OU MAIS QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
QS 06 reformada 2 pa-
 vimentos casa 5 qtos por-
 celanato 226m2 área
 construída 2 vagas 2 ba-
 nhs 3344-4112

ÁGUAS LINDAS

2 QUARTOS

ÁGUAS LINDAS DE
GOIAS GO Vendo ágio
 de casa em condomínio
 fechado, c/ apenas 10 ca-
 sas. R\$ 40 mil Aceito car-
 ro. Tr: 61 99226-4020

CRUZEIRO

4 OU MAIS QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QD 12 vdo cs 5 stes
 quintal c/churrasq. e ba-
 nh. ávaga p/ 4 carros.
 99418-8477 cj21694

GAMA

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
PONTE ALTA Norte, 3
 qts, 3 banhs. 1 ste, área
 laze, espaço gourmet
 99562-4472 cj25698

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
QL 16 706m2, terreno
 2.000m2, 3 suítes 2 c/
 closet cj5211 33223443

J RIBEIRO VENDE
QL 16 706m2, terreno
 2.000m2, 3 suítes 2 c/
 closet cj5211 33223443

1.3 NÚCLEO BANDEIRANTE

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m²
 3qts 1suíte 2 vagas 2
 banhs 99673-2538

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
QD 01 casa c/ 4 qtos
 400m2 de á.constr. ter-
 reno de 2.500m2 3552-
 4358 c/12179

SOBRADINHO

4 OU MAIS QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra!
 Sobrado área privativa
 582,28m2 c/ 9 banhs
 6qts 98313-0206 cj5179

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts
 120m2, área serv. gara-
 gem 3386-9000 cj22002

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel-
 casa 280m2 cond fecha-
 do, porteiro 24 horas
 3552-4358 c/12179

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA SUL

SR. IMÓVEIS
 CJ 9417

CLS 414 Vendo Excelen-
 te loja alugada, c/ térreo
 subsolo sobreloja
 250m2, reformada. Tra-
 tar: 99109-6160 Sr Imó-
 veis cj9417

1.4 SUDOESTE

SUDOESTE

TRATO FEITO IMÓV
CCSW 02 Loja de esqui-
 na. Alugada. tima locali-
 zação. Exc Oportunida-
 de 99418-8477 cj21694

VICENTE PIRES

MEU IMÓVEL IMOB
R 08 chác. 332 loja St
 Habitacion al V.Pires, lo-
 caliz. privilegiada 30m2.
 99562-4472 cj25698

SALAS

ÁGUAS CLARAS

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala
 área 173m2 c/ 5 vagas
 4 banhs, próx estação
 metrô 3032-7700 98313-
 0206 cj5179

ASA SUL

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo
 Brasil 21 Asa Sul vendo
 vaga de garagem 12m2
 área comercial 3344-
 4112

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo
 Brasil 21 Asa Sul vendo
 vaga de garagem 12m2
 área comercial 3344-
 4112

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo
 Brasil 21 Asa Sul vendo
 vaga de garagem 12m2
 área comercial 3344-
 4112

VENDO SALAS comerci-
 ais. Setor Central-Gama
 99976-4334

GAMA

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote
 Bairro Taquari
 742m2, quitado, esqui-
 na, ótima localização CJ
 5211 3322-3443

OS MELHORES
REGINA NEVES IMOVEIS DE GOIÂNIA
 CONSULTORA IMOBILIÁRIA
 CRECI 19399

LOJAS
ASA SUL
SR. IMÓVEIS
 CJ 9417

CLAS 414 Vendo Excelen-
 te loja alugada, c/ térreo
 subsolo sobreloja
 250m2, reformada. Tra-
 tar: 99109-6160 Sr Imó-
 veis cj9417

1.4 SUDOESTE

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os
 melhores imóveis de
 Brasília você encontra
 aqui! Veja as Ofertas!

 Aponte a câmera do seu
 celular e veja as ofertas!

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à ven-
 da no Bairro Asa Norte,
 2.500m2 área 99418-
 8477 cj21694

GUARÁ

SR. IMÓVEIS
 CJ 9417

QI 08 Excelente Lote co-
 mercial, 400m2. Podem-
 do construir 3 vezes.
 Aceito 100% em imó-
 veis 99109-6160 Sr Imó-
 veis cj9417

LAGO NORTE
J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote
 Bairro Taquari
 742m2, quitado, esqui-
 na, ótima localização CJ
 5211 3322-3443

QUER MORAR OU
INVESTIR EM
GOIÂNIA?
TENHO AS MELHORES
OPÇÕES PRA VOCÊ!

(62) 98280-1111

1.5 SAAN/SIA/SIG/SOF

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

SAAN/SIA/SIG/SOF

OPORTUNIDADE ÚNICA NO DF

ÚLTIMO LOTE TERRENO EXCLUSIVO no Setor de Inflamáveis com 31.500 m², área rara no Distrito Federal, ideal para centros logísticos, distribuição, armazenagem ou atividades industriais. Localização estratégica, próximo ao SIA e ao STRC, com acesso rápido à Via Estrutural e à EPTG, facilitando transporte e mobilidade. Zoneamento CSIIND3(LUOS/DF), permitindo diversas atividades industriais e logísticas. Excelente oportunidade para empresas que buscam expansão ou instalação em um dos principais polos logísticos de Brasília. R\$ 55.000.000,00 (61) 99880-9872 - Corporate

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

VENDE-SE CHACARA

1 HECTARE casa c/5 quartos, cs de caseiro, 2qts. churrasq. Entre Outlet e Alexânia. (61) 99439-3883

FAZENDA A VENDA MUNICIPIO Goianésia - GO de Pirenópolis, sentido a Goianésia, 19 alqueires, ou seja 35 hectares, ótima para criação de gado, 6km de estrada de chão. Para mais informações: (62)99104-1161 zap

1.6 DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

PONTE ALTA SUL VENDO CHACARA 5.000m. Pertinho da pista. R\$95.000. Aceito Carro. Tr: (61) 99683-0205

FAZENDA A VENDA MUNICIPIO Goianésia - GO de Pirenópolis, sentido a Goianésia, 19 alqueires, ou seja 35 hectares, ótima para criação de gado, 6km de estrada de chão. Para mais informações: (62)99104-1161 zap

OUTROS ESTADOS

FAZENDA EM GOIÁS 200KM DISTANTE DE BRASILIA 2.800 ha, aberta, dupla aptidão: Lavoura, Pecuária, bastante água. Boa Sede. Com muitas benfeitorias.timo preço! Excelente oportunidade. Tratar direto com o proprietário (61) 99978-1485

UNAÍ-MG Fazenda 56 hectares, escriturada, casa curral, poço artesiano, divisa de pasto, rio, represa (61)99862-1515 Marcos Jerônimo

VILA PROPÍCIO-GO Fazenda 403ha em Vila Propício/GO, denominado Fazenda Canoas. Inicial R\$ 8.331.959,00 (Parcelável) alvaroleiloes.com.br 08000 500 9913

FAZENDA EM GOIÁS 200KM DISTANTE DE BRASILIA 2.800 ha, aberta, dupla aptidão: Lavoura, Pecuária, bastante água. Boa Sede. Com muitas benfeitorias.timo preço! Excelente oportunidade. Tratar direto com o proprietário (61) 99978-1485

2 IMÓVEIS ALUGUEL

- 2.1 Apart Hotel
- 2.2 Apartamentos
- 2.3 Casas
- 2.4 Lojas e Salas
- 2.5 Lotes, Áreas e Galpões
- 2.6 Quartos e Pensões
- 2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ASA NORTE


3 QUARTOS

STN SOF Norte Qd 02 Bl B It 13 ap 101 al ap 3q ref a.emb sl cz wc \$ 1.500 991577766 c9495

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz a99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz a99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.2 SUDOESTE

SUDOESTE

2 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA LUGARCERTO.COM. BR Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMOVEIS LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

QR 04 02 qtos A Emb sl cz c/ arm wc a sv R\$1.500 apt 2qt a. emb sl cz wc ceil. R900 82429042 c9495

QR 04 02 qtos A Emb sl cz c/ arm wc a sv R\$1.500 apt 2qt a. emb sl cz wc ceil. R900 82429042 c9495

2.3 SUDOESTE

SUDOESTE

3 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA 101 BLOCO 1 alugo apto 3 qtos 110m2 1 su cite Tr: 3344-4112

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES ALUGA QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS CJ 9417

SCLRN 704 Prédio de frente W3 com subsolo, térreo, 1 andar com 200m2 no 3 pavimento. Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

SR. IMÓVEIS CJ 9417

SCLRN 713 BI A Loja de frente W3 com térreo e subsolo, 120 metros. Tratar: 3042-9200 ou 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVES ALUGA QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

2.4 GAMA

GAMA

ALUGOIMÓVEIS comerciais no gama.; Tr: 99976-4334.

SALAS

ASA SUL

ALUGO SALA ED THE UNION Em Frente à Leroy Merlin. Tr: (61) 99977-4191

J RIBEIRO ALUGA SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

3 VEÍCULOS

3.1 Automóveis

3.2 Camionhetes e Utilitários

3.3 Caminhões

3.4 Motos

3.5 Outros Veículos

3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

AUDI

AUTOCRED Q3/20 Prest. 1.4 Tfsi flex S-tronic revisada ún. dono 99288-9231

CHERY

AUTOCRED TIGGO/22 5x Txs 1.5 16V Turbo flex aut 31.200 km 99288-9231

CHEVROLET

CELTA/09 inteiro Vendo ou Troco Tr: (61) 99969-9595

3.1 JAC MOTORS

JAC MOTORS

J6/12 7 lugares fazer motor dut preenchido débitos Detran. Valor 8.500 ac troca p/carro (61) 98136-5055/99964-2525

J6/12 7 lugares fazer motor dut preenchido débitos Detran. Valor 8.500 ac troca p/carro (61) 98136-5055/99964-2525

J6/12 7 lugares fazer motor dut preenchido débitos Detran. Valor 8.500 ac troca p/carro (61) 98136-5055/99964-2525

J6/12 7 lugares fazer motor dut preenchido débitos Detran. Valor 8.500 ac troca p/carro (61) 98136-5055/99964-2525

3.2 CAMIONHETES E UTILITÁRIOS

FABRICANTES

FORD

AUTOCRED RANGER 20/21 XLT 3.2 20V 4x4 CD diesel aut. 99288-9231

AUTOCRED RANGER 20/21 XLT 3.2 20V 4x4 CD diesel aut. 99288-9231

AUTOCRED RANGER 20/21 XLT 3.2 20V 4x4 CD diesel aut. 99288-9231

AUTOCRED RANGER 20/21 XLT 3.2 20V 4x4 CD diesel aut. 99288-9231

JEEP

AUTOCRED RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

AUTOCRED RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

AUTOCRED RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

AUTOCRED RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária

5.2 Comunicados, Mensagens e Editais

5.3 Infomática

5.4 Oportunidades

5.5 Pontos Comerciais

5.6 Telecomunicações

5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

CONVOCAÇÕES

CONVOCAÇÃO

A EMPRESA SKS Indústria e Comércio Ltda, CNPJ: 31.273.442/0001-40, convoca os Senhores: Geovane De Araújo Lúcia CTPS:076817111 Série: 39 / Fagner Rogério Neres De Aguiar CTPS: 50244 Série: 24 / Mateus De Oliveira Meireles CTPS: 06029499 Série: 122 / Felipe Reis De Carvalho CTPS: 6359 Série: 72838/ Felipe França Gomes CTPS: 101641781 série: 04/ João Pedro Do Nascimento Da Silva CTPS 033751551 série: 40/ Atila Souza Martins CTPS: 042016611 série: 48 a comparecerem ao local de trabalho, no prazo máximo de 48hs, a contar da data desta publicação. O não comparecimento caracterizará abandono de emprego, conforme o artigo 482 letra I da CLT.

ANUNCIE O SEU IMÓVEL

61 3342-1000

CLASSIFICADOS

LEILÃO DE IMÓVEL

REGIDO PELA LEI 9.514/97 - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (CREDORA FIDUCIÁRIA: OPPORTUNITY FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO)

ADRIANO DE SOUZA CARDOSO, Leiloeiro Público Oficial, matriculado na JUCIS-DF sob o nº 33, devidamente autorizado, realizará no dia **09/04/2026** às 11h00, pelo lance mínimo de R\$ 357.702,50 (trezentos e cinquenta e sete mil setecentos e dois reais e cinquenta centavos), calculado na forma do art. 27, §1º da Lei 9.514/97, ou, em não havendo licitante, dia **10/04/2026** às 11h00, pelo lance mínimo de R\$ 337.951,85 (trezentos e trinta e sete mil novecentos e cinquenta e um reais e oitenta e cinco centavos), calculado na forma do art. 27, §§ 2º e 3º da Lei 9.514/97, Leilão Público Extrajudicial do imóvel caracterizado pelo(a) **Apart-Hotel nº 1.322, Entrada "B", Bloco "D", Conjunto "A", Quadra 01, SH/Norte, Ed. Fusion Work & Live, Brasília-DF, com área privativa de 33,17 m2**, devidamente matriculado(a) no 2º CRI do DF sob o nº 111.046, oriundo de consolidação de propriedade em favor de OPPORTUNITY FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, inscrito no CNPJ sob o nº 01.235.622/0001-61, por força de Escritura Pública de Compra e Venda com Alienação Fiduciária em Garantia, nos termos da Lei 9.514/97, celebrado entre a Credora Fiduciária acima descrita e ALEXSANDER BASTOS SILVA, portador(a) do CPF nº 014.242.017-48, tendo sido o(a) devedor(a) fiduciante devidamente constituído(a) em mora. A venda será feita à vista, a quem maior lance oferecer, respeitados os valores mínimos acima descritos, acrescidos de 5% (cinco por cento) de comissão do Leiloeiro. Os débitos de IPTU/TLP e Taxas Condominiais cujos vencimentos ocorram até o dia 10/04/2026 correrão por conta da Credora Fiduciária. O imóvel encontra-se ocupado, correndo por conta do(a) arrematante todas as providências necessárias para sua desocupação, assim como todas as despesas com pagamento de emolumentos cartoriais e impostos (ITBI) decorrentes da lavratura e do registro da escritura pública de compra e venda. **O Leilão será realizado de forma exclusivamente eletrônica através do portal WWW.CAPITALLEILOS.COM.BR.** Fica(m) o(a)(s) devedor(a)(es) fiduciante(s), por este edital, desde já intimado(a)(s) das referidas datas.

Edital completo, Fotos e Certidão de Ônus disponíveis no site **WWW.CAPITALLEILOS.COM.BR** ou pelos tels. (61) 3552-4847 e (61) 9968-6566.

ADRIANO DE SOUZA CARDOSO
Leiloeiro Público Oficial



LEILÃO DE IMÓVEL

REGIDO PELA LEI 9.514/97 - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (CREDORA FIDUCIÁRIA: OPPORTUNITY FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO)

ADRIANO DE SOUZA CARDOSO, Leiloeiro Público Oficial, matriculado na JUCIS-DF sob o nº 33, devidamente autorizado, realizará no dia **09/04/2026** às 11h00, pelo lance mínimo de R\$ 268.004,65 (duzentos e sessenta e oito mil quatro reais e sessenta e cinco centavos), calculado na forma do art. 27, §1º da Lei 9.514/97, ou, em não havendo licitante, dia **10/04/2026** às 11h00, pelo lance mínimo de R\$ 143.827,43 (cento e quarenta e três mil oitocentos e vinte e sete reais e quarenta e três centavos), calculado na forma do art. 27, §§ 2º e 3º da Lei 9.514/97, Leilão Público Extrajudicial do imóvel caracterizado pelo(a) **Sala nº 409, Entrada "A", Bloco "D", Conjunto "A", Quadra 01, SH/Norte, Ed. Fusion Work & Live, Brasília-DF, com área privativa de 26,79 m2**, devidamente matriculado(a) no 2º CRI do DF sob o nº 110.599, oriundo de consolidação de propriedade em favor de OPPORTUNITY FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, inscrito no CNPJ sob o nº 01.235.622/0001-61, por força de Escritura Pública de Compra e Venda com Alienação Fiduciária em Garantia, nos termos da Lei 9.514/97, celebrado entre a Credora Fiduciária acima descrita e MARIA LEONICE MATOS LIMA PEITUDO, portador(a) do CPF nº 473.844.331-34 e seu marido VICENTE RANGEL PEITUDO, portador(a) do CPF nº 220.695.931-34 e RODRIGO LIMA RANGEL, portador(a) do CPF nº 033.921.081-89, tendo sido o(a) devedor(a) fiduciante devidamente constituído(a) em mora. A venda será feita à vista, a quem maior lance oferecer, respeitados os valores mínimos acima descritos, acrescidos de 5% (cinco por cento) de comissão do Leiloeiro. Os débitos de IPTU/TLP e Taxas Condominiais cujos vencimentos ocorram até o dia 10/04/2026 correrão por conta da Credora Fiduciária. O imóvel encontra-se ocupado, correndo por conta do(a) arrematante todas as providências necessárias para sua desocupação, assim como todas as despesas com pagamento de emolumentos cartoriais e impostos (ITBI) decorrentes da lavratura e do registro da escritura pública de compra e venda. **O Leilão será realizado de forma exclusivamente eletrônica através do portal WWW.CAPITALLEILOS.COM.BR.** Fica(m) o(a)(s) devedor(a)(es) fiduciante(s), por este edital, desde já intimado(a)(s) das referidas datas.

Edital completo, Fotos e Certidão de Ônus disponíveis no site **WWW.CAPITALLEILOS.COM.BR** ou pelos tels. (61) 3552-4847 e (61) 9968-6566.

ADRIANO DE SOUZA CARDOSO
Leiloeiro Público Oficial



5.2 MÍSTICOS

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

MÍSTICOS

AMOR DE VOLTA EM 6 HORAS

ABA traz seu amor de volta em 6 horas. Faz trabalhos inclusive p/ saúde. Desmancha feitiços mandados e afasta rivais, causas em justiça e trazer sorte em negócios. Sigilo total. Resultado garantido. Não cobra consulta e nem trabalho 61.99149-8430 Carmem

RECADOS

HOMEM PROCURA MULHERES ACIMA de 40 anos p/ relacionamento sério e casamento (61) 9 94555814.

5.4 OPORTUNIDADES

CRÉDITO

DINHEIRO E FINANÇAS

DINHEIRO NA HORA para funcionário público em geral com cheque, desc. em folha, déb. em conta sem consulta spc/serasa. Tel: 4101-6727 98449-3461

5.5 PONTOS COMERCIAIS

CIDADES SATÉLITES E ENTORNO

VENDE-SE REDE DE SUPERMERCADOS
09 LOJAS - Em Quatro Cidades de Goiás, entorno de BSB, 11 anos de operação consolidada; faturamento \$ 190 milhões/ano. Tratar fone whatsapp 61 99885-5017

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

RENATO ATIVÃO MACHAO, SÉRIO, discreto e sigiloso (61) 99642-9963

LINDAURA

MORENA DE PARAR o trânsito! Boquinha de veludo (61) 99620-9236

NIKE PARAIBANA

21 ANOS Uma das Periquetes mais lindas do Plano Piloto c/ oral até o fim! 61 99674-4408

RUIVA GATA

ESTILO CAPA De Revista! Branquinha mulherão 1.65 alt 22a Ex Miss Goiás (61) 99906-7716

5.7 MASSAGEM RELAX

MASSAGEM RELAX

AS+TOPS DAS GALÁXIAS AS 20 TODAS lindas bemestarmassagens.com.br Fones: 61 985621273/ 3340-8627

DÉBORA COROA carinhosa 50 anos cheia de amor p/dar. Só idoso 61 98222-9938 Asa Norte

PRECISA-SE MASSAGISTA Com ou Sem exper. jornada diurna ou noturna. Ganhos acima de 2.000 por semana 61 98148-2358

PRECISA-SE MASSAGISTAS p/ Massagem sensual. ›timos ganhos 61 98184-6503

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego

6.2 Procura por Emprego

6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

CONTRATA-SE AUXILIAR Cabeléireiro e Manicure c/exper. p/ guas Claras (MEI). Tr. 99116-2582

CONTRATA-SE CASEIRO PARA Serviços Diversos. Tratar: (61) 99656-5696

CASEIRO PARA SERVIÇOS Gerais, para morar. Casal 99976-4334 / 99903-0605.

DOMÉSTICA SEM EXPERIÊNCIA p/ morar, tenha disponibilidade de horário. Tr. (61) 99455-5814 Zap

MASSAGISTA PRECISA-SE COM OU SEM Experiência p/Semana ou Fim Semana. Pagamento diário. Tr: 61 98474-3116

AUXILIAR DE PRODUÇÃO CONTRATAMOS PARA trabalhar em Indústria de alimentos em Samambaia. Diversas vagas. Enviar CV para: rh@germana.com.br

NÍVEL MÉDIO

AJUDANTE DE LOJA DISTRIBUIDORA de Polpas de Frutas salário R\$ 1.681,00 + VA + VT Apresentar currículo : PAV B7-1 Box 1 Ceasa DF Irmãos Rocha Distribuidora de Polpas de frutas, entre 7h às 14h.

AJUDANTE DE INSTALAÇÃO vidro. currículo p/ dprecru@gmail.com

6.1 NÍVEL MÉDIO
CONTRATA-SE Auxiliar de cozinha / Atendente / Caixa para o Giraffas do guas Claras Shopping. Salário R\$1.750, (bruto) + passagem + cesta básica e refeição no local. Requisito: ser maior de 18 anos e ter disponibilidade de horário. Entrar em contato : Tel.: (61) 3436-2101 Whatsapp

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO p/ SCN Qd 01 B F sala 515 Zap 99981-2645 ou odelloalmeida@gmail.com

CONTRATA-SE EMPREGADA DOMÉSTICA

PARA O PARK WAY Brasília/DF. Trabalho de segunda a sº bado, com salário bruto de R\$ 3.500,00, além dos demais direitos trabalhistas. Atividades incluem limpeza e organização da casa, lavar e passar roupas e preparo de refeições simples. É necessário ter experiência na função e ser uma pessoa organizada, responsável e discreta. Interessadas encaminhar currículo p/ email: domesticaparkway@gmail.com

PRECISA-SE MARCENEIRO E MEIO OFICIAL De Marcenaria c/ exper. Tr: 99979-8210

PRECISA-SE MASSAGISTAS p/ Massagem sensual. ›timos ganhos 61 98564-2267

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL REGISTRADORA
RAFAEL ARAUJO HORTA COSTA
HELDER PEREIRA DE CARVALHO
DEMerval SILVA CAIXETA JUNIOR
SUBSTITUTOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL, Titular do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, na forma da Lei, etc.
FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento que, o BRB – BANCO DE BRASÍLIA S/A, na qualidade de CREDOR FIDUCIÁRIO, pelo requerimento de 05/11/2025, requereu a este Serviço Registral as intimações de **EDUARDO COSTA MARTINS FERREIRA**, brasileiro, autônomo, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 892.885.481-49, respectivamente, residente e domiciliado nesta cidade, nos seguintes endereços: 1) Flat nº 1061, situado no Pavimento térreo, do Bloco "B", do Conjunto 1-B, do Trecho 01, do SHT/Norte; 2) Apartamento 305, Bloco "E", SQS - 203, na qualidade de DEVEDOR FIDUCIANTE nos termos da Lei nº 9.514/1997, para que satisfaçam o pagamento da importância de R\$ 61.207,47 (sessenta e um mil e duzentos e sete reais e quarenta e sete centavos), atualizada até o dia 16/06/2026, correspondente às prestações vencidas e mais as que se vencerem até o dia do pagamento, bem como, encargos legais e contratuais, além das despesas de cobrança e intimação. Tal dívida é originária da escritura de compra e venda com alienação fiduciária do Flat nº 1061, situado no Pavimento térreo, do Bloco "B", do Conjunto 1-B, do Trecho 01, do SHT/Norte, nesta cidade, registrada sob os nºs R.15 e R.16, na matrícula nº 71.493. O Devedor Fiduciante não foi localizado nos endereços fornecidos, encontrando-se em local ignorado, de acordo com as certidões do Cartório 3º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do DF. Desta forma, fica o DEVEDOR FIDUCIANTE, acima qualificado, CONSTITUÍDO EM MORA E INTIMADO, para que satisfaçam o pagamento da importância acima referida, dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da última publicação do presente Edital, neste Serviço Registral, situado no SCS – QUADRA 08 – BLOCO "B" nº 60 – SALA 140C – "VENÂNCIO SHOPPING", nesta cidade. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, sem o devido pagamento, será promovida a consolidação da propriedade do Flat nº 1061, situado no Pavimento térreo, do Bloco "B", do Conjunto 1-B, do Trecho 01, do SHT/Norte, desta cidade, em nome do CREDOR FIDUCIÁRIO. - Dado e passado nesta cidade de Brasília, aos 23 (vinte e três) dias do mês de março de 2026. LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL – OFICIAL.

6.1 NÍVEL MÉDIO
PRECISO 2 MASSAGISTAS DOU TREINAMENTO por 3 dias, remunerado. Pagamento pordia. Preciso de serenidade e compromisso c/ horários e dias. Terça Quinta e Domingo 7:30 às 20:30h. ›timos ganhos se tem compromisso aos dias (61) 98214-4880 Elen

CONTRATA-SE MECÂNICO COM EXPERIÊNCIA linha leve Tr: (61) 98575-9979.

RESTAURANTE ESTÁ CONTRATANDO MENSAL

MOTORISTA CAT."B" com experiência. Interessados enviar currículo para e-mail: adm@marzuk.com.br

CONTRATA-SE OPERADOR DE ROUTER e Impressor de Grandes Formatos conhecimento de Corel Draw CV: selecaoobs10@gmail.com

RECEPCIONISTA CONTRATA-SE. Enviar CV: tbcontrata@gmail.com

RENDA EXTRA - Plataforma de investimentos. Aurum.Jurosc compostos. https://backoffice.aurum.foundation/u/H4rMK

TÉCNICO (A) EM SEGURANÇA ELETRÔNICA Com exp. em Central de Comunic. Port. Eletron, câmeras, cont. de acesso. Salário R\$1.800 à R\$ 2.700 + VT + VR. CV p/ 98102-4407 ou auxmantop@gmail.com

6.1 NÍVEL MÉDIO
BRASIL TEMPER FORMOSA - GO CONTRATA
02 VENDEDORES c/ experiência no ramo e 03 pessoas p/ expedição p/ trabalhar Bairro Vila Verde, Formosa-GO. Salário compatível c/ a função + VT + VA. Enviar currículo p/ brasiltemper.brasiltemper@gmail.com ou pelo Zap RH (61) 9.9680.9278

MAQ CENTER CONTRATA VENDEDOR EXTERNO c/ formação Téc. Engenharia Civil p/ trabalhar De Segunda a Sexta. Oferece VT + VA + Plano de Saúde c/desc 50%. Enviar CV: rh@maqcenter.com.br

PRECISA-SE MASSAGISTA Com ou Sem Experiência. Jornada: Noturna. Ganhos acima de 2.500 por semana 61 98148-2358

PRECISA-SE MASSAGISTA Com ou Sem Experiência. Jornada: Noturna. Ganhos acima de 2.500 por semana 61 98148-2358

NÍVEL SUPERIOR

FISIOTERAPEUTA -- Taguatinga. A CETIFISIO contrata profissional c/ formação em Terapias Manuais e / ou Acupuntura. CLT, 30h/sem (Seg-Sex. 13h-19h). Salário: R\$ 2.500, + VT. Currículo p/ gestaotecnica. cetfisisio@gmail.com - Assunto: Fisioterapeuta CLT

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL REGISTRADORA
RAFAEL ARAUJO HORTA COSTA
HELDER PEREIRA DE CARVALHO
DEMerval SILVA CAIXETA JUNIOR
SUBSTITUTOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL, Titular do 2º Ofício do Registro de Imóveis do DF, na forma da Lei, etc.
FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento que foi apresentada a este Serviço Registral a Escritura lavrada às fls. 011/012, do Livro 6233-E, em 20/03/2026, do 1º Ofício de Notas do Distrito Federal – Cartório JK, pela qual **ERIC ARTHUR BASTOS ROUTLEDGE**, biólogo, portador do documento de identidade n. 4.181.146-SESP/DF, inscrito no CPF sob o n. 021.634.337-22, e **ERIKA HATANO ROUTLEDGE**, arquiteta, portadora do documento de identidade n. 4.167.682-SESP/DF, inscrita no CPF sob o n. 042.823.257-47, brasileiros, casados entre si desde 19/10/2002, sob o regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados nesta Capital, prevalecendo-se das disposições contidas nos artigos 1711 a 1722, do Código Civil Brasileiro, **INSTITUÍRAM**, como **BEM DE FAMÍLIA**, o imóvel descrito e caracterizado como **LOTE nº 144, da Rua 03, Quadra 02, da AVENIDA DO SOL, do SETOR HABITACIONAL JARDIM BOTÂNICO (SHJB)**, desta Cidade, devidamente matriculado neste Serviço Registral sob o nº **95.026**, destinando-o para sua residência permanente e de sua família, enquanto viver o instituidor, isento de execução por dívidas, salvo as fiscais inerentes ao imóvel. Destarte, se alguém julgar prejudicado, deverá, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste Edital, reclamar contra a instituição, por escrito e perante este Serviço Registral, instalado no SC/SUL, QUADRA 08, BLOCO B-60, SALA 140C, 1º Andar do Edifício Venâncio 2000, nesta cidade. Findo o prazo acima e não sendo postulada qualquer reclamação, será efetuado o registro. Dado e passado nesta cidade de Brasília, aos 30 de março de 2026.

6.1 NÍVEL SUPERIOR
PSICÓLOGA (O) ---- Grupo CETFISIO contrata profissional com visão humanizada. Atuação: Gama, Taguatinga Norte e Sudoeste. CLT, 25h/sem., (Seg-Sex). Horário a combinar. Salário R\$ 2.000, + VT Currículo p/ gestaotecnica. cetfisisio@gmail.com - Assunto: Psicólogo CLT

MAQ CENTER CONTRATA ANALISTA DE MARKETING Digital p/ trabalhar De Segunda a Sexta. Oferece VT + VA + Plano de Saúde c/desc 50%. Enviar CV: rh@maqcenter.com.br

ASSOCIAÇÃO ALPHAVILLE BRASÍLIA RESIDENCIAL 1
Assembleia Geral Extraordinária (AGE)
Edital de convocação

Pelo presente Edital de Convocação, o Presidente do Conselho Diretor da ASSOCIAÇÃO ALPHAVILLE BRASÍLIA RESIDENCIAL 1, estabelecida na Rua 18, Quadra AC, Lote 01, Jardim ABC, Cidade Ocidental-GO, conforme determina o Estatuto da Entidade, CONVOCA todos os associados, a participarem da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA que será realizada no próximo dia 11 de abril de 2026 (sábado). Local: Clube da Associação, End.: Rua 18, Quadra AC, Lote 01, Jardim ABC, Cidade Ocidental-GO; Horário: 08:30h Primeira convocação, com presença mínima de metade mais um dos associados; 09:00h - Segunda convocação, com a presença de qualquer número de associados.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE 2026.

Pauta:

- I. Deliberação sobre as prestações de contas de outubro a dezembro de 2025;
- II. Deliberação sobre a rubrica de eventos.

OBSEVAÇÕES IMPORTANTES:

Todos os presentes deverão estar munidos de documentos de identificação, que permitam comprovar a sua condição de Associado junto aos registros da Associação de Moradores, ou mundo de procauração. Os representantes legais das pessoas jurídicas, deverão comprovar tal condição mediante a apresentação do contrato social ou Ata de Eleição de Diretoria, ou procauração, se for o caso; Somente poderão votar na assembleia, os Associados que estiverem em dia com suas obrigações junto à Associação; de acordo com o capítulo IV, artigo 19, Parágrafo Primeiro; Atualize seu cadastro na administração para evitar problemas no dia da assembleia; As decisões das assembleias obrigam a todos os Associados, ainda que a ela não tenham comparecido ou votado, a acatar as decisões. Por isso, sua presença é muito importante.

Brasília (DF), 01 de abril de 2026.

Documento assinado digitalmente

SAMUEL KICIS DE SORDI
Data: 01/04/2026 14:13:14 -0300
Verifique em: https://cnpjbrasil.com.br

SAMUEL KICIS DE SORDI
Presidente

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL REGISTRADORA
RAFAEL ARAUJO HORTA COSTA
HELDER PEREIRA DE CARVALHO
DEMerval SILVA CAIXETA JUNIOR
SUBSTITUTOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL, Titular do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, na forma da Lei, etc.
FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento que, o BRB – BANCO DE BRASÍLIA S/A, na qualidade de CREDOR FIDUCIÁRIO, pelo requerimento de 12/11/2025, requereu a este Serviço Registral as intimações de **ADRIANA NOVOA BRAMBILA BRESSAN**, engenheira agrônoma e seu marido **RICARDO BRAMBILA BRESSAN**, economista, brasileiros, inscritos no CPF sob os nºs 175.924.668-99 e 831.151.611-15, respectivamente, residentes e domiciliados nesta cidade, nos seguintes endereços: 1) Lote de terreno nº 06, Bloco 08, Tipo R-1, da Quadra 715, do SHCG/Norte, e respectiva casa residencial nele edificada, que recebeu a seguinte Numeração Predial: SHCG/NORTE – QUADRA 715 – BLOCO "A" – CASA nº 12; 2) Casa nº 04, Bloco "M", 709 - SHCGN; e, 3) Apartamento nº 201, Bloco "F", Quadra 712 – SCLRN, na qualidade de DEVEDORES FIDUCIÁRIOS nos termos da Lei nº 9.514/1997, para que satisfaçam o pagamento da importância de R\$ 118.309,08 (cento e dezoto mil e trezentos e nove reais e oito centavos), atualizada até o dia 16/06/2026, correspondente às prestações vencidas e mais as que se vencerem até o dia do pagamento, bem como, encargos legais e contratuais, além das despesas de cobrança e intimação. Tal dívida é originária da escritura de compra e venda com alienação fiduciária do Lote de terreno nº 06, Bloco 08, Tipo R-1, da Quadra 715, do SHCG/Norte, e respectiva casa residencial nele edificada, que recebeu a seguinte Numeração Predial: SHCG/NORTE – QUADRA 715 – BLOCO "A" – CASA nº 12, nesta cidade, registrada sob os nºs R.7 e R.8, na matrícula nº 94.575. Os Devedores Fiduciários não foram localizados nos endereços fornecidos, encontrando-se em local ignorado, de acordo com as certidões do Cartório 3º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do DF. Desta forma, fica os DEVEDORES FIDUCIÁRIOS, acima qualificados, CONSTITUÍDOS EM MORA E INTIMADOS, para que satisfaçam o pagamento da importância acima referida, dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da última publicação do presente Edital, neste Serviço Registral, situado no SCS – QUADRA 08 – BLOCO "B" nº 60 – SALA 140C – "VENÂNCIO SHOPPING", nesta cidade. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, sem o devido pagamento, será promovida a consolidação da propriedade do Lote de terreno nº 06, Bloco 08, Tipo R-1, da Quadra 715, do SHCG/Norte, e respectiva casa residencial nele edificada, que recebeu a seguinte Numeração Predial: SHCG/NORTE – QUADRA 715 – BLOCO "A" – CASA nº 12, desta cidade, em nome do CREDOR FIDUCIÁRIO. - Dado e passado nesta cidade de Brasília, aos 23 (vinte e três) dias do mês de março de 2026. LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL – OFICIAL.



AVISO IMPORTANTE

FERIADO 03/04

Informamos que devido ao feriado, nossa loja e a central de anúncios estarão fechadas. Retornaremos as atividades normalmente na segunda-feira.

Desejamos um ótimo feriado!

SIGA-NOS NO INSTAGRAM E FIQUE POR DENTRO DE TODAS NOVIDADES!

@classificadoscb

CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE

